ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2011

Prestações de Contas dos ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE ARRECADEM OU GERENCIEM CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE/RS

PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, IN TCU nº 63/2000 e arts. 1º e 2º DN TCU nº 108/2010) - RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
1. UNIDADE JURISDICIONADA	
I - Relatório de Gestão (conforme Decisão Normativa TCU nº 108/2010)	02 A 133
II – Declaração da Unidade de Pessoal (conforme anexo II da DN TCU nº 108/2010)	134 A 136
III – Relatórios e Pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão (conforme anexo II da DN TCU nº 117/2011)	
Parecer da unidade de auditoria interna	138 A 142
Parecer do conselho sobre as contas	143 A 144
Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle interno da própria entidade	145

LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
PORTO ALEGRE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.	LEO JOSÉ BORGES HAINZENREDER

ll. Relatório de Gestão

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação ou supervisão	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Nome completo da unidade e sigla	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul - SEBRAE-RS
CNPJ	87.112.736/0001-30
Código SIORG	Não se aplica
Código na LOA	Não se aplica
Situação operacional	Em funcionamento
Natureza jurídica	Serviço Social Autônomo
Principal atividade econômica	Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo. 9430-8/00 - Código Nacional da Atividade Econômica
Telefones de contato	(051) 3216-5071
Endereço postal	Rua 7 de setembro, 555, CEP 90.010-190, centro Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico e Página na internet	www.sebrae-rs.com.br
Normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades.	Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/99 Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90 + informações/dados do Estatuto de cada UF Estrutura: Conselho Deliberativo Estadual, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal
Código e nome das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI	Não aplicável à natureza jurídica da UJ

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Não se aplica			
Órgão de Vinculação: Não se aplica			**Código SIORG:** Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul.			
Denominação abreviada: SEBRAE/RS			
Código SIORG: Não se Aplica	**Código LOA:** Não se Aplica		**Código SIAFI:** Não se Aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo			
Principal Atividade: Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo.			**Código CNAE:** 9430-8/00
Telefones/Fax de contato:	(051) 3216-5071	(051) 3216-5061	(051) 3216-5205
E-mail: sebrae@sebrae-rs.com.br			
Página na Internet: http://www.sebrae-rs.com.br			
Endereço Postal: Rua 7 de setembro, 555, CEP 90.010-190, centro- Porto Alegre			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:			
Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/99 Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90			

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
Não se Aplica	Não se aplica

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
Não se Aplica	Não se aplica

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
Não se aplica	Não se aplica

HISTÓRICO RESUMIDO

Em 1972, foi implantado, pelo Governo Federal, o Centro Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa (CEBRAE), mantido pelo Ministério da Indústria e Comércio e representado, nos Estados, pelos CEAGs. Tinha como metas promover a capacitação gerencial e garantir crédito aos empreendedores de todo o país.

As dificuldades enfrentadas em nível nacional pelo CEBRAE, a queda progressiva dos repasses de recursos federais, no final dos anos 80, obrigaram os CEAGs a reduzir as suas atividades.

Em 1990, foi sancionada a Lei 8.029 que criava o novo sistema SEBRAE, desvinculado do Ministério da Indústria e Comércio e transformado em serviço social autônomo. O Sistema SEBRAE é composto por 27 unidades regionais e pelo SEBRAE Nacional.

O Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Rio Grande do Sul - CEAG/RS passou então a denominar-se Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, SEBRAE/RS, integrante e vinculado ao Sistema SEBRAE.

A entidade está em funcionamento desde esta data, trabalhando de acordo com seu objetivo e a sua missão institucional.

CONTEXTO OPERACIONAL

O SEBRAE/RS – tem por objetivo primordial de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RS constitui-se no apoio à Micro e Pequena Empresa no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE Nacional recebe recursos conforme Lei no. 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Parte desses recursos são repassados aos SEBRAE dos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e programas. O SEBRAE dos estados e Distrito Federal tem autonomia financeira, administrativa, patrimonial e contábil, sendo constituído como entidade juridicamente autônoma.

O SEBRAE/RS é uma entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída.

Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão. As normas que estabelecem a estrutura orgânica são o Estatuto Social e o Regimento Interno.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1. Competência Institucional

De acordo com o Estatuto do SEBRAE/RS aprovado em 27/08/2010.

Art. 5º - O SEBRAE/RS, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial, da assistência social e da educação, mediante a execução de ações condizentes.

A missão do Sebrae/RS segue a definida pelo Sistema Sebrae que tem como objetivo Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das MPEs e fomentar o empreendedorismo.

2.1.2. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos prioritários demonstram as escolhas adotadas pelo Sistema Sebrae para promover maiores conquistas e resultados que beneficiarão as MPE para o horizonte do Direcionamento Estratégico 2009/ 2015. Dentre eles, destacam-se os objetivos relacionados às Metas Mobilizadoras.

As Metas têm por objetivo especificar, quantificar, indicar o foco, as áreas e projetos prioritários que todos os colaboradores, dirigentes e parceiros do Sistema SEBRAE concentrarão seus esforços no período 2011-2013 para atingir os Objetivos Estratégicos definidos no Mapa Estratégico. São elas:

Metas Mobilizadoras	Meta Sebrae NA	Meta Sebrae RS	Realizado	% da Meta estipulada pelo Sebrae-NA	% da Meta estipulada pelo Sebrae-RS
Meta 1 - Ampliar o número de empresas atendidas pelo Sistema Sebrae	100.355	160.000	151.194	150,66%	94,50%
Meta 2 - Contribuir para a formalização de 1 milhão de empreendedores individuais	34.500	50.000	59.972	173,83%	119,94%
Meta 3 - Ampliar a quantidade de empresas atendidas pelo Sebrae com soluções específicas de inovação	2.737	3.800	4965	181,40%	130,66%
Meta 4 - Ampliar o número de pequenas empresas atendidas pelo Sistema Sebrae	9.437	9.437	24.829	263,10%	263,10%
Meta 5 - Ampliar o número de municípios com a Lei Geral regulamentada	223	400	423	189,69%	105,75%

Fonte: Boletim Executivo do SME dez 2011

As metas mobilizadoras do Sebrae/RS foram estipuladas pelo Sebrae/NA pelas regras descritas no Manual de Gestão das metas mobilizadoras versão 2.1.

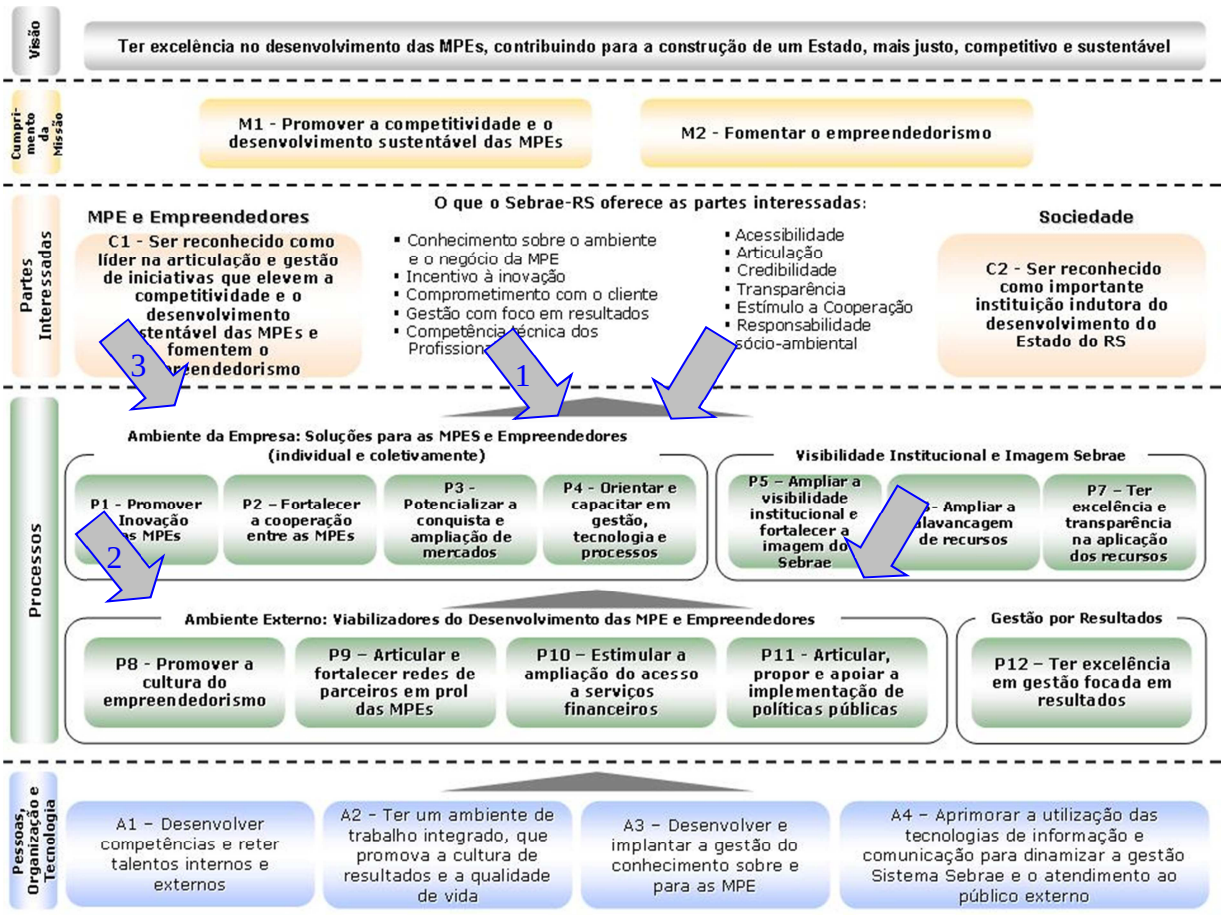
Na reunião do CDE de 28/06/2011 foram estipuladas metas próprias para o Estado do RS superiores ao estipulado pelo Sebrae/Na pelo fato de a Diretoria e o CDE entenderem que a capacidade de operação do Sebrae/RS é superior ao proposto pelo Sebrae/NA.

Referente à meta mobilizadora número 4:

De acordo com a regra estipulada pelo Sebrae-NA para o ano de 2011, são contabilizadas todas as empresas de pequeno porte atendidas através dos instrumentos de atendimento "consultorias", "capacitações", "informações" e "promoção e acesso a eventos". O instrumento "informações" compreende os atendimentos realizados "utilizando-se meios tais como televisão, rádio, internet, telefone, material impresso, vídeos, CD-Rom, dentre outros" (Fonte: Modelo de Atendimento do Sistema Sebrae).

No dia 22 de agosto de 2011 foi enviado, à 15.966 pequenas empresas registradas no cadastro de clientes do Sebrae-RS a "Revista Tempo de Agir", como forma de sensibilização para as ações específicas junto a este público. Também com este objetivo, foi enviado o "Informativo empreendedorismo em foco", dia 28 de novembro de 2011, para 13.237 clientes, e, no dia 20 de junho de 2011, "Pílulas de Gestão – Inovação", uma campanha enviada por SMS.

Abaixo a vinculação das Metas Mobilizadoras com o Mapa Estratégico



2.1.2.1. Análise do Objetivo Estratégico P1

Objetivo Estratégico	Descrição
P1 – Promover a Inovação nas MPE	Incentivar a cultura de inovação nas MPE, buscando a ampliação dos seus canais de acesso à inovação, e desenvolvendo diretamente e através de parceiros, novos modelos de negócios, de gestão, processos e produtos para serem incorporados às MPE, ampliando a sua competitividade empresarial. - Inovação Tecnológica, Modelos de negócio e de gestão, Inclusão digital, Incubadoras, Universidades, Institutos de Pesquisa e Parques Tecnológicos.

Análise:

O Objetivo de Promoção à Inovação está vinculado a diretriz nacional de 20% do total das aplicações no Objetivo Promover a Inovação na MPE

Objetivo Estratégico	Valor da Despesa Orçada	Valor da Despesa Realizada	Variação (%)
P1.1 - Fomento à Inovação	19.414.243	17.217.999	89%

Os projetos com maior alocação de recursos são:

Projeto	Valor da Despesa Orçada	Valor da Despesa Execut.	Execução
Inova Pequena Empresa RS - PAPPE: Subvenção Econômica	4.755.029	4.330.208	91%
Inova Pequena Empresa RS 2010	3.729.553	3.622.253	97%
ALI - Agentes Locais de Inovação/RS	1.674.951	1.595.350	95%
Desenvolvimento e Adaptação de Soluções - Empreendedorismo e Inovação	1.277.300	1.275.670	100%
Sebrae na Copa 2014	1.383.800	1.273.006	92%
SEBRAEtec-RS	929.500	493.821	53%
Inovação e Difusão Tecnológica - Edital 2007 - Sebrae Finep	513.000	401.066	78%
Articulação Setorial da Indústria	289.450	289.417	100%
Desenvolvimento e Adaptação de Soluções - Agronegócio	308.475	208.166	67%
Desenvolver os Atelieres de Calçados do Vale dos Sinos e Paranhana	156.470	179.419	115%
Desenvolver Sistemas Agro-familiares da Região Norte	189.289	179.167	95%
Fortalecer a Competitividade do Metalmecânico do Norte do RS - PROMETAL	150.071	146.454	98%
Desenvolver o Turismo Sustentável na Serra Gaúcha	146.830	141.075	96%
Desenvolver A Indústria Calçadista dos Vales do Sinos e Paranhana	119.383	109.723	92%
Desenvolver o Setor do Leite do Vale do Taquari e Rio Pardo	138.076	101.267	73%

2.1.2.1.1 Análise do Objetivo Estratégico P4

Objetivo Estratégico	Descrição
P4 - Orientar e capacitar em gestão, tecnologia e processos	Oferecer produtos e serviços de excelência, presencial e à distância, que atendam às necessidades das MPE e dos empreendedores, para que eles possam alcançar padrões mundiais de competitividade. Disseminar informações e dotar de conhecimentos sobre gestão de negócios as MPE e os empreendedores, em todas as áreas do conhecimento que sejam alavancadoras do seu desenvolvimento empresarial. - Empreendedorismo, Gestão de MPE, Formalização, Inovação, Mercados, Inteligência Competitiva, Acesso a Serviços Financeiros, Processos, Tecnologia, Legislação, Formação de lideranças.

Análise:

Objetivo Estratégico	Valor da Despesa Orçada	Valor da Despesa Realizada	Variação (%)
P4 - Orientar e capacitar em gestão, tecnologia e processos	22.200.489	18.538.620	84%

Os projetos com maior investimento no Objetivo P4 foram:

Projeto	Valor Total Despesa Orçada	Valor Total Despesa Executada	Execução
SEBRAE/RS - Projeto de Atendimento Negócio a Negócio	5.957.964	4.840.367	81%
Atender Empreendedores na Região Metropolitana	1.911.579	1.577.196	83%
Atender Empreendedores na região do Vale dos Sinos, Caí e Paranhana	1.127.256	944.602	84%
Atender Empreendedores na Região Serra Gaúcha	904.392	795.262	88%
Atender Empreendedores na Região do Planalto	658.598	640.578	97%
Turismo do Litoral Norte Gaúcho	574.624	531.551	93%
Atender Empreendedores na Região Vales do Taquari e do Rio Pardo	585.007	498.543	85%
Atender Empreendedores na Região Norte	532.225	479.299	90%
Atender Empreendedores na Região da Campanha e Fronteira-Oeste	496.795	424.965	86%
Atender Empreendedores na Região da Regional Sul	496.826	412.612	83%
Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia da Região Metropolitana de Porto Alegre	460.700	406.768	88%
Atender Empreendedores na Região Centro	500.799	399.695	80%
Revitalização dos Espaços Comerciais RS - Campanha	346.022	321.844	93%
Revitalização dos Espaços Comerciais RS - Vales do Taquari e do Rio Pardo	305.950	283.374	93%
Revitalização dos Espaços Comerciais RS - Norte	244.322	235.667	96%
Atender Empreendedores na Região Noroeste	288.001	229.595	80%
Desenvolvimento e Adaptação de Soluções - Agronegócio	336.019	227.845	68%
Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia da Região Sul do Estado do RS	248.652	227.219	91%
Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia da Serra Gaúcha	225.031	217.710	97%

2.1.2.1.2 Análise do Objetivo Estratégico P8

Objetivo Estratégico	Descrição
P8 - Promover a cultura do empreendedorismo	Articular e fortalecer parcerias nacionais e internacionais para mobilizar recursos, competências e conhecimento em prol do empreendedorismo e do desenvolvimento das MPE: • Conhecimento; • Inovação e tecnologia; • P&D; • Parceiros e redes, nacionais e internacionais.

Análise:

Objetivo Estratégico	Valor da Despesa Orçada	Valor da Despesa Realizada	Variação (%)
P8 - Promover a cultura do empreendedorismo	933.589	903.166	97%

Os projetos com maior investimento no Objetivo P8 foram:

Projeto	Valor Total Despesa Orçada	Valor Total Despesa Executada	Execução
Articulação Setorial da Indústria	835.082	806.059	97%
Articulação no Setor de Comércio e Serviços 2010-2012	98.000	97.106	99%

2.1.2.1.3 Análise do Objetivo Estratégico P11

Objetivo Estratégico	Descrição
P11 - Articular, propor e apoiar a implementação de políticas públicas	Intensificar a atuação do Sebrae como agente indutor de ações em prol das MPE junto ao poder público nos seguintes aspectos legais: - Regulamentação e implementação da Lei Geral nos estados e municípios, Sócio-Ambiental, Exportação, Reforma Trabalhista, Desburocratização, Legalização das empresas, Acesso ao crédito e capital, Reforma Tributária, Incentivo à Tecnologia e Inovação, Compras governamentais e Acesso à Justiça.

Análise:

Objetivo Estratégico	Valor da Despesa Orçada	Valor da Despesa Realizada	Variação (%)
P11 - Articular, propor e apoiar a implementação de políticas públicas	1.598.940	1.297.346	81%

Os projetos com maior investimento no Objetivo P11 foram:

Projeto	Valor Total Despesa Orçada	Valor Total Despesa Executada	Execução
Instrumentalização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	790.000	700.494	89%
Formalização do Empreendedor Individual	400.000	358.909	90%
Implantação da Lei Geral no Rio Grande do Sul	200.000	170.307	85%
Políticas Estruturantes de Desenvolvimento	100.000	54.073	54%
Superar: São Lourenço do Sul	75.940	9.402	12%
Suporte Operacional - Gestão de Viagem - SEBRAE/NA	33.000	4.161	13%

2.1.2.2. Principais Segmentos/Setores de Atuação no Estado/Região

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Agroindústria	PLANALTO	Desenvolver a Agroindustrialização Familiar da Região do Planalto	95.400	92.356
	NORTE	Desenvolver Sistemas Agro-familiares Região Norte	376.117	366.072
Agroindústria Total			471.517	458.428

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Apicultura	CENTRO	Fortalecer a Apicultura na Região Centro	2.500	2.184
	CAMPANHA	Pólo de Apicultura do Pampa Gaúcho	1.958	792
	SERRA	Pólo Regional de Apicultura da Serra Gaúcha	92.721	18.017
Apicultura Total			97.179	20.993

Análise: Pólo de Apicultura do Pampa Gaúcho: projeto encerrado no final do ano de 2010. O orçamento do projeto, conforme tabela acima, estava composto apenas pelo saldo orçamentário do ano de 2010, ou seja, havia recurso apenas para saldar os compromissos anteriores assumidos, principalmente em ações de marketing. O projeto não teve execução efetiva durante o ano de 2011.

Análise: Pólo Regional de Apicultura da Serra Gaúcha: projeto encerrado em outubro de 2011, devido à reprovação, por parte do INMETRO, da Instrução Regulamentadora (I.R) do processo de certificação pretendido. Em função disso, o trabalho foi cancelado, e o recurso, oriundo do SEBRAE/NA, será devolvido.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Bovinocultura de Corte	SUL	Desenvolver a Bovinocultura de Corte da Região Sul e Região Centro-Sul	207.908	120.754
	SERRA	Desenvolver a Bovinocultura e Ovinocultura dos Campos de Cima da Serra	3.250	2.897
	CAMPANHA	Pólo de Bovinocultura do Pampa Gaúcho	1.138	55
Bovinocultura de Corte Total			212.296	123.705

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Carne	CAMPANHA	Desenvolver a Bovino e Ovinocultura do Pampa Gaúcho	241.500	178.409
Carne Total			241.500	178.409

Análise: Desenvolver a Bovinocultura de Corte da Região Sul e Região Centro-Sul: O projeto apresentou dificuldades de execução no ano de 2011, devido aos processos estabelecidos na Ação SEBRAETEC (Ações de Tecnologia), desde o ponto de vista da construção dos projetos internos, até o período de execução, dos respectivos projetos (vigências). Por essas razões, o projeto deverá incorporar saldo, no orçamento do ano de 2012, visando cumprir com os projetos em execução, que serão finalizados ao longo do ano de 2012.

Análise: Pólo de Bovinocultura do Pampa Gaúcho: Saldo existente do orçamento 2010. Ou seja, o projeto não teve uma execução efetiva ao longo do ano de 2011. Projeto encerrado, devido à fusão dos projetos de Bovinocultura de Corte e Ovinocultura na região da Campanha.

Análise: Desenvolver a Bovino e Ovinocultura do Pampa Gaúcho: O projeto apresentou dificuldades na mobilização do público alvo, devido às características regionais existentes, como: perfil do produtor rural e distância entre as propriedades rurais integrantes do mesmo grupo. Para o ano de 2012, serão feitas algumas sensibilizações, com o intuito de motivar os integrantes, bem como, buscar um maior envolvimento dos parceiros locais (Emater e Prefeituras).

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Desenvolvimento Territorial	SUL	Artesanato do Mar de Dentro	203.679	192.130
	GEMP	Inova Pequena Empresa RS - PAPPE: Subvenção Econômica	4.755.029	4.330.208
	NORTE	Tempo de Empreender - Alpestre	12.889	10.211
Desenvolvimento Territorial Total			4.971.597	4.532.549

Análise: Inova Pequena Empresa RS – PAPPE: Subvenção Econômica: Edital lançado em Março de 2009, visando promover o desenvolvimento tecnológico de MPEs gaúchas, estimulando a atividade inovadora através do compartilhamento de custos com as empresas (Subvenção Econômica). Recebemos um montante de 493 propostas e contratamos 45 empresas, em função da limitação de recurso disponível. Essas 45 empresas receberam um dia de

capacitação sobre as regras de execução e prestação de contas, além de um manual explicativo, quando da assinatura dos contratos (Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010). Também disponibilizamos para as empresas desde o primeiro dia de execução do projeto, um sistema informatizado de Prestação de Contas do INOVA, onde as mesmas podem inserir despesas, solicitar Remanejamentos Financeiros e elaborar Relatórios Técnicos diretamente no sistema, tornando o processo mais ágil. Outras ações que tiveram resultados efetivos foram o encaminhamento pelas empresas, das prestação de contas com periodicidade bimestral e a realização de reuniões presenciais junto ao SEBRAE, trimestralmente, sendo um espaço para esclarecimento de dúvidas, críticas, elogios, sugestões, etc.

Análise: Tempo de Empreender - Alpestre: Saldo referente ao orçamento 2010. Por essa razão, o projeto não teve uma execução, física e financeira, efetiva ao longo do ano de 2011. Projeto encerrado, conforme previsto no horizonte de planejamento.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Fruticultura	SINOS	Desenvolver a Citricultura do Vale do Caí - Citrus Vale	89.200	85.488
	SERRA	Desenvolver a fruticultura e a produção orgânica na Serra Gaúcha	158.000	148.538
	CAMPANHA	Desenvolver o pólo de produção de frutas do pampa gaúcho	106.000	84.504
	TAQUARI	Qualificar a produção de Frutas nos Vales	3.357	-
Fruticultura Total			356.557	318.531

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Leite e Derivados	PLANALTO	APL de Leite do Planalto RS	159.000	145.630
	TAQUARI	Desenvolver o Setor do Leite do Vale do Taquari e Rio Pardo	200.000	143.011
	NOROESTE	Produção Integrada em Sistemas Agropecuários - Missões	100.000	91.480
	CENTRO	Qualificar a Produção de Leite na Região Centro	9.500	8.015
Leite e Derivados Total			468.500	388.134

Análise: Desenvolver o Setor do Leite do Vale do Taquari: Projeto em fase de execução, com horizonte de planejamento até final de 2012. Durante o ano de 2011, apresentou dificuldades na operacionalização das parcerias necessárias, para a implantação das turmas da metodologia PISA, nos municípios de Travesseiro, Arvorezinha e Anta Gorda. Essa dificuldade já foi superada, o que deverá facilitar a sua execução ao longo de 2012. Além disso, podemos citar a necessidade de manutenção do saldo no orçamento 2012, devido aos pagamentos, referentes aos cursos de indicadores, iniciados em 2011.

Análise: Qualificar a Produção de Leite na Região Centro: Saldo referente ao orçamento 2010. Por essa razão, o projeto não teve uma execução, física e financeira, efetiva ao longo do ano de 2011. Projeto encerrado, conforme parecer anterior.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Multisetorial Agronegócios	GAGRO	Desenvolver as Agroindústrias Familiares do RS	12.485	12.020
Multisetorial Agronegócios Total			12.485	12.020

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Ovino e Caprino	SUL	Desenvolver a Ovinocultura da Região Sul e Região Centro-Sul	5.324	8.802
	CAMPANHA	Pólo de Ovinocultura do Pampa Gaúcho	7.685	7.130
Ovino e Caprino Total			13.009	15.932

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Sem Setor	CENTRO	Desenvolver Propriedades Rurais da Região Centro	231.316	223.987
Sem Setor Total			231.316	223.987

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Setorial Agronegócios	NOROESTE	Desenvolver os Sistemas de Produção Agropecuários do Noroeste do RS	190.285	190.036
Setorial Agronegócios Total			190.285	190.036

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Vitivinicultura	SERRA	Fortalecer o Setor Vitivinícola da Serra Gaúcha	156.746	154.180
Vitivinicultura Total			156.746	154.180

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Couro e Calçado	SINOS	Desenvolver a Indústria Calçadista dos Vales do Sinos e Paranhana	181.845	171.800
		Desenvolver os Atelieres de Calçados do Vale dos Sinos e Paranhana	307.404	313.411
		Desenvolvimento de Ateliers de Calçados do Paranhana	25.000	25.000
		FORNECE - Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores da Indústria de Calçados	10.000	3.151
		Pólo das Indústrias de Calçados e Artefatos do Vale dos Sinos e Paranhana	38.409	7.420
		Promover a Internacionalização da Cadeia Calçadista do Estado do Rio Grande do Sul	309.200	283.870
Couro e Calçado Total			871.858	804.652

Análise: O setor de Couro e Calçados faz parte da carteira de projetos da Indústria da Moda que é formada, além deste, pelos setores da Confecção e Gemas e Jóias. Todos os projetos deste setor executaram as ações previstas nos planos de trabalhos e executaram as despesas de forma adequada conforme o planejado.

A Carteira de Projetos da Indústria da Moda foi trabalhada em 2011, através de 8 projetos (4 no setor de Couro e Calçados e 4 no setor de confecções) distribuídos nas regiões Metropolitana que abrange Porto Alegre e Litoral, Vale do Sinos, Serra, Planalto e Noroeste. Foram atendidas 382 micro e pequenas empresas na tipologia coletiva. O Foco estratégico dos projetos desta carteira possui profundo apelo mercadológico e ênfase em questões de posicionamento empresarial e gestão por indicadores variando as ações de acordo com a característica do público alvo selecionado. A carteira da moda é monitorada qualitativamente por reuniões "in loco" com os gestores dos respectivos projetos e quantitativamente, através de reuniões periódicas de avaliação de performance.

Os projetos "FORNECE - Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores da Indústria de Calçados" e "Pólo das Indústrias de Calçados e Artefatos do Vale dos Sinos e Paranhana" foram finalizados em 2010, mas tiveram despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Eletroeletrônico	METROPOLIT	Desenvolver o Setor Eletroeletrônico da região Metropolitana e Sinos	7.093	9.426
Eletroeletrônico Total			7.093	9.426

Análise: O setor Eletroeletrônico não teve projetos em 2011, pois o setor não foi identificado como prioritário para a atuação do Sebrae no estado em 2011. O projeto mostrado acima foi encerrado em 2010, mas tiveram despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Gemas e Jóias	TAQUARI	Desenvolver o Setor de Gemas e Jóias de Soledade e Guaporé	7.639	5.408
Gemas e Jóias Total			7.639	5.408

Análise: O setor de Gemas e Jóias faz parte da carteira da Indústria da Moda, mas não teve projeto em 2011, pois o setor não foi identificado como prioritário para a atuação do Sebrae no estado em 2011. O projeto mostrado acima foi encerrado em 2010, mas teve despesas em 2011, decorrentes de comprometimentos de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Indústria de Alimentos e Bebidas	CENTRO	Desenvolver a indústria de alimentos na Regional Centro	155.220	137.473
	CAMPANHA	Desenvolver as Indústrias de alimentos e Agroindústrias da Região da Campanha	253.763	227.842
	SERRA	Promover a Panificação e Confeitaria Serra Gaúcha	86.686	82.615
	METROPOLIT	Promover o Pólo de Panificadoras da Região Metropolitana de Porto Alegre	139.713	138.081
	SUL	Qualificar a Panificação da Região Sul	3.293	2.602
	TAQUARI	Qualificar a Panificação Vales do Taquari e Rio Pardo	97.246	90.906
Indústria de Alimentos e Bebidas Total			735.921	679.518

Análise: O setor de Alimentos e Bebidas foi trabalhado em 2011 através de 5 Projetos com foco no segmento de panificação e confeitaria nas regiões Centro, Campanha, Metropolitana, Serra e Vales do Taquari e Rio Pardo. Todos os projetos tiveram os seus planos de trabalhos executados dentro do que tinha sido planejado e, conseqüentemente, a execução financeira também refletiu esta boa execução.

Foram atendidas 212 empresas objetivando a melhoria da gestão e o aumento do volume de vendas das empresas. A carteira foi trabalhada através de um alinhamento estadual junto aos 5 projetos com reuniões mensais de avaliação e monitoramento como também através da realização de ações estaduais em conjunto como Seminários, Rodadas de Negócios e as missões empresariais.

Os projetos "Qualificar a Panificação da Região Sul" e "Qualificar o Segmento do Doce de Pelotas" foram finalizados em 2010, mas o primeiro teve despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Madeira e Móveis	CENTRO	Conforto Sob Medida do Pólo de Móveis da Região Centro	12.358	4.525
	NOROESTE	Desenvolver Pólo de Móveis do Noroeste Gaúcho	145.410	122.413
	SERRA	Fortalecer o Setor de Móveis, Máquinas e Componentes p/ a Indústria Moveleira Serra Gaúcha	199.465	176.627
	SERRA	Pólo de Móveis da Serra Gaúcha	1.360	201
	PLANALTO	Promover e ampliar mercado do Segmento Moveleiro Planalto e Norte RS Projeto PROMOVE	1.786	90
Madeira e Móveis Total			360.379	303.855

Análise: A carteira de projetos da Indústria Moveleira foi trabalhada em 2011 através de 2 projetos distribuídos nas regiões Serra e Noroeste. O projeto "Desenvolver Pólo de Móveis do Noroeste Gaúcho" teve a sua execução menor que 85%, provocada pela redução do número de empresas no projeto, acarretando numa menor quantidade de capacitações e consultorias no projeto.

Foram atendidas 126 micro e pequenas empresas na tipologia coletiva. O Foco estratégico dos projetos desta carteira possui profundo apelo em inovação no desenvolvimento de produto, bem como em questões de posicionamento empresarial e gestão por indicadores variando as ações de acordo com a característica do público alvo selecionado. A carteira da Moveleira é monitorada qualitativamente por reuniões "in loco" com os gestores dos respectivos projetos e quantitativamente através de reuniões periódicas de avaliação de performance.

Os projetos "Conforto Sob Medida do Pólo de Móveis da Região Centro", "Pólo de Móveis da Serra Gaúcha e "Promover e ampliar mercado do Segmento Moveleiro Planalto e Norte RS Projeto PROMOVE" foram finalizados em 2010, mas tiveram despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Metal-Mecânica	SINOS	Ampliar as Vendas do Setorial Metal Mecânico do Vale do Sinos, Caí e Paranhana - METALSINOS	336.779	301.227
	NOROESTE	Desenvolver as empresas do APL Pós-Colheita Panambí e Condor	12.052	9.501
	PLANALTO	Desenvolver as empresas do APL Metalmecânico Pré Colheita	361.000	339.060
	TAQUARI	Desenvolver o Setor Metal Mecanico nos Vales do Taquari, Rio Pardo e Região Centro	186.457	161.157
	SINOS	Desenvolvim de Fornecedores da Cadeia Metal-Mecânica Vale do Sinos, Caí e Paranhana DEMETAL	13.000	5.106
		Desenvolvimento de Fornecedores da Gerdau RS	21.650	12.193
	SERRA	Feira Mercopar 2011	3.809.928	3.800.927
	NORTE	Fortalecer a Competitividade do Metalmecânico do Norte do RS - PROMETAL	249.234	205.626
	SERRA	Fortalecer a Competitividade do Setor Metal Mecânico da Serra Gaúcha	174.809	167.474
		Incrementar as Indústrias de Máquinas e Componentes p/ Indústria Moveleira Serra Gaúcha	331	140
	SINOS	PDF - Programa de Desenvolvimento Fornecedores da Cadeia Metal Mecânica do Vale dos Sinos	365.000	302.508
	METROPOLIT	Qualificar o Pólo Metal Mecânico da região Metropolitana de Porto Alegre	104.112	104.520
Metal-Mecânica Total			5.634.352	5.409.437

Análise: O Setor Metalmecânico foi trabalhado em 2011 através de 07 projetos distribuídos nas regiões Metropolitana, Sinos, Serra, Vale do Taquari, Planalto e Norte. Todos os projetos tiveram um bom desempenho dos seus planos de trabalho refletindo a boa execução das despesas orçadas, com exceção dos seguintes projetos:

"Fortalecer a Competitividade do Metalmecânico do Norte do RS - PROMETAL" - em função da desistência de algumas empresas que estavam no plano de trabalho planejadas para realizarem a capacitação "Rumo a ISO 9000", que tem como objetivo final a certificação da empresa pela norma ISO 9000, importante diferencial competitivo para as mesmas;

"PDF - Programa de Desenvolvimento de Fornecedores da Cadeia Metal Mecânica do Vale dos Sinos" - Este projeto tinha como objetivo capacitar os fornecedores da Gerdau e da Sthil. Estava planejado atender também os fornecedores da Weatherford, porém esta empresa âncora só

iniciou as capacitações do seus fornecedores no segundo semestre, impactando na execução da despesa prevista para capacitação dos seus fornecedores. Outro fato que impactou foi a troca do gestor do projeto no meio de sua execução.

A carteira dos projetos focou na capacitação das empresas para qualificá-las para grandes empresas parceiras, como Sthil, Gerdau, Petrobras, entre outras. O sucesso do trabalho realizado junto a Gerdau resultou na assinatura de um convênio entre SEBRAE/NA e Gerdau para capacitar os fornecedores desta grande empresa em todos os estados onde exista uma unidade da empresa.

Os projetos abaixo foram finalizados em 2010, mas tiveram despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano:

- Desenvolver as empresas do APL Pós-Colheita Panambi e Condor
- Desenvolver o Setor Metalmecânico da Região Noroeste
- Desenvolvimento de Fornecedores da Cadeia Metal-Mecânica do Vale do Sinos, Caí e Paranhana DEMETAL
- Desenvolvimento de Fornecedores da Gerdau RS Incrementar as Indústrias de Máquinas e Componentes para a Indústria Moveleira da Serra Gaúcha.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Multisetorial Indústria	METROPOLIT	Aumentar a Competitividade das Serralherias da Região Metropolitana	155.910	145.837
Multisetorial Indústria Total			155.910	145.837

Análise: O projeto acima foi uma parceria com o Instituto Gerdau, teve como foco a cooperação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas de Serralheria da região Metropolitana, Vale do Sinos e Litoral. Este projeto finalizou com a execução completa do plano de trabalho previsto e, consequente, utilização da despesa orçada praticamente na sua totalidade.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Petróleo e Gás	METROPOLIT	Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia da Região Metropolitana de Porto Alegre	647.257	593.491
	SUL	Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia da Região Sul do Estado do RS	355.762	334.293
	SERRA	Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia da Serra Gaúcha	258.514	251.113
	GIND	Cadeia de Petróleo, Gás e Energia- Projeto CODESUL	286.384	247.921
	SUL	PDF - Programa de desenvolvimento de fornecedores do Pólo Naval	3.184	3.184
Petróleo e Gás Total			1.551.101	1.430.002

Análise: A carteira de Petróleo & Gás foi trabalhada em 2011 através de 04 projetos; 03 projetos nas regiões metropolitana, serra e sul e 1 projeto, chamado CODESUL, que buscou ações de aproximação entre empresas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Todos estes 4

projetos tiveram a sua execução de despesas praticamente conforme o orçamento, mostrando a aderência das ações aos seus planos de trabalho propostos.

A carteira foi trabalhada através de um alinhamento estadual buscando a realização de várias atividades conjuntas, principalmente focadas no mercado. As participações em feiras nacionais, estaduais e Rodadas de Negócios sempre ocorreram em conjunto, permitindo a todas as empresas a busca por oportunidades.

O projeto "PDF - Programa de desenvolvimento de fornecedores do Pólo Naval" foi cancelado no início do ano de 2011 por competir com as mesmas empresas e recursos do projeto "Adensamento da Cadeia Produtiva da Região Sul", da mesma região. Os poucos recursos que aparecem comprometidos neste projeto são do início da estruturação do projeto.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Química e PVC	SERRA	Desenvolver o Setor Plástico da Serra Gaúcha	160.125	158.080
Química e PVC Total			160.125	158.080

Análise: O projeto "Desenvolver o Setor Plástico da Serra Gaúcha" encerrou em 2011 e atendeu 50 empresas tendo como principal foco aumentar o faturamento das Micro e Pequenas Empresas da cadeia plástica da Serra Gaúcha e região metropolitana através da melhoria da qualidade, melhoria na gestão das empresas, aprimoramento e ampliação da relação comercial em sua carteira de clientes, implementação de um programa de indicadores de desempenho e ações de mercado como missões empresariais, rodadas de negócios e seminários. A execução deste projeto foi aderente às ações planejadas e, consequentemente, à execução da despesa orçada.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Tecnologia da Informação	CENTRO	Desenvolver as Empresas de Software da Região Centro, Vale do Taquari e Rio Pardo	103.555	100.980
	SINOS	Desenvolver as Empresas de Software do Vale dos Sinos - SoftSinos	103.942	103.203
	SERRA	Desenvolver as empresas de software na Região da Serra Gaúcha	216.969	204.135
	PLANALTO	Desenvolver Empresas de Software na Região Norte	988	270
	METROPOLIT	Desenvolver o Setor de Software da Região Metropolitana de Porto Alegre	12.180	3.699
Tecnologia da Informação Total			437.634	412.287

Análise: O Setor de Tecnologia da Informação foi trabalhado em 2011 através de 3 Projetos com foco no segmento de software e serviços nas regiões Centro, Serra e Sinos. Foram atendidas 130 empresas objetivando a ampliação de mercados e o fomento às alianças empresariais. Todos estes projetos executaram as ações conforme o plano de trabalho planejado com as empresas, mostrando a aderência à execução da despesa orçada.

A carteira foi trabalhada através de um alinhamento estadual junto aos 3 projetos com reuniões mensais de avaliação e monitoramento como também através da realização de ações estaduais em conjunto, como seminários, rodadas de negócios, exposição em feiras e as missões empresariais.

O projeto “Desenvolver as Empresas de Software na Região Norte” foi finalizado em 2010, mas teve despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

O projeto “Desenvolver o Setor de Software da Região Metropolitana de Porto Alegre” foi encerrado no início do ano de 2011 após a revisão do planejamento do projeto onde as empresas não aderiam às ações que estavam já planejadas no ano anterior e sugerindo novas ações onde o Sebrae não tinha soluções preparadas para implementação. Em função deste impasse, foi decidido finalizar o projeto.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Têxtil e Confecções	SERRA	APL de Confecções e Malharia da Serra Gaúcha	40.151	34.344
		APL Moda Intima do Pólo Confecções de Guaporé	1.663	1.434
	NOROESTE	Aprimorar o Pólo da Moda do Noroeste Gaúcho	95.500	71.244
	SERRA	Desenvolver a Indústria da Moda na Serra Gaúcha	161.600	149.171
	PLANALTO	Desenvolver as Indústrias de Confecção do Vestuário do Planalto e Norte do RS	69.500	59.189
	METROPOLIT	Promover o Pólo de Confecção da Região Metropolitana de Porto Alegre	280.880	275.877
Têxtil e Confecções Total			649.294	591.259

Análise: O setor têxtil e de confecção faz parte da carteira de projetos da Indústria da Moda que é formada, além deste, pelos setores da Couro e Calçados e Gemas e Jóias. Este setor foi trabalhado com 4 projetos distribuídos nas regiões Metropolitana, que abrange Porto Alegre, Litoral, Serra, Planalto e Noroeste.

O projeto “Aprimorar o Pólo da Moda do Noroeste Gaúcho” teve a execução das despesas orçadas menores do que 85% em função da desistência de empresas do projeto. Consequentemente o número de capacitações e consultorias realizadas foram menores do que o previsto.

Os projetos “APL de Confecções e Malharia da Serra Gaúcha” e “APL de Moda Intima do Pólo de Confecções de Guaporé” foram finalizados em 2010, mas tiveram despesas em 2011 decorrentes de comprometimentos estimados de 2010, que não puderam ser pagos no mesmo ano.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Comércio Varejista	METROPOLIT	Aprimorar os Aglomerados Comerciais da Região Metropolitana de Porto Alegre	189.849	169.455
	SUL	Aprimorar os Aglomerados Comerciais Região Sul	316.829	287.085
	METROPOLIT	Comércio do Centro Histórico de Gravataí	5.540	5.138
	SERRA	Compre Bem na Serra Gaúcha	334.923	296.827
	METROPOLIT	Desenvolver Empresas do Setor Comércio e Serviços	150.000	144.251
	PLANALTO	Desenvolver Mercados e Minimercados vinculados a redes da região Planalto e Norte	5.998	2.674
		Desenvolver o Comércio Varejista de Confecções e Acessórios do Planalto	11.805	7.783
	SINOS	Desenvolver o Comércio Varejista e Prestadores de Serviços dos Vales do Sinos, Caí e Paranhana	122.150	114.044
	METROPOLIT	Promover o Comércio Varejista no Bairro Tristeza do Município de Porto Alegre	2.797	2.085
	SINOS	Qualificar as Empresas das Redes de Cooperação do Vale dos Sinos, Caí e Paranhana - Cooperar	138.220	113.894
	METROPOLIT	Qualificar as empresas de Comércio e Serviços de Redes de Cooperação na Região Metropolitana de Porto Alegre	226.278	170.411
	CENTRO	Qualificar o Comércio Varejista da Região Centro do Rio Grande do Sul	284.504	252.878
	SERRA	Qualificar o Comércio Varejista de Bento Gonçalves - Viva Bento	4.583	2.944
	METROPOLIT	Qualificar o Comércio Varejista e de Serviços dos Bairros Fragata e Zona Norte	1.370	1.080
	TAQUARI	Qualificar os Aglomerados Comerciais dos Vales do Taquari e do Rio Pardo	17.622	14.216
	SERRA	Rede Total Farma Serra Gaúcha	13.697	11.875
	CAMPANHA	Revitalização Espaços Comerciais RS - Campanha	415.140	364.043
	NOROESTE	Revitalização Espaços Comerciais RS - Noroeste	352.112	348.835
	NORTE	Revitalização Espaços Comerciais RS - Norte	353.855	330.901
	PLANALTO	Revitalização Espaços Comerciais RS - Planalto	376.400	365.028
	TAQUARI	Revitalização Espaços Comerciais RS - Vales do Taquari e do Rio Pardo	401.966	353.716
Comércio Varejista Total			3.727.127	3.359.182

Desenvolver Mercados e Minimercados vinculados a redes da região Planalto e Norte
Desenvolver o Comércio Varejista de Confecções e Acessórios do Planalto
Promover o Comércio Varejista no Bairro Tristeza do Município de Porto Alegre
Qualificar o Comércio Varejista de Bento Gonçalves - Viva Bento
Qualificar o Comércio Varejista e de Serviços dos Bairros Fragata e Zona Norte

Análise: Os projetos acima não foram executados no ano de 2011. Os valores alocados em 2011 foram para realizar pagamentos referentes a atividades de 2010, principalmente, atividades de capacitação e consultoria iniciadas no mês de dezembro de 2010, onde não houve tempo hábil de realizar o processo de cobrança por parte dos consultores credenciados dentro do mesmo ano de realização da atividade.

Qualificar as empresas de Comércio e Serviços de Redes de Cooperação na Região Metropolitana de Porto Alegre

Análise: Não executou todo o recurso devido à ação de indicadores de desempenho que teve a finalização e o pagamento das consultorias reprogramado para 2012, por solicitação do grupo de empresas que alegou falta de tempo para esta atividade no período previsto. Foram realizadas todas as ações previstas, o número de feiras e número de missões/caravanas atingiu 200% em função de usarmos somente 30% de recursos previstos no projeto. Desta forma todas as metas físicas tiveram realização acima de 100%, com exceção do número de consultorias relacionadas a implementação de indicadores de desempenho, o que impactou significativamente na execução de despesa.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Economia Criativa	METROPOLIT	Turismo do Litoral Norte Gaúcho	626.300	582.760
Economia Criativa Total			626.300	582.760

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Serviços	SINOS	Desenvolver a Gastronomia do Vale do Sinos	96.150	75.090
	METROPOLIT	Desenvolver as Empresas de Serviços Prestados a Empresas de Porto Alegre	183.037	169.771
	SUL	Desenvolver os Serviços de Saúde, Estética e Beleza da Região Sul	240	0
	SUL	Oficina Nota 10 de Rio Grande	445	0
	CAMPANHA	Qualificar a Gestão das Empresas de Comércio Exterior da Campanha e Fronteira Oeste	2.520	2.520
	SERRA	Qualificar os Serviços de Reparação Veicular da Serra Gaúcha	120.000	117.645
Serviços Total			402.392	365.026

Qualificar a Gestão das Empresas de Comércio Exterior da Campanha e Fronteira Oeste

Oficina Nota 10 de Rio Grande
Desenvolver os Serviços de Saúde, Estética e Beleza da Região Sul

Análise: Os projetos acima não foram executados no ano de 2011. Os valores alocados em 2011 foram para realizar pagamentos referentes a atividades de 2010, principalmente, atividades de capacitação e consultoria iniciadas no mês de dezembro de 2010, onde não houve tempo hábil de realizar o processo de cobrança por parte dos consultores credenciados dentro do mesmo ano de realização da atividade.

Desenvolver a Gastronomia do Vale do Sinos

Análise: Devido à intensidade de demandas para os clientes do projeto no período de final de ano, algumas consultorias financeiras e tecnológicas não puderam ser concluídas em 2011, sendo que os valores estão comprometidos e deverão ser pagos até março de 2012. Após a conclusão das consultorias, no final de fevereiro de 2012, a execução financeira chegará a R$ 92.829,00, ou 96,5%. O valor restante não será executado em função da desistência de algumas empresas na parte final do projeto.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Turismo	SERRA	Bem Receber - Serra Gaúcha	38.432	35.586
		Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra	1.179	420
	METROPOLIT	Desenvolver a Gastronomia no Bairro Cidade Baixa de Porto Alegre	20.180	18.029
	SUL	Desenvolver o Turismo da Costa Doce	219.341	200.394
	SERRA	Desenvolver o Turismo Sustentável na Serra Gaúcha	364.040	357.710
	CAMPANHA	Desenvolvimento Turístico do Pampa Gaúcho	7.342	5.640
	SERRA	Fomento ao Turismo no Parque Nacional dos Aparados da Serra e Entorno	90.000	13.699
	SUL	Hospitalidade na Costa Doce	4.916	7
	SERRA	Pólo de Turismo Aventura - Serra Gaúcha	1.943	376
	METROPOLIT	Qualificar a Gastronomia da Região Metropolitana	163.671	130.755
		Sebrae na Copa 2014	1.689.015	1.548.375
		Talentos do Brasil Rural	861.753	458.123
	SUL	Turismo Cultural - Sabores da Costa Doce	23.651	16.669
	SERRA	Turismo Rural na Serra Gaúcha	10.319	4.325
Turismo Total			3.495.782	2.790.107

Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra

Desenvolvimento Turístico do Pampa Gaúcho

Pólo de Turismo Aventura - Serra Gaúcha

Hospitalidade na Costa Doce

Turismo Cultural - Sabores da Costa Doce

Turismo Rural na Serra Gaúcha

Análise: Os projetos acima não foram executados no ano de 2011. Os valores alocados em 2011 foram para realizar pagamentos referentes a atividades de 2010, principalmente, atividades de capacitação e consultoria iniciadas no mês de dezembro de 2010, onde não houve tempo hábil de realizar o processo de cobrança por parte dos consultores credenciados dentro do mesmo ano de realização da atividade.

Talentos do Brasil Rural

Análise: O projeto Talentos do Brasil Rural, é uma parceria entre Ministério do desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, SEBRAE/NA, SEBRAE/RS e GIZ. O mesmo tem abrangência nacional, envolvendo hoje 25 estados brasileiros. A gestão operacional e financeira está sob a responsabilidade do SEBRAE/RS e a gestão estratégica está sob a responsabilidade de um comitê técnico composto por representantes das instituições acima citadas, sendo assim, a execução financeira é afetada pelas definições estratégicas deste comitê.

No ano de 2011, foi decidido no comitê técnico que os custos e execução de duas grandes metas do projeto (pesquisa de mercado e diagnóstico dos empreendimentos selecionados) seriam assumidas pelo SEBRAE/NA, com o objetivo de liberar estes valores para serem utilizados nas ações de intervenção nos empreendimentos após a realização do diagnóstico, já que os recursos previstos inicialmente para intervenção seriam insuficientes para atender todos os selecionados, sendo assim, os valores previstos e não realizados para este ano são a soma dos valores previstos para estas duas metas. A utilização destes valores para as ações de intervenção ainda não aconteceram, porque a fase de diagnóstico ainda não foi finalizada, e também porque estamos aguardando a autorização do MDA para o remanejamento deste recurso para esta nova meta.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Mutisetorial Individual	GEMP	ALI - Agentes Locais de Inovação/RS	1.674.951	1.595.350
		Atender Empreendedores - Gestão Estadual	27.723	13.546
	CENTRO	Atender Empreendedores na Região Centro	739.135	604.369
	CAMPANHA	Atender Empreendedores na Região da Campanha e Fronteira-Oeste	645.058	527.970
	SUL	Atender Empreendedores na Região da Regional Sul	727.722	572.481
	PLANALTO	Atender Empreendedores na Região do Planalto	851.410	825.030
	SINOS	Atender Empreendedores na região do Vale dos Sinos, Caí e Paranhana	1.436.184	1.181.287
	METROPOLIT	Atender Empreendedores na Região Metropolitana	2.374.630	2.022.175
	NOROESTE	Atender Empreendedores na Região Noroeste	737.665	647.186
	NORTE	Atender Empreendedores na Região Norte	626.087	565.912
	SERRA	Atender Empreendedores na Região Serra Gaúcha	1.206.647	1.096.225
	TAQUARI	Atender Empreendedores na Região Vales do Taquari e do Rio Pardo	752.007	658.502
	GEMP	Atendimento Individual a Distância - RS	5.000	1.978
		Campanha de Vacinação	112.463	106.657
		Educação Empreendedora- SEBRAE/RS	300.688	237.533
	GCOM	Facilitar o Acesso a Mercados Através de Feiras Regionais - 2011	220.000	193.724
	GEMP	Feira do Empreendedor 2010	1.000	-5.755
		Fomentar o Empreendedorismo - Gestão Estadual	786.299	711.834
	GIND	Participação das MPE'S Gaúchas em Feiras e Missões Internacionais de 2011	844.400	818.985
	GEMP	Realizar a Feira do Empreendedor 2012	135.715	112.102
		SEBRAE/RS - Projeto de Atendimento Negócio a Negócio	7.233.810	5.979.679
	GIND	SEBRAE/RS - PROJETO SEBRAE MAIS	500.000	104.663
	GEMP	SEBRAEtec-RS	976.500	523.677
	GPP	Superar: São Lourenço do Sul	884.840	167.502
Multisetorial/Individual Total			23.799.934	19.266.947

ALI – Agentes Locais de Inovação/RS: No ano de 2011 foram realizadas ações estratégicas de comunicação do Programa ao seu Público Alvo: Promoção do Mutirão da Inovação em diversas cidades do Estado, ampla mídia nos principais veículos: televisão, rádio e jornal, além da aproximação dos Agentes às respectivas Regionais de atuação, Consultores Sêniores e Parceiros Locais. Foi necessário, ainda, o lançamento de um novo edital de seleção de bolsistas através da Fapergs, tendo em vista o término de candidatos em banco reserva. O edital foi lançado no mês de julho sendo concluído no mês de outubro e, após etapa de capacitação de um mês, oito novos agentes foram incorporados ao projeto, totalizando a quantidade de 30 bolsistas em atividade somente a partir de novembro. Medidas como ampliação dos territórios e setores atendidos pelo programa, também contribuíram para um aumento cinco vezes maior de atendimento às empresas em relação ao que foi realizado no ano de 2010.

Quanto à execução orçamentária, esta foi impactada pela expressiva quantidade de bolsistas que se desligaram do programa. Com o término dos candidatos disponíveis em cadastro reserva os agentes não puderam ser substituídos antes do lançamento de um novo edital para seleção de

novos bolsistas. Além dos valores previstos para pagamento das bolsas, despesas com infra-estrutura do trabalho e valores de consultoria sênior ficaram comprometidas em sua previsão inicial, haja vista que são proporcionais à quantidade de agentes efetivamente atuando em campo.

Atender Empreendedores – Gestão Estadual

Projeto rodou no ano de 2011 com o único objetivo de pagar despesas remanescentes do ano anterior (2010). Apesar do alto percentual não executado, o valor absoluto é bastante baixo.

Campanha e Fronteira Oeste

O projeto encontrou algumas dificuldades operacionais, principalmente relacionadas à disponibilidade de mão de obra, o que ocasionou atrasos no cumprimento do cronograma inicial e consequente não execução do orçamento planejado.Algumas ações de consultoria gerencial não foram concluídas em 2011, portanto não houve desembolso de recursos. Foi feita a transferência no montante de R$ 60.959,00 para 2012 para garantir essa quitação, após conclusão das mesmas.

Centro

O projeto teve boa execução de metas físicas, embora grande parte tenha se concentrado no segundo semestre, não possibilitando o término das ações em 2011, o que ocasionou orçamento comprometido com pagamentos em 2012. Some-se a isso a economia com deslocamentos devido à realização de ações com consultores locais.

Metropolitana

Projeto com metas bastante desafiadoras, proporcionais à densidade empresarial da regional. Algumas dificuldades operacionais relacionadas e estrutura de comercialização impediram uma aproximação mais efetiva do empresário.

Noroeste

Boa execução de metas físicas no projeto, bem como execução financeira. Alguns ajustes no primeiro semestre foram feitos relacionados ao modo de operação da equipe e também pelas parcerias efetuadas com algumas entidades da região. Estas ações incrementaram a execução do projeto no segundo semestre, aumentando a realização de cursos/palestras/oficinas e atendimentos executados pelos técnicos na sede dos parceiros.

Norte

Em 2011 o foco do projeto foi a realização das ações de gestão, especialmente as capacitações, consultorias e assessorias, além das ações que envolvem o tema empreendedorismo. Foram firmadas parcerias importantes para efetivação das ações realizadas para as MPE´s da região, dentre as quais se pode citar: Associações Comerciais, CDL´s, Sindicatos, Cooperativas, Municípios, Instituições de Ensino, etc. A receptividade positiva destas parcerias tornou necessária a solicitação de recursos extras para atendimento das demandas.

Planalto

No ano de 2011 a regional teve uma demanda maior que a prevista em número de consultorias. A execução desta solução gera um descompasso financeiro entre comprometimento e pagamento, pois o desembolso se dá apenas no final do trabalho. Ainda, o encerramento das mesmas não coincidiu com o final do ano e houve uma pequena quebra entre o planejado e o executado.

Serra Gaúcha

O desempenho menor do que o projetado deve-se a demora na execução das consultorias, o que acaba por elevar os valores comprometidos com estas ações ainda pendentes de encerramento. O novo modelo de atendimento das consultorias implementado em setembro impôs maior dinamismo na realização, diminuiu o hiato.

Sinos, Caí e Paranhana

Projeto com metas e orçamento audacioso, necessitou desenvolver uma maior articulação entre os parceiros locais, o que capilarizou o atendimento com as parceiras das prefeituras (Rio Grande Empreendedor) bem como fortificou as ações conjuntas com as instituições setoriais da região. Algumas dificuldades operacionais, principalmente ligadas a processos, prejudicaram a velocidade de execução.

Sul

Os menores desempenhos no Projeto ficaram por conta das ações Bônus Metrologia, onde a demanda espontânea pelo produto não teve a procura estimada e também Capacitação em Inovação, onde houve dificuldade na formação das turmas previstas.

Vale do Taquari e do Rio Pardo

Boa execução física e financeira. O desempenho abaixo do planejado deve-se ao cancelamento de algumas agendas por falta de quórum e a não execução completa de algumas consultorias, o que não possibilita seu pagamento. Apesar disso, houve grande número de ações de capacitação em gestão.

Campanha de Vacinação

As principais dificuldades do Projeto foram o cadastro incompleto das empresas recebido da Junta Comercial, a grande quantidade de retornos dos fascículos pelo correio e alguns problemas logísticos. Utilizamos 95% do recurso do projeto com despesas de impressão, correios, serviços de montagem e etiquetas.

Atendimento Individual a Distância

O projeto tem como objetivo disponibilizar conhecimento e soluções de atendimento individual online para empreendedores e empresários. Tivemos efetividade nos atendimentos através de 12 soluções on-line. O recurso financeiro era previsto para impressão de materiais da ação do Programa Negócio Certo e não foi totalmente utilizada, pois a demanda pela modalidade

impresso foi menor do que a prevista inicialmente, o que gerou uma economia em impressão de materiais e envio dos materiais pelos Correios.

Educação Empreendedora

O Projeto Educação Empreendedoras teve seu termino em fevereiro de 2012. A execução orçamentária não foi realizada na sua totalidade. Recursos destinados para o Lançamento do Projeto não foram executados devido ao fato de que os municípios trabalhados já estavam sensibilizados, não sendo necessária a realização de evento exclusivo de lançamento. Despesas referentes aos serviços de terceiros e locação de sala, coffee break e equipamentos foi de responsabilidade dos respectivos parceiros não sendo utilizado o recurso previsto no projeto, despesas referente à viagem foram otimizadas em virtude das atividades prevista serem feitas sequencialmente. Além disto, houve atraso na contratação do parceiro IEA- Instituto de Estudos Avançados, o contrato foi executado em 09 meses e não em 12 meses conforme planejado, com isto houve redução do valor de contratação.

Negócio a Negócio

A execução abaixo do previsto nos instrumentos “Consultorias” e “Informações” do Projeto de Atendimento Negócio a Negócio ocorreu em virtude de dificuldades na renovação dos convênios com as Instituições de Ensino Superior, responsáveis pela execução dos atendimentos; indisponibilidade dos materiais no prazo adequado e pouca oferta de mão-de-obra (alunos das universidades). Estas dificuldades encontradas serviram de insumo para implantação de melhorias para o próximo ciclo.

Fomentar o Empreendedorismo – Gestão Estadual

O projeto não teve execução plena conforme o planejado devido a previsão de contratação de serviços que não foram necessários (digitação, por exemplo), pelo número de empresas visitadas abaixo do planejado, ocasionando uma despesa menor relacionada a viagens, bem como a execução com mão-de-obra interna de algumas etapas que em ciclos anteriores foram realizadas através de terceiros.

Realizar a Feira do Empreendedor 2012

O projeto da FE 2012, durante o ano de 2011 objetivava contratar o espaço físico para realização da feira e também o seu projeto arquitetônico. Algumas indefinições sobre a estratégia da feira, inclusive alterações propostas nacionalmente, impossibilitaram a entrega final do projeto e o seu pagamento total.

Sebraetec/RS: No primeiro semestre de 2011 operacionalizamos o programa através de um único prestador de serviços (Senai), único canal de venda (site Sebrae) e limitados escopos de atendimento. No final de maio avaliamos os resultados alcançados e constatamos que havíamos atingido apenas 14% da execução financeira e 11% da meta física anual.

Em virtude destes resultados implementamos a partir de julho as seguintes melhorias:

- Ampliação dos escopos de atendimento e dos prestadores de serviços;
- Ampliação dos canais de venda;

- Ampliação da divulgação do programa Sebraetec aos gestores de projetos finalísticos, parceiros e possíveis clientes.

No segundo semestre observamos melhoria significativa nos resultados alcançados (34% execução financeira e 68% de execução física), demonstrando que as melhorias implementadas foram adequadas. No entanto, devido à natureza dos serviços oferecidos através deste programa serem em sua maioria consultorias de médio e de longo prazo, finalizaremos o ano de 2011 com parte das despesas orçadas, comprometidas, pois a finalização dos serviços junto aos clientes e, consequentemente, o pagamento destas consultorias aos prestadores de serviços ocorrerão apenas no primeiro trimestre de 2012.

Setor Econômico	Regional	Projeto	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada
Setorial Indústria	GEMP	INOVA PEQUENA EMPRESA RS 2010	3.729.553	3.622.253
		Inovação e Difusão Tecnológica - Edital 2007 - Sebrae Finep	513.000	401.066
Setorial Indústria Total			4.242.553	4.023.319

Inova Pequena Empresa RS 2010: Edital lançado em Julho de 2010, com o mesmo objetivo do Edital de 2009, porém com um percentual de 50% dos recursos disponíveis para projetos relacionados ao setor de Petróleo e Gás e de Empresas Incubadas. Recebemos um montante de 420 propostas e contratamos 60 empresas, em função do recurso disponível. A gestão técnica e financeira deste edital atende o mesmo regramento adotado no edital anterior, na qual disponibilizamos sistema informatizado para prestação de contas, periodicidade bimestral para a apresentação de prestação de contas pelas empresas, e reuniões presenciais com os empresários e coordenadores dos projetos nas empresas, em periodicidade trimestral.

Inovação e Difusão Tecnológica – Edital 2007 – Sebrae Finep: Este Edital teve como objetivo selecionar projetos de inovação tecnológica de interesse de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) a serem executados por Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), públicas ou privadas, em cooperação com MPEs brasileiras inseridas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) e no âmbito das prioridades estabelecidas na Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Selecionamos 09 projetos, sendo que os mesmos foram contratados entre Fevereiro e Maio de 2009. A previsão de encerramento destes projetos é em 2012, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, ou seja, a conclusão dos projetos poderá ser em 2013. Temos um projeto pendente de pagamento, pois a prestação de contas não alcançou 80% do valor repassado na 1ª parcela.

2.1.2.3. Considerações sobre a estratégia de atuação do Sistema SEBRAE

O SEBRAE-UF opera em articulação com o órgão do Sistema SEBRAE responsável pela coordenação das ações dos SEBRAE/UF, seguindo uma rotina de planejamento operacional consubstanciada no Plano Plurianual da entidade para um horizonte de três anos.

O processo de elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento de 2011 (PPA 2011-2013) foi norteado pelos princípios de transparência, simplicidade e flexibilidade.

Plano Plurianual - PPA 2011 / 2013

Foi elaborado o Planejamento Plurianual para o período 2011-2013, resultando para o ano de 2011 em:

Projetos / Atividades / Inversões Financeiras – PREVISÃO						
Tipologia	PROJETOS		ATIVIDADES		INVERSÕES FINANCEIRAS	
	Qtd.	R$	Qtd.	R$	Qtd.	R$
ATENDIMENTO	196	54.288.381				
CONHECIMENTO E TECNOLOGIA	7	2.765.733	1	24.790		
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	7	3.041.641	0	0		
GESTÃO INTERNA	1	80.000	22	17.363.137		
SUPORTE A NEGÓCIOS			24	31.285.073		
INVERSÕES FINANCEIRAS					1	500.000
TOTAL	211	60.175.755	47	48.673.000	1	500.000

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

O Plano é acompanhado mensalmente através das reuniões mensais de monitoramento onde participam as principais lideranças (gerentes regionais e setoriais e a diretoria executiva).

A Análise tem como pauta o acompanhamento das Metas Mobilizadoras, da execução orçamentária e de metas físicas, dos Programas Nacionais e dos projetos com base Gestão Estratégica Orientada por Resultados – GEOR.

Os relatórios utilizam como fonte o Sistema de Monitoramento Estratégico – SME, Sistema de Pronto Atendimento, Sistema de Gestão Estratégica – SGE. A compilação dos resultados é de responsabilidade da Assessoria de Planejamento e Orçamento.

2.2.2. Análise do plano de ação

Caso seja identificada a necessidade de revisão ou correção, um plano de ação é elaborado pela gerencia envolvida e o acompanhamento passa a compor a pauta das Reuniões de monitoramento. O Gabinete da Direx é responsável pela condução do processo.

As alterações nos projetos/atividades são registradas no formulário Solicitação de Mudanças, analisada pela gerencias envolvidas e aprovada pela Direx. Posteriormente, é incorporada nos sistemas pertinentes.

2.3. PROGRAMAS – TIPOLOGIA E SETORES

Projetos / Atividades / Inversões Financeiras – REALIZAÇÃO						
Tipologia	PROJETOS		ATIVIDADES		INVERSÕES FINANCEIRAS	
	Qtd.	R$	Qtd.	R$	Qtd.	R$
ATENDIMENTO	196	46.954.007				
CONHECIMENTO E TECNOLOGIA	7	2.251.293	1	22.448		
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	7	2.657.535	0	0		
GESTÃO INTERNA	1	22.730	22	16.524.261		
SUPORTE A NEGÓCIOS			24	29.797.724		
INVERSÕES FINANCEIRAS					1	0
TOTAL	211	51.885.564	47	46.344.432	1	0

As ações planejadas se dividem em quatro categorias – Projetos de Atendimento; Articulação Institucional; Conhecimento e Tecnologia e Gestão Interna –, expressas conforme tipologia aplicada a todo o Sistema SEBRAE.

Tipologia de Projetos

- **Projeto Atendimento** é aquele executado diretamente junto a um determinado público-alvo (MPE e empreendedores), pelo Sistema SEBRAE e/ou parceiros, visando o alcance de resultados finalísticos;

- **Projeto de Conhecimento e Tecnologia** é aquele relacionado ao desenvolvimento e à disseminação (capacitação de instrutores, teste piloto, etc.) de novos produtos e metodologias;

- **Projeto de Articulação Institucional** é aquele executado diretamente junto a parceiros institucionais, visando potencializar a atuação do SEBRAE e/ou melhorar o ambiente para as MPE;

- **Projeto de Gestão Interna** é aquele relacionado a alguma função corporativa (Planejamento, Recursos Humanos, Administração, Finanças, Marketing, Comunicação, Tecnologia da Informação, Gestão Orçamentária, Auditoria e Assessoria Jurídica).

Tipologia de Atividades

- Atividades de Conhecimento e Tecnologias são aquelas inerentes à gestão e manutenção de produtos e metodologias existentes;

- Atividades de Articulação Institucional são as inerentes à gestão dos relacionamentos e parcerias com os poderes públicos, representações de classe, instituições de serviços financeiros, agências públicas ou privadas de financiamento e fomento e instituições de cooperação internacional;

- Atividades de Suporte a Negócios são padronizadas e contemplam ações direta ou indiretamente vinculadas a apoiar a Atuação Finalística, de Conhecimento e Tecnologia e de Articulação Institucional; e

- Atividades de Gestão Interna são as inerentes à operação e gestão das funções corporativas do SEBRAE-UF e do SEBRAE-NA: Planejamento, Recursos Humanos, Administração, Finanças, Marketing, Comunicação, Tecnologia da Informação, Gestão Orçamentária, Auditoria e Assessoria Jurídica.

Inversões

- Inversões Financeiras são aquelas criadas para contemplar o Fundo de Reserva, o Lastro para Operações de Crédito, o FAMPE e outras ações do mesmo gênero, conforme a especificidade de cada SEBRAE-UF e do SEBRAE-NA.

2.3.1. Projetos

O projeto é um empreendimento único, singular, conduzido por pessoas, com início e fim determinados, que utiliza recursos e competências visando atingir objetivos pré-definidos.

No SEBRAE, os projetos organizam-se em dois tipos básicos: finalísticos e internos (conhecimento e tecnologia, articulação institucional e gestão interna).

2.3.1.1. Projetos Finalísticos

2.3.1.1.1. Setores

Setor	Total Despesa Orçada	Total Despesa Executada	% Variação
1. Agroindústria	471.517	458.428	97%
2. Apicultura	97.179	20.993	22%
3. Bovinocultura de Corte	212.296	123.705	58%
4. Carne	241.500	178.409	74%
5. Comércio Varejista	3.727.127	3.359.182	90%
6. Couro e Calçado	871.858	804.652	92%
7. Desenvolvimento Territorial	4.971.597	4.532.549	91%
8. Economia Criativa	626.300	582.760	93%
9. Eletroeletrônico	7.093	9.426	133%
10. Fruticultura	356.557	318.531	89%
11. Gemas e Jóias	7.639	5.408	71%
12. Indústria de Alimentos e Bebidas	735.921	679.518	92%
13. Leite e Derivados	468.500	388.134	83%
14. Madeira e Móveis	360.379	303.855	84%
15. Metal-Mecânica	5.634.352	5.409.437	96%
16. Multisetorial Agronegócios	12.485	12.020	96%
17. Multisetorial Indústria	155.910	145.837	94%
18. Multisetorial/Individual	23.799.934	19.266.947	81%
19. Ovino e Caprino	13.009	15.932	122%
20. Petróleo e Gás	1.551.101	1.430.002	92%
21. Química e PVC	160.125	158.080	99%
22. Sem Setor	55.291.690	51.499.977	93%
23. Serviços	402.392	365.026	91%
24. SETORIAL AGRONEGÓCIOS	190.285	190.036	100%
25. SETORIAL INDÚSTRIA	4.242.553	4.023.319	95%
26. Tecnologia da Informação	437.634	412.287	94%
27. Têxtil e Confecções	649.294	591.259	91%
28. Turismo	3.495.782	2.790.107	80%
29. Vitivinicultura	156.746	154.180	98%
Total geral	109.348.755	98.229.997	90%

2.3.1.1.1.1. Apicultura

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Coletivos
Descrição	Projetos Finalísticos Coletivos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência do Agronegócio
Unidades Executoras	Gerências Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades Regionais
Coordenador do setor	Gerência Setorial
Responsável pela execução do setor	Gerência Setorial do Agronegócios

O setor de Apicultura é responsável por uma significativa ocupação de mão de obra e geração de renda nas pequenas propriedades rurais do RS. Por essa razão, trata-se de um setor com um papel fundamental na economia do estado, bem como, fundamental na preservação do meio ambiente local.

2.3.1.1.1.2. Bovinocultura de Corte e Carne

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Coletivos
Descrição	Projetos Finalísticos Coletivos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência do Agronegócio
Unidades Executoras	Gerências Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades Regionais
Coordenador do setor	Gerência Setorial
Responsável pela execução do setor	Gerência Setorial do Agronegócios

Após o Ciclo de Planejamento, desenvolvido pelo SEBRAE/RS, o setor da Bovinocultura de Corte foi considerado prioritário, devido sua representatividade no PIB Gaúcho, bem como, pelo número de propriedades rurais envolvidas. Atualmente, desenvolvemos projetos com viés de sustentabilidade, nas regiões inseridas nos Biomas Pampa e Mata Atlântica.

2.3.1.1.1.3. Gemas e Joias

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Coletivos
Descrição	Projetos Finalísticos Coletivos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência da Indústria
Unidades Executoras	Gerências Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades Regionais
Coordenador do setor	Gerência Setorial
Responsável pela execução do setor	Gerência da Indústria

As empresas de gemas e joias concentradas na região do Vale do Taquari e Rio Pardo no RS constituem atualmente um dos três maiores arranjos produtivos locais do Brasil do segmento. O Sebrae/RS atuou por longo período com estas empresas, auxiliando no desenvolvimento e na prosperidade dos grupos locais.

Decorrentes disto, muitas empresas evoluíram e passaram do status de pequena para média empresa ao longo do tempo. Tal mudança ocorreu, principalmente, por dois motivos: evolução natural dos empreendimentos e pelo advento do enquadramento dos empreendimentos a lei geral, cujo porte passou a ser definido pelo faturamento e não mais pelo número de funcionários. Por este motivo o projeto teve seu público alvo reduzido, sendo necessárias medidas de reformulação e cancelamento de inúmeras ações previstas.

Para tanto, foram planejadas ações de prospecção de novas empresas que tivessem o enquadramento exigido compatível com o status de micro ou pequena empresa, este fato ocasionou um déficit de execução do projeto em questão, fazendo-se necessário a construção de novos projetos para atender ao segmento.

2.3.1.1.1.4. Setor Leite e Derivados

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Coletivos
Descrição	Projetos Finalísticos Coletivos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência do Agronegócios
Unidades Executoras	Gerências Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades Regionais
Coordenador do setor	Gerência Setorial
Responsável pela execução do setor	Gerência Setorial do Agronegócios

O setor de Leite e Derivados é considerado prioritário para a Gerência de Agronegócios do SEBRAE. Possui extrema importância no PIB e, principalmente, está presente em mais de 70% das propriedades rurais no RS. Atualmente, estamos difundindo a metodologia PISA (Produção Integrada em Sistemas Agropecuários) do MAPA (Ministério da Agricultura), nos projetos de Leite, em parceria com Prefeituras e as Universidades Federais (UFRGS e UFPR). A principal característica do programa é a visão sistêmica da propriedade, onde a questão ambiental é requisito para alcançar a certificação.

2.3.1.1.1.4. Madeira e Móveis

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Coletivos
Descrição	Projetos Finalísticos Coletivos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência da Indústria
Unidades Executoras	Gerências Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades Regionais
Coordenador do setor	Gerência Setorial
Responsável pela execução do setor	Gerência Setorial da Indústria

O setor moveleiro teve uma execução abaixo dos 85% basicamente pela redução da quantidade de empresas atuantes nos projetos acarretando uma menor execução de capacitações e consultorias.

Em 2011, o setor exportador moveleiro do Rio grande do Sul enfrentou dificuldades pelo cambio desfavorável mas foi compensado pelo aquecimento da demanda interna mantendo o seu nível de atividade aquecido durante todo o ano. Este fato trouxe dificuldades de participações das empresas nas capacitações previstas nos planos de trabalho do projeto. Algumas empresas simplesmente não tinham tempo para participar de algumas capacitações e outras desistiram completamente do projeto. Este fato ocasionou uma menor execução na despesa orçada nos projetos.

Foram atendidas 126 micro e pequenas empresas na tipologia coletiva. O Foco estratégico dos projetos desta carteira possuem profundo apelo em inovação e no desenvolvimento de produto, bem como em questões de posicionamento empresarial e gestão por indicadores variando as ações de acordo com a característica do público alvo selecionado.
As ações como a rodada de negócios entre o setor moveleiro e a construção civil/arquitetos ocorrida na serra gaúcha em novembro e o apoio a missões tecnológicas para FIMMA 2011 proporcionaram o acesso a tecnologia para centenas de micro e pequenas empresas de todo o estado do RS.

2.3.1.1.1.5. Turismo

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Coletivos
Descrição	Projetos Finalísticos Coletivos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência do Comércio, Serviço e Turismo
Unidades Executoras	Gerências Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades Regionais
Coordenador do setor	Gerência Setorial
Responsável pela execução do setor	Gerência Setorial do Comércio e Serviços

O projeto Sebrae na COPA é uma iniciativa coordenada pelo SEBRAE/NA e conduzida através dos SEBRAE UFES sediados nas cidades sedes da Copa do Mundo de 2014.

O objetivo visa Identificar, disseminar e fomentar as oportunidades de negócios a partir do evento mobilizador Copa do Mundo 2014, antes, durante e pós-evento, e apoiar o desenvolvimento, a partir de requisitos de competitividade, das micro e pequenas empresas nos setores priorizados.

A estratégia de atuação, em 2011, no Rio Grande do Sul, priorizou no primeiro momento realizar ações de disseminação de informações e de mobilização. Na seqüência buscou identificar setores potenciais para atuar na qualificação e promoção comercial nos próximos anos. Neste contexto, foram realizados em 2011 diversas Palestras, Seminários e Encontros de Negócios, além de ações de articulação junto às entidades e órgãos estratégicos que serão apresentadas com detalhamento neste documento, assim como a proposta de atuação para o período de 2012 a 2014.

O projeto Talentos do Brasil Rural, é uma parceria entre Ministério do desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, SEBRAE/NA, SEBRAE/RS e GIZ. O mesmo tem abrangência nacional, envolvendo hoje 25 estados brasileiros. A gestão operacional e financeira está sob a responsabilidade do SEBRAE/RS e a gestão estratégica está sob a responsabilidade de um comitê técnico composto por representantes das instituições acima citadas, sendo assim, a execução financeira é afetada pelas definições estratégicas deste comitê. No ano de 2011, foi decidido no comitê técnico que os custos e execução de duas grandes metas do projeto (pesquisa de mercado e diagnóstico dos empreendimentos selecionados) seriam assumidas pelo SEBRAE/NA, com o objetivo de liberar estes valores para serem utilizados nas ações de intervenção nos empreendimentos após a realização do diagnóstico, já que os recursos previstos inicialmente para intervenção seriam insuficientes para atender todos os selecionados, sendo assim, os valores previstos e não realizados para este ano são a soma dos valores previstos para estas duas metas. A utilização destes valores para as ações de intervenção ainda não aconteceram, porque a fase de diagnóstico ainda não foi finalizada, e também porque estamos aguardando a autorização do MDA para o remanejamento deste recurso para esta nova meta.

O projeto Desenvolver a Gastronomia do Vale do Sinos, devido à intensidade de demandas para os clientes do projeto no período de final de ano, teve algumas consultorias financeiras e tecnológicas que não puderam ser concluídas em 2011, sendo que os valores estão comprometidos e deverão ser pagos até março de 2012. Após a conclusão das consultorias, no final de fevereiro de 2012, a execução financeira chegará a R$ 92.829,00, ou 96,5%.O valor restante não será executado em função da desistência de algumas empresas na parte final do projeto.

O projeto Fomento ao Turismo no Parque Nacional dos Aparados da Serra e entorno teve um resultado extremamente positivo, pois possibilitou a abordagem de temas críticos para o sucesso das empresas envolvidas, tais como a possibilidade de criação de novos produtos turísticos dentro do parque e diminuição da dependência dos empresários da região com relação ao Parque Nacional, a partir da criação de novos produtos turísticos. O projeto foi prorrogado até março de 2012 com destaque para duas ações complementares: Oficina de Integração Parque e Turismo e Oficina Sobre Uso Público do Parque.

2.3.1.2. Projetos de Conhecimento e Tecnologia

2.3.1.2.1. Dados Gerais

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Conhecimento e Tecnologia
Descrição	Projetos que estão relacionados ao desenvolvimento e à disseminação de novos produtos e metodologias, em apoio à atuação finalística.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerências Setoriais, Assessoria de Planejamento e Orçamento e Assessoria de Monitoramento.
Unidades Executoras	Gerências Setoriais, Assessoria de Planejamento e Orçamento e Assessoria de Monitoramento.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gerências Setoriais, Assessoria de Planejamento e Orçamento e Assessoria de Monitoramento.
Coordenador do setor	Rodrigo Farina Mello, Clovis Masiero, João Paulo Kessler, André Viera Campos e Ana Carolina Schneider.
Responsável pela execução do setor	Rodrigo Farina Mello, Clovis Masiero, João Paulo Kessler, André Viera Campos e Ana Carolina Schneider.

2.3.1.2.2. Gestão dos Setores

Setores (*)	Valores da execução – em R$					
	PROGRAMAS (*)					
	A	B	...	...	n	Total
VIDE NOTA	-	-	-	-	-	-
Total						

(*) *Nos projetos de Conhecimento e Tecnologia pode não ter classificação por setor, nem programa. Então passa-se ao quadro seguinte, onde serão apresentados os dados para agrupamento de projetos.*

2.3.1.2.3. Resultados

Indicadores e parâmetros Utilizados: Orçamento Previsto X Realizado e Variação

Projetos	Programa	Previsto	Realizado	% Variação
Desenvolvimento e Adaptação de Soluções - Agronegócio	-	785.494	577.311	73,50
Desenvolvimento e adaptação de soluções Comércio e Serviços	-	89.800	72.512	80,75
Desenvolvimento e Adaptação de Soluções - Empreendedorismo e Inovação	-	1.450.000	1.361.589	93,90
Desenvolvimento e Adaptação de Soluções - Indústria	-	99.487	84.956	85,39
Índice de Desenvolvimento Municipal das MPEs - ID-MPE Codesul	-	133.952	64.471	48,13
Monitoramento de Resultados	-	80.000	6.274	7,84
Observatório das MPEs	-	127.000	84.180	66,28

Desenvolvimento e Adaptação de Soluções – Agronegócio: Trata-se de um Projeto, constituído por diferentes ações. Neste sentido, enfatizamos a não execução dos recursos alocados nas ações Negócio Certo Rural, Aproarroz e Aprodecana. A justificativa para a não realização orçamentária da ação Negócio Certo Rural,foi a dificuldade de operacionalização do convênio com o parceiro. Por essa razão, a ação será executada durante o ano de 2012, através de Convênio, que será firmado entre SEBRAE e SENAR, visando a execução de 15 turmas. Quanto as ações Aproarroz e Aprodecana, a baixa execução, foi devido a prestação de contas, por parte dos parceiros, ser inferior à 80% do recurso repassado. Isso inviabilizou o repasse das segundas parcelas, previstas para o ano de 2011. O recurso será repassado, durante o ano de 2012, mediante prestação de contas, superior a 80% do orçamento previsto.

Desenvolvimento e Adaptação de Soluções – Comércio e Serviços: Tínhamos previsto o desenvolvimento de três produtos customizados a realidade das empresas de serviços (Curso Formação de Preço para Serviços, Curso de Processos para empresas de Serviços e Curso de Marketing para empresas de Serviços) que acabaram não acontecendo por impossibilidade de execução das capacitações pilotos. Para esta ação tínhamos previsto R$ R$ 15.000,00.
Além disso, havíamos previsto o valor de R$ 25.000,00 para atualização das soluções sob responsabilidade da Gerência de Comércio e Serviços, no qual executamos o valor total de aproximadamente R$ 23.000,00.

Índice de Desenvolvimento Municipal das MPEs - ID-MPE Codesul: Estava previsto a realização de duas edições da publicação do IDMPE. A edição de 2010 foi concluída em meados de 2011 e a segunda publicação está prevista para abril de 2012 em função da necessidade de atualização da base de dados do ano 2011.

Monitoramento de Resultados: O valor não executado no projeto Monitoramento de Resultados em 2011 refere-se ao valor previsto para o estágio inicial de implantação da solução Prosperar no RS. O Prosperar é uma solução criada pelo Sebrae/PR para avaliar a performance e medir a evolução das micro e pequenas empresas participantes. A implantação no RS foi submetida a aprovação da Direx no 2º semestre de 2011 e não foi aprovada.

Observatório das MPEs: Não foi realizado o pagamento da 2º parcela do contrato com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese que tem como objetivo o desenvolvimento de indicadores e sistemas de análise e monitoramento sobre o mercado de trabalho e as atividades econômicas locais.

2.3.1.3. Projetos de Articulação Institucional

2.3.1.3.1. Dados Gerais

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Desenvolvimento de Projetos Articulação Institucional
Descrição	Visam potencializar a atuação do Sebrae e/ou melhorar o ambiente para as MPE.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerências Setoriais da Indústria e do Comércio e Gerência de Políticas Públicas
Unidades Executoras	Gerências Setoriais da Indústria e do Comércio e Gerência de Políticas Públicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gerências Setoriais da Indústria e do Comércio e Gerência de Políticas Públicas
Coordenador do setor	Clóvis Masiero, Rodrigo Farina Mello e Alessandro Machado
Responsável pela execução do setor	Clóvis Masiero, Rodrigo Farina Mello e Alessandro Machado

Projetos (*)	Programa (**)	Previsto	Realizado	% Variação
Articulação no Setor de Comércio e Serviços 2010-2012	-	176.197	160.680	91,19
Articulação Setorial da Indústria	-	1.375.444	1.213.071	88,19
Formalização do Empreendedor Individual	-	400.000	358.909	89,73
Implantação da Lei Geral no Rio Grande do Sul	-	200.000	170.307	85,15
Instrumentalização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	-	790.000	700.494	88,67
Políticas Estruturantes de Desenvolvimento	-	100.000	54.073	54,07

O **Projeto Políticas Estruturantes de Desenvolvimento** teve sua realização abaixo do previsto, devido a ação do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor que teve inscrições prorrogadas e várias despesas desta ação não foram realizadas em 2011. Tínhamos previsto a realização dos troféus, Selo Empreendedor bem como a contratação em 50% do local da solenidade estadual e nos foi informado em dezembro, estes itens não poderiam ser contratados e pagos parcialmente.

2.3.1.4. Projetos de Gestão Interna

2.3.1.4.1. Dados Gerais

	Descrição
Tipo	Orçamentário
Finalidade	Projetos de Gestão Interna
Descrição	Está relacionado a alguma função corporativa e destinados a ampliar e/ou aperfeiçoar os recursos, instrumentos e competências organizacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência de Gestão de Credenciados
Unidades Executoras	Gerência de Gestão de Credenciados
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gerência de Gestão de Credenciados
Coordenador do setor	Flávia dos Santos
Responsável pela execução do setor	Flávia dos Santos

Projetos (*)	Programa (**)	Previsto	Realizado	% Variação
Implantação SGP do Sebrae Nacional, Páginas Amarelas e Avaliação do SGC do Sebrae Nacional	-	80.000	22.730	28,4
Total				

A Gerência de Gestão de Pessoas passou por mudanças significativas devido à saída da gerente Carla Dutra em meados de junho de 2011. Alguns projetos que não haviam sido iniciados, só tiveram andamento após a chegada do novo gestor, Luciano Ramos, no final de julho de 2011.

Apesar das mudanças na gestão, ainda em 2011, foi dado andamento ao processo de compra para confecção das Páginas Amarelas, cuja atividade está em andamento, sendo que os pagamentos se darão no primeiro semestre de 2011.

Com relação à Implantação do SGP do Nacional, não houve utilização dos recursos em 2011 devido à revisão da metodologia por parte da UGP do Sebrae Nacional, que está em vias de conclusão. Após esta conclusão o Sebrae RS avaliará a possibilidade de adoção integral da mesma (incluindo a ferramenta). Neste momento, o Sebrae RS se encaminha para a realização de rodada de Avaliação de Desempenho considerando as principais características do SGP/NA, mesmo não tendo ferramenta de suporte. Face ao exposto, não foi possível a utilização das verbas previstas no SGE no ano de 2011.

2.3.2. Atividades

É um conjunto de ações permanentes relacionadas à operação e gestão do sistema SEBRAE, que contribuem para a melhoria e o desempenho da instituição.

2.3.2.1. Atividades de Conhecimento e Tecnologia

São aquelas inerentes à gestão e manutenção de produtos e metodologias existentes.

Indicadores e parâmetros Utilizados: Orçamento Previsto X Realizado e Variação

Atividade	Áreas responsáveis	Previsto	Realizado	% Variação
Gestão e Acompanhamento do Edital INOVA PE RS - PAPPE/Subvenção 01/2009	Gerência de Empreendedorismo e Inovação	24.790	22.448	90,55

2.3.2.1.1 Objetivo Geral e Gestão das Ações

A atividade Gestão e Acompanhamento Inova tem como objetivo monitorar e acompanhar a execução dos projetos contratados a partir do Edital INOVA PE RS - PAPPE/Subvenção 01/2009, por meio de visitas técnicas e análises das prestações de contas técnicas e financeiras. A realização orçamentária foi superior a 90%.

2.3.2.2. Atividades de Articulação Institucional

São as inerentes à gestão dos relacionamentos e parcerias com os poderes públicos, representações de classe, instituições de serviços financeiros, agências públicas ou privadas de financiamento e fomento e instituições de cooperação internacional.

No SebraeRS não há atividades classificadas na tipologia Articulação Institucional.

2.3.2.3. Atividades de Gestão Interna

Atividade	Áreas Responsáveis	Previsto	Realizado	% Variação
Custeio Administrativo	Finanças e Contabilidade	185.000	156.046	84,35
Custeio Administrativo - Gestão de Viagens - SEBRAE/NA	Finanças e Contabilidade	63.000	50.755	80,56
Gerenciamento da Assessoria de Planejamento e Orçamento	Planejamento e Orçamento	50.000	47.466	94,93
Gerenciamento de Comunicação e Marketing	Comunicação e Marketing	100.000	77.233	77,23
Gerenciamento de TI	Tecnologia da Informação	40.000	41.380	103,45
Gerenciamento Direx	Direx	711.290	670.945	94,33
Gerenciamento Finanças, Contabilidade e Controle Orçamentário	Finanças e Contabilidade	33.000	28.849	87,42
Gerenciamento Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	93.820	74.984	79,92
Gestão da Administração Financeira	Finanças e Contabilidade	725.000	790.107	108,98
Gestão da Administração Patrimonial	Administração, Logística e Suprimentos	326.227	323.787	99,25
Gestão da Assessoria Jurídica	Jurídico	640.000	509.994	79,69
Gestão da Auditoria Sebrae	Auditoria	63.963	43.886	68,61
Gestão da Força de Trabalho	Gestão de Pessoas	1.043.975	950.340	91,03
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO INOVA Pequena Empresa RS 2010	Inovação e Tecnologia	44.000	28.820	65,50
Infraestrutura de TI	Tecnologia da Informação	781.190	703.825	90,10
Promoção a Acesso a Serviços Financeiros	Comércio e Serviços	167.696	164.450	98,06
Remuneração de Recursos Humanos - Custeio Administrativo	Gestão de Pessoas	10.765.278	10.738.057	99,75
Serviços de Comunicação de TI	Tecnologia da Informação	578.933	571.871	98,78
Serviços de TI	Tecnologia da Informação	434.037	383.630	88,39
Sistemas Corporativos	Tecnologia da Informação	175.000	174.147	99,51
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Obras	Administração, Logistica e Suprimentos	341.728	231.604	67,77

2.3.2.3.1 Objetivo Geral e Gestão Das Ações

Custeio Administrativo: No custeio administrativo são lançadas despesas decorrentes de alguns contratos de prestação de serviços tais como, serviços de assessoria contábil, cobrança, consulta de situação cadastral entre outros. A principal causa da redução da despesa se deve a realização de um processo licitatório para prestação de serviços contábeis e de cobranças que gerou uma economia da ordem de 20% em relação ao valor previsto original para estes contratos, contribuindo para a diferença de aproximadamente R$ 1.000,00 a menor em relação ao mínimo de 85% (R$ 157.250,00) tendo sido executado (R$ 156,251).

Custeio Administrativo - Gestão de Viagens - Sebrae NA: São recursos de contribuição Social Nacional adiantados para atender despesas de viagens dos colaboradores pelo SebraeNA. A previsão não se confirmou ficando abaixo do esperado.

Gerenciamento de Comunicação e Marketing: Nesta rubrica foram previstos viagens para acompanhamento da atuação da diretoria ao interior do Estado. O número de viagens realizadas foi menor que o previsto.

Gestão de Auditoria Sebrae: A Gestão da Auditoria tem como objetivo assegurar a evolução constante do processo de avaliação dos controles e minimização dos riscos da gestão, propiciando segurança e transparência na execução das operações, possibilitando uma atuação mais preventiva e orientativa na auditoria. Estavam previstos no orçamento despesas com viagens com capacitação, onde muitas foram assumidas pelo Sebrae/NA e contratação de terceiros para efetuar trabalhos específicos demandados pela Diretoria Executiva, dos quais foi realizado 01 (um) trabalho, sendo os demais executados pela própria equipe da Auditoria do Sebrae/RS.

Gestão e Acompanhamento INOVA Pequena Empresa RS 2010: Grande volume de visitas nas empresas contempladas por esta Chamada Pública foi realizada pelo Gestor do Projeto, o funcionário Gustavo Moreira. Desonerando os recursos previstos para o pagamento dos consultores credenciados.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Obras: Tínhamos orçado algumas obras em 2011, porém não sairam devido as negociações não satisfatórias com os proprietários dos prédios para locação, ficando assim para 2012, como nos casos de Bento Gonçalves e Santa Rosa, com isso, a previsão de utilização dos recursos não foram utilizadas conforme previsto.

2.3.2.4. Atividades de Suporte Operacional Relacionadas aos Negócios

As Atividades de Suporte a Negócios são padronizadas e contemplam ações diretamente vinculadas a apoiar a atuação Finalística, de Conhecimento e Tecnologia e de Articulação Institucional. As seguintes funções corporativas poderão também fazer parte desta tipologia, desde que estejam diretamente vinculadas a apoiarem a atuação Finalística, de Conhecimento e Tecnologia e de Articulação Institucional: Marketing e Comunicação, Tecnologia da Informação e Capacitação de Recursos Humanos.

Atividade	Áreas responsáveis	Previsto	Realizado	% Variação
Remuneração de Recursos Humanos Relacionada a Negócios	Gestão de Pessoas	19.509.839	19.329.602	99,08
Suporte Operacional - Gestão de Viagem - SEBRAE/NA	Finanças e Contabilidade	154.000	86.071	55,89
Suporte Operacional Relacionada a Negócios - Empreendedorismo e Inovação	Atendimento Individual	357.300	342.221	95,78
Suporte Operacional Relacionado a Negócio-Agronegócios	Agronegócios	120.000	107.808	89,84
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Assessoria de Monitoramento de Resultados	Monitoramento de Resultados	150.000	30.233	20,16
Suporte Operacional Relacionado à Negócios - Comércio e Serviços	Comércio e Serviços	126.200	128.165	101,56
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Divulgação Institucional	Comunicação e Marketing	810.000	580.057	71,61
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Gestão de Credenciados	Gestão de Credenciados	212.840	212.377	99,78
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Imprensa	Comunicação e Marketing	430.000	376.023	87,45
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Indústria	Indústria	206.058	173.220	84,06
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Marketing de Produtos e Projetos	Comunicação e Marketing	1.550.267	1.052.884	67,92
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Políticas Públicas	Políticas Públicas	60.000	46.339	77,23
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Campanha e Fronteira Oeste	Campanha e Fronteira Oeste	227.080	217.283	95,69
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Centro	Centro	199.080	150.218	75,46
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Metropolitana	Metropolitana	328.460	324.835	98,90
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Noroeste	Noroeste	159.840	120.064	75,12
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Norte	Norte	119.920	107.796	89,89
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Planalto	Planalto	179.080	117.223	65,46
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Serra Gaúcha	Serra Gaúcha	240.320	215.693	89,75
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Sinos, Caí e Paranhana	Sinos, Caí e Paranhana	166.140	162.084	97,56
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Sul	Sul	190.140	177.902	93,56
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Regional Vales do Taquari e do Rio Pardo	Vales do Taquari e Rio Pardo	120.360	115.317	95,81
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Sede	Administração, Logistica e Suprimentos	2.854.649	2.852.449	99,92
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Unidades Regionais	Administração, Logistica e Suprimentos	2.813.500	2.771.862	98,52
TOTAL				

Custeio Administrativo - Gestão de Viagens - Sebrae NA: São recursos de contribuição Social Nacional adiantados para atender despesas de viagens dos colaboradores pelo SebraeNA. A previsão não se confirmou ficando abaixo do esperado.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Assessoria de Monitoramento de Resultados: O valor não executado no Suporte Operacional da ASMR em 2011 refere-se ao valor previsto para a contratação de serviço para fornecimento de licenças de uso de sistema de gerenciamento de projetos, visando o atendimento das empresas do projeto INOVA MPE RS. No orçamento do Suporte foi previsto o valor total para a contratação do software, porém, acabou sendo negociado o pagamento ao longo da vigência do contrato que é de 24 meses. A empresa contratada através da licitação foi a TCA informática e o valor pago em 2011 foi referente a instalação do software e ao primeiro mês de utilização.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Divulgação Institucional: Elaboração de Material Gráfico e Audiovisual para articulação institucional com parceiros foi previsto um investimento de R$ 100 mil e foi realizado apenas R$ 5.757,60 porque as ações foram realizadas com verba dos próprios parceiros. Fizemos as ações, utilizando, preferencialmente, verba dos parceiros.
- Participação institucional em eventos de parceiros teve um projetado de R$ 50 mil. Foi previsto R$ 4.471,25 porque não houve eventos de parceiros que interessassem ao Sebrae/RS.
- Promoção dos resultados globais de projetos, produtos e serviços ofertados pela Sebrae/RS teve um valor Previsto de R$ 100 mil e foi realizado R$ 35.537,43 porque não foi realizada Campanha Institucional. No ano anterior (2010) a campanha foi realizada e ao projetar o orçamento de 2011 à gestora anterior previu esta possibilidade. E como houve mudança de diretoria, mudou a orientação.

O Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Indústria: é um projeto que destina recursos para atender as despesas decorrentes das atividades operacionais da Gerência Setorial da Indústria. As despesas previstas são com viagens e estadias, divulgação, anúncios, publicidade, propaganda, materiais de consumo, serviços de comunicação e demais custos e despesas gerais.

A previsão inicial é sempre feita considerando as despesas realizadas no ano anterior utilizando um fator de correção que represente a variação de preços destes serviços e o crescimento decorrentes do aumento de quadro e novos projetos previstos para o setor.

Não deixamos de executar as atividades previstas relacionadas ao cumprimento das atividades da Gerência Setorial da Indústria e a execução menor se deve a constante busca por custos menores, principalmente, nas passagens aéreas que representam a principal despesa deste projeto. Outro fator que pode ser considerado é que os preços dos serviços não variaram na mesma proporção que a correção utilizada para estes serviços no planejamento das despesas deste projeto.

Suporte Operacional relacionado a Negócios - Marketing de Produtos e Projetos:
- Campanhas publicitárias para as premiações promovidas pelo Sebrae: Previsto R$ 75.263,00 e Realizado R$ 3.122,88 porque foi utilizada verba dos setoriais.

- Campanhas publicitárias para divulgação de produtos de educação empreendedora: Previsto R$ 903.161,00 e realizado R$ 571.576,96 – referem-se às campanhas realizadas utilizaram 63,29% do valor previsto, porque não houve solicitação das setoriais.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Políticas Públicas: Teve sua realização em 77,23, pois tínhamos previsto um valor superior para viagens da equipe nos projetos implantação da Lei Geral e Instrumentalização do Programa de Desenvolvimento Local com base na Lei Geral.

Projeto Implantação da Lei Geral tivemos uma excelência no atingimento da meta da Lei Geral ainda no mês de outubro, reduzindo o suporte técnico que área realizava nas consultorias aos municípios com interesse na aprovação da Lei Geral.

No projeto de instrumentalização da Lei Geral, as de reuniões do gestor da área com comitê gestor foi reduzida devido ao vencimento do plano de ação que alguns municípios implementaram no início de novembro.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Regional Centro: O recurso havia sido projetado levando em consideração a mudança para a nova estrutura, que tem uma área significativamente maior que a antiga. E devido a prorrogação da data da mudança em razão da adequação do espaço (Reformas) realizamos alguns custos abaixo do esperado. Assim como também a questão da redução da equipe que somente foi completada neste ano.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Regional Noroeste: A despesa com combustível da frota da Regional, que no período do planejamento era uma despesa deste projeto, foi pago pelo projeto da GELOG de JAN a JUL/2012;

Tivemos 2 (dois) projetos com baixa intensidade de gestão durante o ano na carteira da INDÚSTRIA, provocado por problemas de adesão das empresas ao plano de ações do projeto e de articulação por parte do gestor, e para o qual prevemos um valor de gastos em viagens que acabou não se realizando como previsto inicialmente – projetos “Desenvolver o Pólo de Móveis do Noroeste Gaúcho” e “Aprimorar o Pólo da Moda do Noroeste gaúcho”;

Gestão sobre despesas de viagens: redução de diárias através da otimização das agendas; racionalização do número de viagens; sistematização de reuniões e adoção de um calendário fixo para as mesmas.

Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Regional Planalto: Estavam previstas algumas melhorias de infraestrutura da Regional e Unidade de Cruz Alta que não foram executadas e também houve algumas reduções de gastos fixos como telefone fixo, celular e outras despesas que foram diminuídas devido a melhor controle dos gastos/recursos.

2.3.3. Inversões Financeiras

Tipologia	Previsto	Realizado	% Variação
Inversões Financeiras (Fundo de Reserva)	2.016.622	0,00	0,00
Lastro para operações de Crédito	500.000	0,00	0,00

Inversões financeiras, uma das categorias da tipologia usada na elaboração do plano plurianual e no orçamento, compõem-se de reservatórios temporários de recursos destinados a alocação posterior. Nessa medida, tais recursos não são propriamente executados ao longo do ano; são remanejados para projetos nos quais se efetiva (ou efetivará) a execução. Assume a forma de fundo de reserva, lastro para operações de crédito, fundos de avais ou outros itens desse gênero.

2.4 – Desempenho orçamentário e financeiro

2.4.1 – Programação orçamentária das receitas e despesas

Informações de Despesas e Receitas, Orçadas e Executadas do SME — R$ Mil

Balanço Orçamentário - SEBRAE/RS											
Receitas	Previsão Original (a)	Previsão Ajustada (b)	% Variação (b/a)	Execução (c)	% Variação (c/b)	Despesas	Previsão Original (a)	Previsão Ajustada (b)	% Variação (b/a)	Execução (c)	% Variação (c/b)
Contribuição Social Ordinária - CSO	67.280	69.152	2,8%	69.152	–	Pessoal, Encargos e Benefícios	27.874	28.698	3,0%	28.369	-1,1%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	3.832	10.963	186,1%	9.587	-12,6%	Serviços Profissionais e Contratados	27.605	37.939	37,4%	28.645	-24,5%
Convênios com Parceiros	2.523	1.095	-50,9%	3.174	189,9%	Demais Despesas Operacionais	17.420	17.679	1,5%	21.589	22,1%
Convênios com Sebrae/NA	78	182	134,0%	249	36,9%	Encargos Divesos	670	840	25,4%	1.019	21,3%
Aplicações Financeiras	2.000	2.000	–	2.099	5,0%	Tranferencias para Parceiros	13.221	22.448	69,8%	17.399	-22,5%
Empresas Beneficiadas / Outras	6.717	8.998	33,9%	11.472	27,5%	Investimentos / Inversões	3.273	999	-69,5%	1.210	21,1%
Operações de Crédito	0	0	–	0	–						
Saldo de Exercícios Anteriores	7.634	16.213	112,4%	0	–						
Sub - Total	**90.063**	**108.602**	**20,6%**	**95.732**	**-11,9%**		**90.063**	**108.602**	**20,6%**	**98.230**	**-9,6%**
Resultado - Déficit Orçamentário	**0**	**0**		**2.498**		**Resultado - Superávit Orçamentário**	**0**	**0**		**X**	
Total	**90.063**	**108.602**	**20,6%**	**98.230**	**-9,6%**	**Total**	**90.063**	**108.602**	**20,6%**	**98.230**	**-9,6%**

Fonte: SME

O orçamento inicial de despesas e receitas do SEBRAE/RS em 2011 é representado pela coluna (a).

2.4.2 – Execução orçamentária das receitas e despesas

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas conforme quadro abaixo.

Informações de Receitas Executadas do SME

R$ Mil

Natureza de Receita	2010	2011					
		Previsão			Execução (d)	%Variação (d/c)	%Variação (d/a)
	Execução (a)	Original (b)	Ajustada (c)	%Variação (c/b)			
Contribuição Social Ordinaria - CSO	70.831	67.280	69.152	2,8%	69.152	–	-2,4%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	8.351	3.832	10.963	186,1%	9.587	-12,6%	14,8%
Convênios com Parceiros	5.706	2.523	1.095	-56,6%	3.174	189,9%	-44,4%
Convênios com Sebrae/NA	0	78	182	134,0%	249	36,9%	–
Aplicações Financeiras	2.377	2.000	2.000	–	2.099	5,0%	-11,7%
Empresas Beneficiadas / Outras	10.365	6.717	8.998	33,9%	11.472	27,5%	10,7%
Operações de Crédito	0	0	0	–	0	–	–
Saldo de Exercícios Anteriores		7.634	16.213	112,4%			
Total	**97.630**	**90.063**	**108.602**	**20,58%**	**95.732**	**-11,85%**	**-1,94%**

Fonte: SME

Sistema de Origem: Execução cujos dados são provenientes do RM ou Microsiga ou Data Sul dependendo do estado

Receita

1 - Contribuição Social do Sebrae/NA – CSN – Variação de -12,6%

Não realização da receita em projetos tais como Sebrae na Copa 2014, Chamada de Projeto para Apoio a Projetos de Difusão de Tecnologias Sociais, Projetos de apoio à gestão das IG Reg. E Dep (Aproarroz IG) , Superar São Lourenço do Sul, Índice de Desenvolvimento Municipal das MPEs – ID- MPE Codesul, Projeto Negócio Certo Rural, Fomento ao Turismo no Parque no Parque dos Aparados da Serra e Entorno, Sebraetec-RS.

2 - Convênios com Parceiros – Variação de 189,9%

Variaçao decorrente da realização de projetos de longa duração tais como Inova Pequena Empresa RS - PAPPE: Subvenção Econômica, Inovação e Difusão Tecnológica - Edital 2007 - Sebrae Finep, Talentos do Brasil Rural, Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia, aliado a realização dos convênios junto a prefeituras oriundos do projeto da Lei Geral.

3 – Empresas Beneficiadas – Variação de 27,5%

Oriundo da devolução de convênios de exercícios anteriores tais como: Doutor na Empresa, Inova Pequena Empresa, e realização superior ao previsto principalmente da Feira Mercopar 2011.

Informações de Despesas Executadas do SME

R$ mil

Natureza de Despesa	2010	2011					
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% Variação (d/c)	% Variação (d/a)
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Pessoal, Encargos e Benefícios	24.616	27.874	28.698	3,0%	28.369	-1,1%	15,2%
Serviços Profissionais e Contratados	27.821	27.605	37.939	37,4%	28.645	-24,5%	3,0%
Demais Despesas Operacionais	25.082	17.420	17.679	1,5%	21.589	22,1%	-13,9%
Encargos Diversos	906	670	840	25,4%	1.019	21,3%	12,5%
Transferências para Parceiros	19.918	13.221	22.448	69,8%	17.399	-22,5%	-12,6%
Investimentos / Inversões	1.510	3.273	999	-69,5%	1.210	21,1%	-19,9%
Outras Despesas	0	0	0	–	0	–	–
Total	**99.853**	**90.063**	**108.602**	**20,6%**	**98.230**	**-9,6%**	**-1,6%**

Fonte: SME

Sistema de Origem: Execução cujos dados são provenientes do RM ou Microsiga

Despesas

1 – Demais Despesas Operacionais e Serviços Profissionais e Contratados

A variação é explicada pela realização de despesas na natureza de aluguéis e encargos para a realização dos seguintes eventos: Festa da Uva (locação de computadores, de ônibus e do pavilhão), locação de espaço para realização da Feira do Empreendedor 2012, locação de espaço e mobiliário necessário para realização do Projeto SEBRAE na Praia, locação de estande coletivo da feira Couromoda e locação do estande coletivo da feira FRANCAL. As previsões dessas despesas foram feitas na natureza Serviços Profissionais e Contratados o que explica a execução menor em 24,5% nessa natureza.

2 – Encargos Diversos

Despesa oriunda de imposto de renda sobre aplicações financeiras, e taxas e tarifas bancárias. A variação se deve a uma previsão subestimada.

3 – Transferência para Parceiros

O projeto SEBRAE/RS - Projeto de Atendimento Negócio a Negócio fez a previsão orçamentária na natureza de despesa Transferência para Parceiros mas o registro correto da despesa é na natureza Serviços Especializados.

2.4.2.1 – Evolução e execução por tipologias

R$ mil

Tipologia	2010	2011					
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% Variação (d/c)	% Variação (d/a)
		Original (b)	Ajustado (c)	% Variação (c/b)			
Atendimento (1)	78.228	70.713	85.573	21,0%	76.752	-10,3%	-1,9%
Desenvolvimento de Produtos e Serviços	2.581	960	2.791	190,7%	2.274	-18,5%	-11,9%
Articulação Institucional	2.529	1.681	3.042	81,0%	2.658	-12,6%	5,1%
Gestão Operacional	16.515	14.192	17.443	22,9%	16.547	-5,1%	0,2%
Sub-Total	**99.853**	**87.547**	**108.849**	**24,3%**	**98.230**	**-9,8%**	**-1,6%**
Inversão Financeira	0	500	500	–	0	–	–
Total	**99.853**	**88.047**	**109.349**	**24,2%**	**98.230**	**-10,2%**	**-1,6%**

Fonte: SME
(1) - Foram somados à tipologia Atendimento os valores da tipologia Suporte a Negócios.

A realização em 18,5% abaixo do previsto ajustado na tipologia de Desenvolvimento de Produtos e Serviços é explicada pelos seguintes projetos:

Índice de Desenvolvimento Municipal das MPEs - ID-MPE Codesul: Estava previsto a realização de duas edições da publicação do IDMPE. A edição de 2010 foi concluída em meados de 2011 e a segunda publicação está prevista para abril de 2012 em função da necessidade de atualização da base de dados do ano 2011.

Monitoramento de Resultados: O valor não executado no projeto Monitoramento de Resultados em 2011 refere-se ao valor previsto para o estágio inicial de implantação da solução Prosperar no RS. O Prosperar é uma solução criada pelo Sebrae/PR para avaliar a performance e medir a evolução das micro e pequenas empresas participantes. A implantação no RS foi submetida a aprovação da Direx no 2º semestre de 2011 e não foi aprovada.

Observatório das MPEs: Não foi realizado o pagamento da 2º parcela do contrato com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese que tem como objetivo o desenvolvimento de indicadores e sistemas de análise e monitoramento sobre o mercado de trabalho e as atividades econômicas locais.

2.4.2.2 – Metas físicas

Instrumento	Métricas	2010	2011					% Variação (d/a)
		Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% Variação (d/c)	
			Original (b)	Ajustado (c)	% Variação (c/b)			
Capacitação	Nº de Cursos (Presencial + À Distância)	2.088	1.421	2.592	82,4%	2.438	-5,9%	16,8%
Consultoria	Nº de consultorias	112.151	119.035	142.492	19,7%	115.193	-19,2%	2,7%
Feiras	Nº de expositores	2.228	2.095	1.710	-18,4%	1.338	-21,8%	-39,9%
	Nº de feiras	167	135	104	-23,0%	111	6,7%	-33,5%
Informação	Nº de informações	625.579	621.799	1.339.475	115,4%	884.696	-34,0%	41,4%
Missões e Caravanas	Nº de missões/caravanas	395	176	217	23,3%	287	32,3%	-27,3%
Palestras, Oficinas e Seminário	Nº de Palestras, oficinas, seminários ou mini-cursos	3.000	1.838	2.128	15,8%	2.457	15,5%	-18,1%
Rodadas	Nº de rodadas	114	73	69	-5,5%	86	24,6%	-24,6%

Fonte SME

<u>Nº de Consultorias:</u>

Projeto de Atendimento Negócio a Negócio: A execução abaixo do previsto ocorreu em virtude dos atrasos na renovação dos convênios com as Instituições de Ensino Superior, responsáveis pela execução dos atendimentos. Além disso, problemas relacionados ao envio dos materiais impactaram no prazo disponível para as Universidades realizarem os trabalhos, o que o gerou a necessidade de ampliar a contratação de novos agentes para a atuação em campo. A disponibilidade de mão-de-obra foi outro problema enfrentado, ocasionando o não cumprimento das metas inicialmente previstas.

Projeto Superar: São Lourenço do Sul. O cenário de destruição deixado pela enchente que assolou o município em 10.03.2011 ocasionou uma reconstrução lenta por parte dos empreendedores - publico do alvo do projeto. Além disso a liberação de recursos por parte das instituições financeiras comprometidas com linhas de credito com taxas diferenciadas dificultou o processo de reorganização das empresas que necessitavam de novos equipamentos, recuperação dos prédios, infra-estrutura e matéria prima. Também os recursos públicos vindos do Governo Federal e Estadual não foram repassados ao Governo Municipal no prazo acertado para a recuperação das vias e obra publica no entorno dos estabelecimentos comerciais causando transtornos para a retomada da economia local. Todos estes entraves dificultaram o pedido de consultorias pelas empresas afetadas e por isso já foi solicitado ao Gestor do projeto do SEBRAE Nacional – Plínio Marques a continuidade do projeto até 31.12.2012.

Nº de Expositores: A divergência entre o número previsto e o executado de expositores ocorre devido ao fato de, segundo o modelo de atendimento do sistema Sebrae, esta métrica "Representa o número de clientes Sebrae que participam de feiras promovendo seus produtos e serviços", o que resulta na contabilização única de cada cliente participante, mesmo quando da participação em mais de uma feira. O Planejamento dos projetos, no Sebrae-RS, utilizou, para a orçamentação desta métrica o número de participações de clientes Sebrae (conceito de atendimentos distintos), o que contabiliza cada participação como um atendimento.

Nº de Informações:

Projeto de Atendimento Negócio a Negócio: idem à justificativa do Instrumento "Consultorias".

Projeto Fomentar o Empreendedorismo: Revista Agrinho – trabalho realizado junto às escolas. Entretanto, o registro dos atendimentos não foi possível pois foi realizado com alunos do ensino fundamental, que não possuem CPF.

Atendimento Individual a Distância: Projeto definido e de responsabilidade do Sebrae-NA. Utilizado para registro dos atendimentos realizados junto ao Sebrae-NA.

Nº de Missões/caravanas:

Realização de 14 missões/caravanas não previstas no projeto APL de Leite do Planalto RS, e realização de 15 missões não previstas para o Congresso Estadual da FCDL.

Nº de Rodadas:

Realização de 13 rodadas não previstas no projeto Promoção a Acesso a Serviços Financeiros.

UF	% Projetos Finalisticos Coletivos Mín. 60%	% Inovação e Tecnologia Mín. 20%	% Capacitação de Recursos Humanos Mín. 2% Máx.6%	% Pessoal, Encargos e Benefícios UF - Máx. 55% NA - Máx. 15%	% Divulgação,Anúncio ,Publicidade e Propaganda UF - Máx. 3.5% NA - Máx. 5.5%	% Bens Móveis Máx. 100% (1)	% Custeio Administrativo Máx. 100% (2)	% Contrapartida da CSO Mín. 10%	% Tecnologia da Informação e Comunicação Min. 2%
RS	59,5	21,1	2,8	33,0	2,9	16,7	58,8	18,4	2,7

Fonte SME
(1) - Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias)
(2) - 5% da Lei 8.154/90 + Receitas Próprias

Projetos Finalísticos Coletivos do SEBRAE/RS realizado de 59,5% frente à meta de 60%.

Talentos do Brasil Rural:

Projeto executado com recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário, tendo como parceiros estratégicos além do investidor citado, o Ministério do Turismo e o próprio Sebrae/NA. Tem como característica a execução em todo o território nacional. No ano de 2011 foram selecionados os empreendimentos. Ficando pendentes as demais ações para o ano de 2012, incluindo capacitações e ações de acesso a mercado. Valendo destacar que as decisões de execução seguem as normativas da lei 8.666 e qualquer modificação de plano de trabalho é necessário o registro nos sistemas de controle do governo federal (SICONV e SICOFIN).

Sebrae na Copa 2014:

Durante o ano de 2011 o foco foi a disseminação de informações e oportunidades de negócios ocasionadas pela realização do mega evento copa. Portanto foram priorizadas ações em

seminários técnicos e rodadas ou encontros de negócios. Ficamos com alguns pagamentos pendentes que somados representam o valor do saldo de 2011, estes pagamentos são relativos a ações realizadas em novembro e dezembro de 2011 que por dificuldades de operação administrativa não foram efetuados no mesmo ano.

Inova Pequena Empresa RS - PAPPE: Subvenção Econômica:

Valor não foi executado pois algumas empresas atrasaram cronograma originalmente previsto, não tendo tempo hábil para análise e aprovação da prestação de contas e posterior repasse das parcelas restantes. Repasses prováveis: entre Janeiro e Março de 2012.

INOVA PEQUENA EMPRESA RS 2010:

Valor ficou comprometido, porém o pagamento só foi efetuado no dia 20.01.2012. Isto ocorreu devido a uma das empresas beneficiadas no Edital ter alterado o CNPJ do contrato (aprovado pelo Sebrae/RS) porém a empresa não fez a alteração no banco, impossibilitando a GEFIN de efetuar o pagamento ainda em 2011.

Inovação e Difusão Tecnológica - Edital 2007 - Sebrae Finep:

Valor não realizado devido a uma única entidade (FEEVALE) ter atrasado seu cronograma de execução, impossibilitando repasse da parcela seguinte. Repasse provável: Junho de 2012.

2.4.3 – Indicadores institucionais

Indicadores	Meta 2011	Realizado (dado de 2011)
Taxa de sobrevivência das MPE atendidas (%)	75,00	**72,9** *
Taxa de MPE atendidas (%)	28,00	**32,5****
Índice de contribuição para criação de MPE (%)	13,00	**27,9 ***
Índice de avaliação da imagem – MPE/Empreendedores	8,5	**8,38 ***
Índice de avaliação da imagem - Sociedade	8,0	**8,25 ***

* Dados obtidos através de pesquisa coletado pelo Sebrae/NA.
** No cálculo foi utilizado a base do Simples de 31/12 (465.590 empresas) e o número de empresas atendidas pelo Sebrae/RS em 2011 de 151.194.
Os dados do Índice de Contribuição e Imagem MPE/Empreendedores são resultados prévios. Informação encaminhada pelo Sebrae/NA em 02/02/2012.

A responsabilidade pela coleta dos dados dos Indicadores Institucionais é do Sebrae/NA, exceção para a Taxa de MPEs Atendidas que é decorrente das ações realizadas pelo Sebrae/RS durante o ano de 2011.

A Ficha Técnica dos Indicadores está disponível no documento Orientações para o Estabelecimento das Metas dos Indicadores de Resultados Institucionais.

1. Taxa de Sobrevivência

Definição	Número de micro e pequena empresa atendidas pelo Sebrae no ano de referência, que permanecem ativas ao final do ano seguinte
Fórmula de cálculo	Número de micro e pequenas empresas atendidas pelo Sebrae no ano de referência e no anterior, que permanecem ativas até o dia 31 de dezembro do ano de referência/número de micro e pequenas empresas atendidas pelo Sebrae no ano de referência e no ano anterior
Fontes dos dados	Receita Federal do Brasil Cadastro Nacional de Clientes e Atendimentos
Unidade de medida	(%)
Periodicidade de mensuração	Anual
Período de referência	Ano anterior
Polaridade	Maior é melhor
Disponibilidade	Disponível
Data de disponibilização	20 de dezembro de cada ano

2. Taxa de MPE atendidas

Definição	Porcentagem de empresas que foram atendidas pelo Sebrae, em relação ao número total de empresas optantes pelo Simples Nacional
Fórmula de cálculo	Número de empresas + número de produtores rurais atendidos no ano de referência até 31 de dezembro/número de empresas que, no ano de referência, era optante pelo Simples Nacional em 31 de dezembro
Fonte de dados	Receita Federal do Brasil Cadastro Nacional de Clientes e Atendimentos
Unidade de medida	(%)
Periodicidade de mensuração	Anual
Período de referência	Ano anterior
Polaridade	Maior é melhor
Disponibilidade	Disponível
Data de disponibilização	1º de fevereiro de cada ano

3. Índice de contribuição para criação de MPE

Definição	Porcentagem das micro e pequenas empresas registradas no ano A-1, em que ao menos um dos sócios recebeu atendimento prévio do Sebrae
Fórmula de cálculo	Número de micro e pequenas empresas registradas no ano A, em que ao menos um dos sócios recebeu atendimento prévio do Sebrae/número de micro e pequenas empresas registradas no ano A-1
Fontes dos dados	Pesquisa de atuação do Sebrae
Unidade de medida	(%)
Periodicidade de mensuração	Anual
Período de referência	Ano anterior
Polaridade	Maior é melhor
Disponibilidade	Disponível
Data de disponibilização	1º de fevereiro de cada ano

4. Índice de avaliação da imagem – MPE/Empreendedores

Definição	Média das notas de 0 a 10, atribuída ao Sebrae pelas micro e pequenas empresas e empreendedores brasileiros
Fórmula de cálculo	Média das notas de 0 a 10, atribuídas ao Sebrae pelas micro e pequenas empresas e empreendedores brasileiros
Fontes dos dados	Pesquisa de atuação do Sebrae
Unidade de medida	Nota em escala de 0 a 10
Periodicidade de mensuração	Anual
Período de referência	Ano anterior
Polaridade	Maior é melhor
Disponibilidade	Disponível
Data de disponibilização	1º de fevereiro de cada ano

5. Índice de avaliação da imagem – Sociedade

Definição	Média das notas de 0 a 10, atribuídas ao Sebrae pela sociedade brasileira
Fórmula de cálculo	Média das notas de 0 a 10 atribuída ao Sebrae pela sociedade brasileira
Fontes dos dados	Pesquisa de imagem junto à sociedade
Unidade de medida	Nota em escala de 0 a 10
Periodicidade de mensuração	Anual
Período de referência	Ano anterior
Polaridade	Maior é melhor
Disponibilidade	Disponível
Data de disponibilização	1º de fevereiro de cada ano

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.1 Composição do quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
		Autorizada	Efetiva		
1	**Servidores em cargos efetivos**				
1.1	**Membros de poder e agentes políticos**	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2	**Servidores de Carreira**				
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	291	270	44	40
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.	**Servidores com Contratos Temporários**	11	11	11	14
3.	**Total de Servidores**	**302**	**281**	**55**	**54**

Fonte: Sistema da folha de pagamento

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**0**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**0**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**0**
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**0**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**0**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**0**

Fonte: Sistema da folha de pagamento

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	31	3	3
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	31	31	3	3

Fonte: Sistema da folha de pagamento

QUADRO A.5.4- QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA- SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Servidores de Carreira	114	114	55	13	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3	7	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2.3. Funções Gratificadas	1	15	12	5	1
3. Totais	118	136	68	18	2

Fonte: Sistema da Folha de pagamento / dezembro 2011

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**Não se aplica**								
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	79	110	73	7	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	3	6	1	1	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	**Não se aplica**								
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	**Não se aplica**								
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	13	10	7	1
3. Totais	0	0	0	0	83	129	84	15	1

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema da folha de pagamento

3.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Item não aplicável ao Sebrae pois o mesmo é regido pela CLT, motivo pelo qual os quadros A 5.6 e A 5.7 não foram preenchidos.

3.3 Composição do quadro de estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	84	86	101	98	895.063,81
Área Fim	57	62	72	71	635.519,56
Área Meio	27	24	29	27	259.544,25
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
Área Fim	0	0	0	0	0
Área Meio	0	0	0	0	0
3.Total (1+2)	84	86	101	118	895.063,81

Fonte: Sistema de folha de pagamento
As informações referentes a nº de estagiários foram com base no último dia de cada trimestre

3.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

QUADRO A.5.9 – CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologia Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2009	**Não se aplica**									
2010										
2011										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2009	9.808.326,77	0	0	0	0	2.317.617,54	0	0	21.366,06	12.125.944,31
2010	11.384.697,09	0	0	0	449.663,36	2.642.846,27	0	0	875.128,22	14.477.206,72
2011	12.925.221,08	0	0	0	0	3.651.916,74	0	0	0	16.577.137,82
Servidores com Contratos Temporários										
2009	147.793,09	0	0	0	0	28.443,24	0	0	0	176.236,33
2010	328.077,45	0	0	0	0	51.916,20	0	0	0	379.993,65
2011	271.567,39	0	0	0	0	45.069,22	0	0	0	316.636,61
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2009	19.641,19	0	0	0	0	2.239,90	0	0	0	21.881,09
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2009	**Não se aplica**									
2010										
2011										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2009	**Não se aplica**									
2010										
2011										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2009	3.737.043,07	0	929.041,79	0	0	354.221,02	0	0	0	5.020.305,88
2010	4.303.261,67	0	986.489,48	0	0	341.660,73	0	0	0	5.631.411,88
2011	4.429.805,58	-	1.123.352,11	0	0	419.294,14	0	0	0	5.972.451,83

Fonte: Sistema da folha de pagamento e relatórios gerenciais
Os dados de benefícios foram informados considerando o valor médio de concessão.

3.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas do Rio Grande do Sul- SEBRAE - RS														
UG/Gestão: SEBRAE/RS					**CNPJ: 87.112.736/0001-30**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	L	E	0193/0	Persona Assessoria Empresarial Ltda 94.438.033/0001-61	13/06/11	08/10/11	7		3				E
2011	L	O	0108/1	Prismaserv Soluções Empresariais Ltda Me 06.278.833/0001-03	28/04/11	10/06/11	4		3				E
2011	L	O	0368/0	Lideranca Limpeza E Conservacao Ltda 00.482.840/0001-38	10/10/11	09/10/12	5		5				A
2006	L	O	0227/7	Plansul Planejamento e Consultoria Ltda 78.533.312/0001-58	28/04/06	27/04/11	8		2				E
2009	V	O	0174/2	Shelter Empresa de Vigilância Ltda 02.924.285/0001-82	03/05/09	03/05/12			3				P
2009	L	O	0179/3	Plansul Planejamento e Consultoria Ltda 78.533.312/0001-58	27/04/09	27/04/11	3		1				E
2009	L	O	0249/3	Gres Engenharia e Serviços Ltda 93.775.260/0001-10	17/06/09	17/06/11	4		1				E
2009	L	O	0168/2	Asserv Operadores de Máquinas e Equipamentos Ltda 91.239.376/0001-09	18/05/09	17/05/12	1						P
2007	L	O	0487/4	Costa Pinho e Cia Ltda 88.870.851/0001-07	15/10/07	15/10/12	1						P
2005	L	O	0399/6	Costa Pinho e Cia Ltda 88.870.851/0001-07	01/09/05	01/03/12	1						P
2010	L	O	0035/1	Silva Veiga Prestadora de Serviços Ltda 06.079.150/0001-19	27/01/10	26/01/12	1						P
2009	V	O	0175/4	Vigilância Asgarras SC Ltda 04.281.402/0001-62	01/06/09	31/12/12			1				P
2011	L	O	0129/1	ToP Service Serviços e Sistemas Ltda. 00.973.749/0001-15	28/04/11	13/07/11	6						E
2011	L	O	0218/0	Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.	18/07/11	17/07/12	6						A

2010	L	O	0591/1	Joissana Michelin & Martinho Ltda. 00.251.845/0001-50	01/01/11	31/12/12	1						P
2010	L	O	590/2	G9 Multiservice Sistemas de Limpeza Ltda 10.235.718/0001-10	04/01/12	03/02/12	3		2				P
2010	V	E	1140/0	Seltec Sistemas Eletronicos de Seguranca Ltda 02.233.896/0001-84	18/11/10	14/04/11	1						E
2011	V	O	0139/0	Proservi Servicos de Vigilancia Ltda 89.108.054/0001-89	16/05/11	15/05/12	2						A
2011	L	O	329/0	Koletar Ltda Me 10.352.008/0001-70	12/09/11	11/09/12	2						A
2009	L	O	0202/2	Asserv Operadores de Máquinas e Equipamentos Ltda 91.239.376/0001-09	22/05/09	23/09/11	1						E
2009	L	O	0180/2	Asserv Operadores de Máquinas e Equipamentos Ltda 91.239.376/0001-09	01/05/09	30/04/12	1						P
2009	L	O	0067/2	Asserv Operadores de Máquinas e Equipamentos Ltda 91.239.376/0001-09	11/03/09	11/09/11	1						E
2008	L	O	0313/4	Asserv Operadores de Máquinas e Equipamentos Ltda 91.239.376/0001-09	12/09/08	11/11/11	1						E
2009	L	O	0055/3	Ines Joana Sotilli – ME 02.289.707/0001-95	01/03/09	01/03/12	1						P
2010	L	O	0027/1	Asserv - Operadores De Máquinas E Equipamentos Ltda 91.239.376/0001-09	26/01/10	25/01/12	1						P
2011	L	O	0420/0	Costa e Amaral Adm. De Serv.Ltda 05.795.290/0001-20	14/11/11	13/11/12	1		3				A
2010	L	O	0326/0	Gabriela Sottili 11.694.952/0001-79	22/07/10	22/07/11			1				E
2011	L	O	0013/0	Ines Joana Sotilli – Me 02.289.707/0001-95	24/01/11	23/01/12	1						A
2011	V	O	0281/0	Comander vigilância e segurança privada ltda. 11.222.248/0001-13	15/08/11	14/08/12			1				A
2011	L	O	0131/0	G9 Multiservice Sistemas De Limpeza Ltda 10.235.718/0001-10	18/05/11	17/05/12	3						A
2010	L	E	0574/0	Sb Serviço Ltda 03.917.527/0001-73	20/12/10	20/05/11	1						E
2010	L	E	1156/0	Sb Serviço Ltda 03.917.527/0001-73	20/12/10	20/05/11	1						E

2010	L	E	0572/0	Sb Serviço Ltda 03.917.527/0001-73	20/12/10	20/05/11	1						E
2011	L	O	0003/0	Lider Organizacao De Servicos De Limpeza Ltda 87.932.695/0001-28	04/01/11	03/01/12	1						E
2011	L	O	0004/0	Lider Organizacao De Servicos De Limpeza Ltda 87.932.695/0001-28	04/01/11	03/01/12	1						E

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas do Rio Grande do Sul- SEBRAE - RS														
UG/Gestão: SEBRAE/RS				**CNPJ: 87.112.736/0001-30**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2005	5	O	0029/5	Processor Informática Ltda 92.232.0081/0001-73	20/01/06	20/1/11				6			E
2011	5	O	017/0	Processor Informática Ltda 92.232.0081/0001-73	21/01/11	20/01/12			5				A
2008	14	O	0097/3	Persona Assessoria Empresarial Ltda 94.438.033/0001-61	07/04/08	07/04/12				2			P
2010	14	O	0315/0	Performance Trabalho Temporário Ltda 01.140.147/0001-40	02/08/10	02/08/11	SOB DEMANDA						E
2011	14	O	069/0	Pacific Recursos Humanos Ltda. 07.752.099/0001-70	01/04/11	31/03/12	SOB DEMANDA						A
2009	14	O	0040/3	Plansul Planejamento e Consultoria Ltda 78.533.312/0001-58	01/03/09	05/09/12	SOB DEMANDA						P
2011	14	O	0259/0	Maciel Auditores e Consultores S/S Ltda. 10.757.529/0001-08	08/08/11	07/08/12				1			A
Observação:														

LEGENDA

Área:
1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis;
11. Manutenção de bens imóveis;
12. Brigadistas;
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
14. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

3.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Em especial, mas sem prejuízo de outros indicadores que a UJ tenha desenvolvido e considere adequado informar, interessam aqueles que tratem dos seguintes temas:

- Absenteísmo;
- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
- **Rotatividade (*turnover*); 12,75% - ano de 2011**
- Educação Continuada;
- Satisfação e Motivação;
- Disciplina;
- Desempenho funcional;
- Níveis Salariais;
- Demandas Trabalhistas.

3.7 Informações sobre entrega e tratamento das declarações de bens e rendas

A entrega da Declaração de Bens e Rendas é efetuada pelos membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo Estadual (CDE), Conselho Fiscal (CF) e membros da Diretoria Executiva (DIREX), a saber: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Operações. As referidas declarações são entregues em envelopes lacrados para manter o sigilo fiscal e ficam sob a guarda da Entidade.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação à entrega da DBR	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Conselheiros	Obrigados a entregar a DBR	15	15	**15**
	Entregaram a DBR	15	15	**15**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Diretores	Obrigados a entregar a DBR	3	3	**3**
	Entregaram a DBR	3	3	**3**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**

3.8 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e materiais de TI e na contratação de serviços ou obras

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? **Reciclagem de materiais e consumo de energia.**				**X**	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				**X**	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					**X**
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	**X**				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					**X**
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	**X**				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**X**				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	**X**				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		**X**			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	**X**				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	**X**				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?	**X**				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?		**X**			
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

3.9 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário classificado como "bens de uso especial"

O SEBRAE/RS não possui imóvel de uso especial de propriedade da União.

QUADRO A.2.8- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite			134.406,67	379.677,59
Tomada de Preços	NA	NA	NA	NA
Concorrência	-	-	323.428,34	NA
Pregão	-	-	7.127.012,39	6.317.384,18
Concurso	-	-	NA	NA
Consulta	-	-	NA	NA
Registro de Preços	-	-	300.737,52	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	2.777.202,06	10.239.695,98
Inexigibilidade	-	-	2.071.655,46	3.052.303,23
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	NA	NA	NA	NA
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros				
Fonte: Área de Gerência e Logística				

4. GESTÃO CONTÁBIL

4.1. Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 3 - 4

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações do déficit 6

Demonstrações das mutações do patrimônio social 7

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9 - 37

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

SEBRAE/RS
75

Outros assuntos

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 21 de janeiro de 2011 que não conteve modificação.

Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC 1RS042460/O-3

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa n°	31/12/11	31/12/10
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.927	24.794
Créditos a receber	5	926	2.285
Outros créditos	6	484	420
Transações do Sistema Sebrae	7	2.850	5.751
Total do ativo circulante		24.187	33.250
Ativo não circulante			
Depósitos realizáveis a longo prazo		667	375
Ativos financeiros			
Instrumentos patrimoniais	8	318	407
Imobilizado	9	11.143	11.238
Intangíveis	9	527	434
Total do ativo não circulante		12.655	12.454
Total do ativo		36.842	45.704

Passivo	Nota Explicativa n°	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante			
Obrigações sociais	10	1.587	1.283
Obrigações tributárias		539	626
Obrigações com convênios e contratos	11	3.813	5.091
Contas a pagar a fornecedores	12	1.401	4.606
Provisões	13	2.939	2.478
Total do passivo circulante		10.279	14.084
Passivo não circulante			
Transações do Sistema Sebrae	7	1.215	2.952
Provisões para contingências	14	257	672
Total do passivo não circulante		1.472	3.624
Patrimônio social	15		
Capital social			
Superávit acumulado		20.604	22.780
Ajuste de avaliação patrimonial		7.393	7.549
Déficit do exercício		(2.906)	(2.333)
Total do patrimônio social		25.091	27.996
Total do passivo e do patrimônio social		36.842	45.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Demonstrações do déficit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa n°	2011	2010
Receitas			
Contribuições sociais	16	78.738	79.285
Receitas de convênios, subvenções e auxílios	17	3.139	5.542
Receitas com empresas beneficiadas	18	9.261	10.060
Outras receitas operacionais	19	2.207	549
		93.345	95.436
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(28.369)	(24.616)
Serviços profissionais e contratados	21	(28.658)	(28.162)
Custos e despesas de operacionalização	22	(21.568)	(25.106)
Encargos diversos		(713)	(674)
Despesas com transferências	23	(17.502)	(19.566)
Despesas com provisões		(680)	(996)
Depreciação e amortização		(1.001)	(993)
Outras despesas		(53)	(4)
Total de despesas		(98.544)	(100.117)
Déficit antes do resultado financeiro		(5.199)	(4.681)
Despesas financeiras	24	(279)	(306)
Receitas financeiras		2.572	2.654
		2.293	2.348
Déficit do exercício		(2.906)	(2.333)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) técnico do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio social
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.590	2.032	7.707	30.329
Incorporação ao patrimônio social	2.032	(2.032)	-	-
Déficit do exercício	-	(2.333)	-	(2.333)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	158	-	(158)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.780	(2.333)	7.549	27.996
Incorporação ao patrimônio social	(2.333)	2.333	-	-
Déficit do exercício	-	(2.906)	-	(2.906)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	156	-	(156)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.604	(2.906)	7.393	25.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Déficit do exercício	(2.906)	(2.333)
Depreciação e amortização	1.001	993
Baixa de ativo imobilizado	53	4
	(1.852)	(1.336)
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	1.359	(1.523)
Outros créditos a receber	(64)	71
Transações do sistema Sebrae	2.901	(1.025)
	4.196	(2.477)
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados	218	1.010
Obrigações com convênios e contratos	(1.278)	(538)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(2.603)	13
Transações do sistema Sebrae	(141)	(60)
Provisões	(1.736)	463
	(5.540)	888
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	(3.196)	(2.925)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Adições ao permanente	(1.052)	(909)
Ativos financeiros	87	108
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(965)	(801)
Atividades de financiamento		
Aumento dos depósitos de longo prazo - ANC	(768)	(352)
Aumento das provisões / contingências - PNC	62	163
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(706)	(189)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(4.867)	(3.915)
Disponibilidades no final do exercício	19.927	24.794
(-) Disponibilidades no início do exercício	(24.794)	(28.709)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(4.867)	(3.915)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE/RS é uma associação civil, sem fins econômicos, instituída por escritura pública, tendo por objetivo primordial fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A primeira denominação da Entidade foi Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, tendo sido alterada em 9 de outubro de 1990 para SEBRAE pela Lei 8.029, quando ocorreu a sua desvinculação da Administração Pública Federal, transformando-a em Serviço Social Autônomo.

A Entidade tem como associados, conforme o seu artigo 8º:

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/S - BANRISUL;
- Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS;
- Caixa Econômica Federal;
- Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - CIERGS;
- Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul - SEDAI;
- Banco do Brasil S.A;
- Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL;
- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL;

Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul - FECOMÉRCIO;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

- SEBRAE;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul - SENAI/RS;
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Rio Grande do Sul SENAR-RS;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul - FCDL/RS;
- Caixa Estadual S/A - Agência de Fomento/RS.

O SEBRAE/RS recebe recursos conforme a Lei nº. 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país. Parte desses recursos são repassados para os SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal (coletivamente SEBRAE/UF) para a manutenção de suas atividades e programas. O SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e patrimonial, sendo constituídos como Entidades autônomas para apresentação de suas demonstrações financeiras.

O SEBRAE/RS é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei no 9.532/97 art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei no 9.532/97, art. 15 § 3o, alterado pela Lei no 9.718/98, art. 10).

As Entidades, consideradas isentas pela finalidade ou objeto, deverão atender aos seguintes requisitos (Lei no 9.532/97, art. 15 § 3o alterado pela Lei no 9.718/98, art. 10 e 18, IV):

a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;

c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e. Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f. Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

g. Alterações na Lei 6.404/76 por meio da Lei 11.638/07.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das Entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei no 9.532/97, art.12 § 2o e art. 15 § 2o).

De acordo com o inciso I do art. 12 do Decreto no 3.048, de 06 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei no 9.732, de 1998 a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

2 Políticas contábeis

Base de preparação

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Essas demonstrações contábeis são apresentadas com base no Manual de Contabilidade do Sistema SEBRAE, aprovado pela Resolução DIREX nº 035/098 de 05 de fevereiro de 1998 e de acordo Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de janeiro de 2012.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos custos históricos, ativos financeiros disponíveis para venda, e ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, ao valor justo reconhecido no resultado, sempre que aplicável.

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração da Entidade julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº 3.

Todos os valores são apresentados em milhares de reais, exceto de outro modo indicado.

Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses, estão sujeitas a risco insignificante de alteração de valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Não circulantes

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

Ativos financeiros instrumentos patrimoniais

Referem-se a aplicações em findo de empresas emergentes apresentadas pelo valor de aplicação, apuradas por referência aos preços de fechamentos na data da apresentação das demonstrações financeiras, deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões.

Terrenos e edifícios em uso em 01 de janeiro de 2009 foram registrados pelo valor justo (novo custo), por meio de laudos de avaliação de empresas especializadas, menos qualquer depreciação acumulada subsequente.

A depreciação é apurada para todos os itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas, conforme laudo de avaliação para estimar o valor residual, a vida útil e o valor justo de liquidação dos itens do ativo imobilizado. As taxas de depreciação são revisadas periodicamente para realizar os ajustes prospectivos, quanto aplicável.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Não são atribuídos valores de custos residuais ao ativo imobilizado, tendo em vista que a Entidade não possui prática de comercializar seus bens antes da vida útil estimada.
Foram aplicadas as seguintes taxas:

Descrição	**Taxa de depreciação estimada**
Edificações	2% ao ano, pelo método linear
Veiculo	20% ao ano, pelo método linear
Moveis e utensílios	10% ao ano, pelo método linear
Máquinas e equipamentos	10% ao ano, pelo método linear
Instalações	10% ao ano, pelo método linear
Benfeitorias em prédio de terceiros	20% ao ano, pelo método linear
Equipamentos de informática	20% ao ano, pelo método linear
Sistemas aplicativos	20% ao ano, pelo método linear

(*) Taxas de depreciações estimadas conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Redução de valor recuperável de ativos - Impairment

A Entidade avalia a cada fim de período do relatório se existem evidências objetivas de deteriorização de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deteriorização de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, a Entidade reconhece no resultado a perda por impairment.

Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil. A despesa de amortização é incluída nas rubricas de despesas na demonstração do resultado.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

Passivos contingentes - Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Reconhecimento das receitas

Receitas

As receitas são preponderantemente relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas do SEBRAE Nacional que são reconhecidas diretamente no resultado do exercício mediante a programação financeira e orçamentária divulgada ao Sistema, que normalmente é recebido no mês subsequente.

A contribuição social do Nacional está diretamente vinculada à execução de projetos finalísticos, dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que incorrem as correspondentes despesas.

Benefícios de aposentadoria - Plano de contribuição variável

As contribuições ao plano de contribuição variável são apropriadas na demonstração do resultado como despesa no ano a que se referem.

Benefícios de aposentadoria - Plano de benefício variável

Os superávits e déficits do plano de benefício variável são mensurados:

Ao valor justo dos ativos dos planos na data das demonstrações contábeis; menos os passivos do plano calculados usando o método do crédito unitário projetado descontado ao seu valor presente usando os rendimentos disponíveis em títulos corporativos de alta qualidade que possuem vencimento aproximado àquele dos passivos; mais ajustes para custos de serviços passados a apropriar.

Qualquer diferença entre o retorno esperado sobre ativos e o realmente alcançado, bem como qualquer alteração no passivo ao longo do exercício, em virtude de mudanças nas premissas ou experiência dentro do plano, é reconhecida em outro resultado no período em que ocorre.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Os custos de serviços passados são reconhecidos diretamente na receita, a menos que as alterações ao plano de aposentadoria dependam dos demais funcionários permanecerem em serviço por um período de tempo específico. Neste caso, os custos do serviço passado são amortizados de acordo com o método linear durante o período aquisitivo.

Quando as melhorias são feitas nos benefícios a pagar, de acordo com um plano de benefício definido, o efeito sobre o passivo do plano é reconhecido na demonstração do resultado de acordo com o método linear durante o período médio até que os funcionários tenham direito a melhores benefícios. Quando os benefícios são adquiridos, o efeito da mudança é imediatamente reconhecido.

Se a Entidade não pode (ou apenas parcialmente) se beneficiar do superávit do plano na forma de reembolsos do plano ou reduções em contribuições futura, o ativo resultante da política é restringido em conformidade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis essenciais

A Entidade realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A Entidade recebe recursos conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país, cujo repasse é efetuado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. As receitas de contribuições sociais são reconhecidas pelo regime de competência.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Taxa de administração do INSS

É cobrada a alíquota de 1,5% sobre as contribuições sociais mensais repassadas ao SEBRAE/Nacional e 3,5% das Contribuições do REFIS, INSS, sendo registrada no resultado pelo regime de competência.

Despesas de transferências de recursos

São registradas em despesas ao custo no momento da transferência dos recursos às entidades parceiras de acordo com os convênios celebrados. Para controle são registrados em contas de compensação e em planilhas auxiliares.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis e imobilizados

Os ativos intangíveis e imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Premissas de aposentadorias

Os custos, ativos e passivos do plano de contribuição definida em operação pela Entidade são determinados utilizando métodos que se baseiam em estimativas e premissas atuariais. A Entidade se aconselha com atuários independentes quanto à adequabilidade das premissas. As mudanças nas premissas usadas podem ter um efeito significativo na demonstração dos resultados e na demonstração do balanço patrimonial.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Processos legais

De acordo com as práticas contábeis, a Entidade reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Entidade. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. A Entidade revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Entidade sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

São disponibilidades imediatas em caixa e contas correntes bancárias, cuja posição em 31 de dezembro de 2011 de 2010 está demonstrada abaixo. Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade.

Descrição	**2011**	**2010**
Caixa	38	31
Banco do Brasil	17.000	21.647
Caixa Econômica Federal	2.920	3.102
Sicredi	15	14
(-) Prov. IRRF Fundo	(46)	-
Total	19.927	24.794

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

5 Créditos a receber

Descrição	**2011**	**2010**
Clientes	1.929	3.237
(-) Provisão para perdas com clientes	(1.003)	(952)
Total	926	2.285

A provisão para perdas com clientes é constituída para títulos em atraso a mais de 180 dias, sendo os títulos vencidos a mais de três anos considerando como não recuperáveis.

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidos perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2011	**2010**
A vencer	459	1.466
Vencido de 1 a 30	164	269
Vencido de 31 a 60	115	208
Vencido de 61 a 90	45	151
Vencido de 91 a 180	143	191
	926	2.285

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos créditos a receber durante o exercício foi o seguinte:

	Provisão
Saldo Inicial - 31 de dezembro 2010	952
Adições	625
Baixas	(574)
Saldo Final - 31 de dezembro de 2011	1.003

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

6 Outros créditos

O grupo é formado pelos adiantamentos a funcionários e a créditos diversos, relativo à Contribuição Social a receber do exercício anterior, conforme composição apresentada a seguir:

Descrição	**2011**	**2010**
Adiantamentos a funcionários	478	311
Créditos diversos	6	109
Total	484	420

7 Transações do sistema Sebrae

O saldo em 31 de dezembro de 2011 está representado por valores a receber e a pagar para o sistema SEBRAE, conforme quadro abaixo:

Transações ativas:

	2011	**2010**
Contribuição social ordinária a receber	2.818	5.383
CSO viagens a receber	32	68
CSN a receber	-	300
	2.850	5.751

Transações passivas:

	2011	**2010**
Contribuição Social Nacional - CSN	1.215	2.952
	1.215	2.952

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

8 Ativos financeiros instrumentos patrimoniais

Saldo em 31 de dezembro de 2011 está representado por participações em outras entidades, conforme quadro abaixo:

Descrição	**2011**	**2010**
Ações RS TEC	154	243
Ações telefonia	112	112
Participações diversas	52	52
Total	318	407

9 Imobilizado e intangível

O imobilizado é registrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada apurada mensalmente, os lançamentos de baixa configurados no razão referem-se a bens totalmente depreciados. Os lançamentos foram feitos com a devida autorização estatutária.

	Taxas anuais de depreciação %	**2011**	**2010**
Tangíveis			
Edificações	2%	8.440	8.440
Terrenos	-	1.500	1.500
Máquinas e equipamentos	10%	2.168	2.038
Móveis e utensílios	10%	2.068	1.998
Equipamentos de informática	20%	4.769	4.439
Instalações	10%	2.822	2.792
Veículos	20%	194	63
Obras de arte	-	32	32
(-) Depreciação acumulada		(10.850)	(10.064)
Total		11.143	11.238

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Taxas anuais de depreciação %	2011	2010
Intangível			
Marcas	-	15	15
Sistemas aplicativos	20%	2.040	1.798
Benfeitoria em prédio de terceiros	20%	1.089	1.089
(-) Amortização acumulada		(2.617)	(2.468)
Total		527	434

	2011		2010	
Itens	**Aquisições**	**Baixas**	**Aquisições**	**Baixas**
Tangíveis				
Máquinas e equipamentos	152	22	278	2
Móveis e utensílios	101	31	72	-
Equipamentos de informática	333	3	413	7
Veículos e acessórios	194	63	63	-
Instalações	30	-	-	-
Direitos de uso	242	-	83	-
(-) Baixa da depreciação	-	(66)	-	(5)
Total	1.052	53	909	4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

10 Obrigações sociais

Refere-se a saldos em aberto a pagar decorrente de benefícios aos seus empregados:

Descrição	**2011**	**2010**
Remuneração a pagar	914	849
Encargos sociais a recolher	559	376
Consignações da folha de pagamento	114	58
Total	1.587	1.283

11 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	**2011**	**2010**
Recursos Finep - 2007	1.302	1.743
Recursos Caixa Econômica Federal - MDA	2.511	2.998
Recursos INOVA - Finep	-	350
Total	3.813	5.091

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas dos parceiros nos respectivos convênios, que serão utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

12 Contas a pagar a fornecedores

Refere-se ao saldo a pagar para fornecedores de materiais e serviços ao final de cada exercício.

Descrição	**2011**	**2010**
Fornecedores	1.109	3.681
Caução (*)	292	323
Receitas a realizar	-	602
Total	1.401	4.606

(*) Refere-se a depósitos caucionados por fornecedores para atender às garantias previstas nos contratos. Os saldos acima são de contratos ainda vigentes.

Cauções e depósitos p/ licitações

Descrição	**2011**	**2010**
Dep. caução - Cooperserv Serviços	10	10
Dep. caução - Aldeia Design CT 20/0-06	13	13
Dep. caução - APF Assessoria CT 185/06	2	22
Dep. caução - TELE TAXI CIDADE	10	10
Dep. caução - AG MATRIZ	160	160
Dep. caução - W3 INFO	-	12
Dep. caução - ELO REL. HUMANAS LTDA	54	54
Outros depósitos caucionados	43	42
Total	292	323

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

13 Provisões

Descrição	2011	2010
Provisão de férias	2.939	2.478
Total	2.939	2.478

Corresponde a provisões para férias e encargos pertinentes, constituídos em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal.

14 Provisões para contingências

A seguir relacionamos as contingências passivas:

	2011			2010		
Natureza	**Remoto**	**Possível**	**Provável**	**Remoto**	**Possível**	**Provável**
Trabalhista	-	-	1.876	-	-	1.821
(-) Depósitos judiciais	-	-	(1.711)	-	-	(1.236)
Cíveis	62	926	156	62	426	156
(-) Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Fiscais	5.214	92	-	4.570	87	-
(-) Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
	5.276	1.018	321	4.632	513	741

Em 31 de dezembro de 2011 existem 22 processos trabalhistas com perda provável provisionados, sendo 03 de consultores, 06 de ex-funcionários e 13 de terceiros. Registramos a existência de 11 processos com previsão de perda classificada como possível que totalizam R$ 926 mil, na mesma data.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Movimentação		
Natureza	**Remoto**	**Possível**	**Provável**
Trabalhista			
Saldo inicial	-	-	1.821
Adições	-	-	234
Baixas	-	-	(179)
Saldo final	-	-	1.876
(-) Depósitos judiciais			
Saldo inicial	-	-	(1.236)
Adições	-	-	566
Baixas			(91)
Saldo final	-	-	(1.711)
Cíveis			
Saldo inicial	62	426	156
Adições	-	500	-
Baixas	-	-	-
Saldo final	62	926	156
(-) Depósitos judiciais	-	-	-
Fiscais	4.570	87	-
Adições	644	5	-
Baixas	-	-	-
Saldo final	5.214	92	-
(-) Depósitos judiciais	-	-	-
	5.276	1.018	321

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

15 Patrimônio social

O Patrimônio Social é composto pelos resultados acumulados e ajustes patrimoniais.

Descrição	**2011**	**2010**
Superávit acumulado	20.604	22.780
Déficit do exercício	(2.906)	(2.333)
Ajuste de valor patrimonial	7.393	7.549
Total	25.091	27.996

16 Receitas de contribuição social

A Entidade recebe recursos conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país, cujo repasse é efetuado pelo SEBRAE Nacional. A seguir, apresentamos as contribuições recebidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Descrição	**2011**	**2010**
Contribuição Social Ordinária - CSO	69.151	70.831
Contribuição Social Nacional - CSN	9.587	8.454
Total	78.738	79.285

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

17 Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Descrição	**2011**	**2010**
Edital PAPPE/ Finep	-	3.165
Políticas Públicas - Lei Geral	259	362
Edital Finep - 2007	791	310
REFAP/ Petróleo e Gás	544	354
MDA - Caixa Econômica Federal	487	-
Projetos Estruturantes/ SEBRAE Nacional	370	-
Outros	688	1.351
Total	3.139	5.542

18 Receita de empresas beneficiadas

Descrição	**2011**	**2010**
Consultoria	1.942	3.333
Treinamento	2.585	-
Feiras	4.711	6.177
Livros e prospectos	23	546
Palestras	-	2
Outras receitas empresa beneficiárias	-	2
Total	9.261	10.060

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

19 Outras receitas operacionais

Descrição	**2011**	**2010**
Ganho fundo - RS TEC	70	275
Ganho convênio - Garantiserra	292	-
Recuperações, restituições e outras receitas (*)	69	93
Recuperação depósitos judiciais	79	63
Devolução saldo convênios anteriores 2011 (**)	1.499	-
Descontos	198	118
Total	2.207	549

(*) Refere-se a valores que o SEBRAE Nacional repassa para acompanhamento de processos judiciais junto a Justiça Federal e 4º Tribunal de Trabalho.

(**) Devolução de saldo de convênios encerrados em anos anteriores a 2011. O principal valor deste item refere-se a devolução de saldo do convênio 580/0-2010 FAPERGS, no valor de R$ 1.147 mil.

20 Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	**2011**	**2010**
Salários e proventos	(15.045)	(13.087)
13º salário	(1.334)	(1.114)
Férias	(1.981)	(1.750)
Outros gastos com pessoal	(119)	(450)
Encargos trabalhistas	(5.819)	(5.230)
Benefícios	(4.071)	(2.985)
Total	(28.369)	(24.616)

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Remuneração da administração

A administração é formada pelos profissionais que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Entidade, composta pela Diretoria Executiva.

Descrição	**2011**	**2010**
Salários	1.012	778
Custo de aposentadoria de contribuição definida	62	58
Outros benefícios de longo prazo	33	254
	1.107	1.090

21 Serviços profissionais e contratados

Descrição	**2011**	**2010**
Instrutoria e consultoria	(21.452)	(19.794)
Serviços técnicos especializados	(2.362)	(4.189)
Manutenção, segurança e limpeza	(1.492)	(955)
Demais serviços contratados	(3.260)	(3.153)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(92)	(71)
Total	(28.658)	(28.162)

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

22 Custos e despesas de operacionalização

Descrição	**2011**	**2010**
Diárias e hospedagem	(6.321)	(6.486)
Passagens e transportes	(1.282)	(1.085)
Aluguéis e encargos	(5.856)	(7.774)
Divulgação e publicidade	(2.671)	(3.418)
Serviços gráficos	(991)	(1.520)
Serviços de comunicação	(1.808)	(2.233)
Material de consumo	(1.573)	(1.597)
Demais custos e despesas	(1.066)	(993)
Total	(21.568)	(25.106)

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

23 Despesas com transferências

Refere-se aos valores transferidos para programação do Sistema Sebrae (CSO e CSN), a entidades parceiras na forma de convênios para a realização de ações previstas nos programas de trabalho para o exercício.

As principais transferências de recursos realizadas nos períodos foram:

Despesas	**2011**	**2010**
Convênios Finep	8.645	10.926
FAPERGS - DR. EMPRESA	1.100	1.200
FAPERGS - ALI	360	360
FUNDENE	134	134
PRÊMIO QUALIDADE RS	-	150
FUCS - Fundação Universidade de Caxias do Sul	-	201
SENAR - Programa Agrinho 2010	-	89
FIERGS - Missões Empresariais	-	319
FUNDENE	268	-
FCDL - Missão Empresarial	205	110
Associação das Indústrias de Curtume	100	-
Instituto Euvaldo Lodi	100	-
Associação Produtores de Doces de Pelotas	289	-
Associação Produtores de Arroz Litoral Norte	100	-
Qualidade RS - PGQP	100	150
Couromoda Feiras Comerciais LTDA	225	-
FIERGS	384	-
FIERGS	116	-
Hannover Fair Sul America Ltda	2.976	2.440
FIERGS	-	204
Outros	2.400	3.283
Total	17.502	19.566

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

24 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	**2011**	**2010**
Rendimentos recursos ordinários	487	292
Rendimentos recursos próprios	1.976	1.879
Rendimentos recursos adicionais	109	483
(-) Despesa financeira	(279)	(306)
Total	2.293	2.348

25 Eventos subsequentes

Não há fatos a serem divulgados.

26 Plano sebraeprev

O Plano SEBRAEPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e, portanto, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco dos investimentos (ativos investidos e rendimentos desses ativos insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos do Plano SEBRAEPREV, pela Companhia é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Consequentemente, nos cálculos da mensuração da obrigação ou da despesa são os ocorridos efetivamente, e não existe ganho ou perda atuarial. Além disso, a obrigação não está sendo descontada a valor presente. Assim o reconhecimento é efetuado pelas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Características do plano

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

O SEBRAE/RS - patrocina o Plano SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE-PREVIDÊNCIA - Instituto SEBRAE de Seguridade Social.

O Plano SEBRAEPREV foi aprovado pelo Órgão Governamental competente em 02/02/2004, tendo seu início operacional em 01/12/2004. A última alteração regulamentar ocorreu em atendimento à Resolução CGPC/MPS nº 19/2006, tendo sido aprovada por meio da Portaria n° 1.139, de 22 de maio de 2007.

O Plano SEBRAEPREV é um plano de contribuição definida, sendo que as contribuições da patrocinadora previstas para o exercício de 2010, incidem sobre a folha de salários de participação dos seus empregados participantes do Plano.

Tanto o SEBRAE/RS - quanto os Participantes são responsáveis pelo custeio das despesas administrativas e de manutenção do plano, conforme fixado por ocasião de Avaliação Atuarial, cujo plano de custeio é aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com anuência da patrocinadora.

O Plano SEBRAEPREV assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- *Aposentadoria Normal;*
- *Aposentadoria Antecipada*
- *Aposentadoria por Invalidez;*
- *Pensão por Morte;*
- *Abono anual; e,*
- *Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.*

O referido plano não inclui:

- *Benefícios de demissão;*
- *Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões;*
- *Plano de assistência médica para funcionários, ou participantes e assistidos.*

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuições do plano

Os compromissos referentes ao passivo atuarial, de responsabilidade do SEBRAE/RS - referem-se ao grupo de participantes e assistidos a ele vinculados, e única e exclusivamente ao Plano SEBRAEPREV. O patrimônio destinado a sua cobertura, pelo SEBRAE-PREVIDÊNCIA, conforme balancete contábil, cobre integralmente o valor do passivo atuarial, calculado em 31/12/11.

O Plano SEBRAEPREV, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justo de responsabilidade do SEBRAE/RS - estava assim configurado em 31/12/11 e 2010:

Itens	**2011**	**2010**
Obrigações atuariais	R$ (8.195.872)	R$ (7.140.701)
Ativo justo	R$ 8.195.872	R$ 7.140.701
(Déficit)/superávit	R$ -	R$ -

Em atendimento ao item 46 da norma, o total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações de resultados em 31/12/11e 2010, montam em:

Itens	**2011**	**2010**
Contribuições normais	R$ 477.087	R$ 415.376
Contribuições risco	R$ 18.825	R$ 15.826
Total	R$ 495.912	R$ 431.202

Análise da obrigação atuarial do plano 31/12/11

Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	R$ (8.195.872)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	R$ (8.195.872)
Status do plano	Totalmente coberto

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - Sebrae/RS

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Resumo dos dados cadastrais dos participantes em 31/12/11	
Participantes	
Número	304
Idade média (anos)	35,86
Média do tempo de serviço (anos)	5,51
Média esperada do tempo futuro de serviço (anos)	24,29
Valor do salário médio (R$)	4.701,36
Participantes em Vesting	
Número	9
Idade média (anos)	43,22
Média do tempo de serviço (anos)	6,49
Média esperada para início do benefício (anos)	18,25
Benefício médio estimado (R$)	7.474,60
Assistidos (aposentados)	
Número	1
Idade média (anos)	58,76
Sobrevida (anos)	26,87
Benefício médio (R$)	1.966,08
Assistidos (pensionistas)	
Número	-
Idade média (anos)	-
Sobrevida (anos)	-
Benefício médio (R$)	-
Total de benefícios mês (R$)	1.966,08
Total de benefícios continuados anual (R$) (13X)	25.559,04

(*) Os dados cadastrais individuais utilizados são de 31/10/2011 posicionados em 31/12/11.

5. GESTÃO FINANCEIRA

Caixa – Fundo Fixo	37.832,00
Bancos – Conta Movimento	1.857.635,47
Aplicações Financeiras	18.031.978,86
Total	19.927.446,33

Aplicações Financeiras

Banco do Brasil	15.153.874,33
Caixa Econômica Federal	2.862.771,10
Sicred	15.333,43
Total	18.031.978,86

Evolução das Aplicações Financeiras

Janeiro	18.304.545,00
Fevereiro	18.128.990,34
Março	22.155.691,78
Abril	21.744.096,07
Maio	24.997.782,94
Junho	26.552.439,67
Julho	27.003.087,76
Agosto	28.642.625,78
Setembro	28.315.975,45
Outubro	26.120.052,30
Novembro	20.750.198,31
Dezembro	18.031.978,86

5.1 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Item não aplicável ao Sebrae, motivo pelo qual o quadro A.3.1, não foi preenchido.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS)

Relações de convênios conforme quadro abaixo:

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/RS							
CNPJ: 87.112.736/0001-30					UF/GESTÃO: SEBRAE/RS		
Informações sobre Transferências							
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valor Pactuado**	**Valores Repassados**		**Vigência**	**Situação**
			Global	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
Convênio	0001/0-10	AGRUM - AGROTECNOLOGIAS INTEGRADAS LTDA	299.270,01	74.817,50	149.635,00	4/1/10	7/6/12	Adimplente
Convênio	0006/0-10	INSTITUTO MORRO DA CUTIA DE AGROECOLOGIA	70.000,00	-	49.000,00	12/1/10	12/7/11	Concluído
Convênio	0009/0-11	SGR - SERVIÇOS DE ENGENHARIA MECATRONICA LTDA.	349.220,00	139.688,00	139.688,00	12/1/11	11/1/13	Adimplente
Convênio	0020/0-10	HUMAN SERVIÇOS PARA COMUNICAÇÃO MÓVEL LTDA	345.324,79	172.662,39	345.324,79	25/1/10	7/6/12	Adimplente
Convênio	0021/0-10	IONATEC SERVIÇOS INTERATIVOS LTDA.	115.962,00	38.654,00	115.962,00	25/1/10	7/6/12	Adimplente
Convênio	0022/0-10	SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA	206.040,00	103.020,00	206.040,00	25/1/10	7/6/12	Adimplente
Convênio	0022/0-11	CDL DE LAJEADO	6.000,00	6.000,00	6.000,00	25/1/11	26/7/11	Concluído
Convênio	0023/0-10	I9ACCESS TECNOLOGIA LTDA	285.768,00	142.884,00	285.768,00	25/1/10	7/6/12	Adimplente
Convênio	0024/0-10	ALFAMIDIA PROW TREINAMENTO E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA	489.520,00	-	489.520,00	25/1/10	7/6/12	Adimplente

Convênio	0026/0-09	COLEGIO EVANGÉLICO PANAMBI - ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS	437.220,00	-	437.220,00	9/2/09	9/2/12	Concluído
Convênio	0027/0-09	FIDENE - FUN DE INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOR	449.597,45	92.800,09	449.597,45	9/2/09	31/10/12	Adimplente
Convênio	0028/0-10	HANNOVER FAIR SUL AMÉRICA LTDA	2.540.156,76	136.692,57	2.556.184,03	28/1/10	30/4/11	Concluído
Convênio	0030/0-09	NÚCLEO REGIONAL DO INSTITUTO EUVALDO LODI NO ESTADO DO RS	386.000,00	105.913,01	386.000,00	9/2/09	9/5/12	Concluído
Convênio	0044/0-11	HANNOVER FAIR SUL AMÉRICA LTDA	2.839.250,00	2.839.163,74	2.839.163,74	17/2/11	30/4/12	Concluído
Convênio	0050/0-11	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	1/3/11	18/5/11	Concluído
Convênio	0052/0-11	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VACARIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	4/3/11	27/5/11	Concluído
Convênio	0057/0-10	ALKAEST IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	497.780,01	373.335,00	497.780,00	9/2/10	7/6/12	Adimplente
Convênio	0060/0-10	POLO RS - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO	144.000,00	-	144.000,00	10/2/10	28/2/11	Concluído
Convênio	0061/0-11	POLO RS - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO	160.000,00	160.000,00	160.000,00	16/3/11	30/3/12	Concluído
Convênio	0072/0-10	FIERGS - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RS	438.721,14	116.227,29	438.721,14	5/3/10	10/6/11	Concluído
Convênio	0100/0-11	ABRH/RS-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSO	4.800,00	4.800,00	4.800,00	13/4/11	30/7/11	Concluído
Convênio	0142/0-11	COMISSAO DA FESTA DA UVA E FEIRAS AGROIN	40.000,00	40.000,00	40.000,00	3/5/11	21/7/11	Concluído
Convênio	0144/0-11	CAMERA DE COMERCIO BRASIL PORTUGAL RS	6.000,00	6.000,00	6.000,00	3/5/11	3/7/11	Concluído
Convênio	0156/0-11	QUALIDADE RS PGQP	100.000,00	100.000,00	100.000,00	16/5/11	30/9/11	Concluído
Convênio	0170/0-11	FEDERASUL-FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAS E DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	15.000,00	23/5/11	4/8/11	Concluído
Convênio	0171/0-11	CIERGS - CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	23/5/11	30/9/11	Concluído

Convênio	0179/0-11	NÚCLEO REGIONAL DO INSTITUTO EUVALDO LODI NO ESTADO DO RS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	27/5/11	17/1/12	Concluído
Convênio	0184/0-09	SENAI - SERV NACIONAL APREND INDUST - DEPARTAMENTO NACIONAL	358.450,00	96.458,35	358.450,30	6/5/09	6/5/12	Concluído
Convênio	0185/0-09	SENAI - SERV NACIONAL APREND INDUST - DEPARTAMENTO NACIONAL	398.475,00	105.894,09	398.475,00	6/5/09	6/5/12	Concluído
Convênio	0186/0-09	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO - ASPEUR	418.256,00	-	307.416,66	8/5/09	31/10/12	Adimplente
Convênio	0201/0-10	ASSOCIAÇÃO PÓLO DE MODA DA SERRA GAÚCHA	80.000,00	-	80.000,00	28/5/10	31/12/11	Concluído
Convênio	0206/0-11	SOLENTECH SOLUTION ENGINEERING TECHNOLOGY PRESTAÇÃ	349.360,00	139.744,00	139.744,00	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0207/0-11	13 BITS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	166.298,82	66.519,52	66.519,52	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0208/0-11	GUARDIAN COMERCIO E SERVICOS LTDA	294.058,82	117.623,53	117.623,53	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0209/0-11	BIOTRAKTO TRATAMENTO BIOLÓGICO DE RESÍDUOS LTDA.	305.392,00	122.156,80	122.156,80	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0211/0-11	INDUSTRIA MECANICA MACCO LTDA	336.000,00	122.156,80	122.156,80	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0212/0-11	MAXIPROD INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA	254.865,88	101.946,36	101.946,36	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0213/0-11	ELAMP TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA	266.052,00	106.420,80	106.420,80	11/7/11	10/7/13	Adimplente
Convênio	0239/0-11	SOCIEDADE BRASILEIRA DE DINAMICA DE GRUP	4.425,00	4.425,00	4.425,00	7/7/11	30/11/11	Concluído
Convênio	0243/0-11	CDL - CÂMARA DIRIG. LOJISTAS DE BENTO GONCALVES	4.000,00	4.000,00	4.000,00	12/7/11	12/9/11	Concluído
Convênio	0245/0-09	FUNDACAO DE APOIO DA UFRGS - FAURGS	390.400,00	-	390.400,00	15/6/09	9/2/12	Concluído
Convênio	0246/0-11	SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-BENTO GONCALVES	5.000,00	5.000,00	5.000,00	12/7/11	1/12/11	Concluído

Convênio	0248/0-11	ASSOCIACAO DE CULTURA E TURISMO DE GRAMADO	25.000,00	25.000,00	25.000,00	13/7/11	30/9/11	Concluído
Convênio	0266/0-10	NÚCLEO REGIONAL DO INSTITUTO EUVALDO LODI NO ESTADO DO RS	100.000,00	-	100.000,00	22/6/10	31/1/11	Concluído
Convênio	0275/0-11	SENAR-RS - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - ADRS	90.000,00	90.000,00	90.000,00	28/7/11	30/11/11	Concluído
Convênio	0278/0-11	ACI - ASSOC. COML. INDL. QUARAÍ	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1/8/11	30/11/11	Concluído
Convênio	0296/0-08	ASSOCIACAO DE GARANTIA DE CREDITO DA SERRA GAUCHA	352.444,42	-	252.444,42	2/9/08	1/9/14	Adimplente
Convênio	0299/0-11	ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE SUPERMERCADOS - AGAS	12.000,00	12.000,00	12.000,00	18/8/11	25/10/11	Concluído
Convênio	0310/0-11	FIERGS - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RS	382.900,24	382.900,24	382.900,24	23/8/11	30/12/11	Concluído
Convênio	0311/0-11	ASSOCIAÇÃO JÚNIOR ACHIEVEMENT DO RS	13.715,76	13.715,76	13.715,76	24/8/11	24/11/11	Concluído
Convênio	0312/0-11	NUCLEO CULTURAL CAMPINAS DO SUL.	3.000,00	3.000,00	3.000,00	25/8/11	20/11/11	Concluído
Convênio	0313/0-10	SENAR-RS - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - ADRS	89.000,00	-	89.000,00	9/7/10	31/1/11	Concluído
Convênio	0321/0-09	GUAYI	70.000,00	-	70.000,00	26/8/09	30/7/11	Concluído
Convênio	0336/0-11	MUNICIPIO DE TRAVESSEIRO PREFEITURA MUNICIPAL	39.000,00	39.000,00	39.000,00	12/9/11	10/9/12	Adimplente
Convênio	0344/0-09	INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO	69.360,00	20.808,00	69.360,00	11/9/09	31/12/11	Concluído
Convênio	0346/0-11	SINCA - SINDICATO DOS SALÕES DE BARBEIROS, CABELEIREIROS, IN	15.000,00	15.000,00	15.000,00	22/9/11	18/12/11	Concluído
Convênio	0374/0-10	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RS	84.250,00	-	84.250,00	17/8/10	21/1/11	Concluído
Convênio	0377/0-11	FCDL - FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RIO G	205.000,00	205.000,00	205.000,00	13/10/11	30/3/12	Concluído

Convênio	0388/0-11	SINDICATO DAS IND. DO VESTUÁRIO DO ALTO URUGUAI DO RS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	19/10/11	20/12/11	Concluído
Convênio	0392/0-10	SENAR-RS - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - ADRS	34.000,00	22.890,00	22.890,00	1/9/10	30/12/11	Concluído
Convênio	0398/0-11	ASSOCIAÇÃO PAIS MESTRES LIBERATO SALZANO	7.500,00	-	-	24/10/11	30/6/12	Adimplente
Convênio	0408/0-11	FAPERGS-FUND.DE AMPARO À PESQUISA DO EST	2.520.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	17/11/11	16/11/15	Adimplente
Convênio	0414/0-07	INSTITUTO BY BRASIL	350.220,00	-	350.220,00	12/9/07	11/1/11	Concluído
Convênio	0420/0-09	CIENTEC - FUNDAÇÃO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	49.000,00	-	36.750,00	20/11/09	30/9/11	Concluído
Convênio	0423/0-09	FAPERGS-FUND.DE AMPARO À PESQUISA DO EST	1.554.000,00	720.000,00	1.520.000,00	23/11/09	23/11/12	Adimplente
Convênio	0428/0-11	C E DA ESCOLA ESTADUAL TECNICA GUARAMANO LTDA.	90.000,00	90.000,00	90.000,00	7/11/11	30/9/12	Adimplente
Convênio	0440/0-09	FALKER AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA LTDA	498.800,00	-	498.800,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0441/0-09	METALURGICA COFELMA LTDA	383.180,00	191.590,00	383.180,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0442/0-09	CARPAN EQUIPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS LTDA.	239.903,00	-	239.903,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0443/0-09	NODDTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS	298.200,00	-	298.200,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0444/0-09	TOTH DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO LTDA	499.649,57	249.824,78	499.649,56	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0444/0-11	CÂMARA DA IND COM E SERVIÇOS DE VENÂNCIO AIRES	4.500,00	4.500,00	4.500,00	19/12/11	19/1/12	Concluído
Convênio	0445/0-09	INSOFT4 INFORMÁTICA LTDA	131.113,36	-	131.113,36	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0446/0-09	MICROPOL TECNOLOGIA LTDA	347.110,00	-	347.110,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0447/0-09	MATEPOL – INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS POLIMÉ	341.500,01	-	341.500,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0448/0-09	MECSUL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	156.919,38	-	156.919,38	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0449/0-09	ARBRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENG. MEC. LTDA.	476.820,00	-	476.820,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente

Convênio	0450/0-09	ALPHA COM. E DES. DE SIST. DE VISÃO COMP. LTDA	179.437,00	-	179.437,02	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0450/0-11	ASSOCIAÇÃO BENTO CONVENTION BUREAU	45.000,00	45.000,00	45.000,00	17/11/11	22/1/12	Concluído
Convênio	0451/0-09	GO BUSINESS CONSULTORIA LTDA.	266.037,10	133.018,55	266.037,10	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0451/0-11	CDL - CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE PALMEIRA DAS MISSÕES	4.500,00	4.500,00	4.500,00	22/11/11	22/1/12	Concluído
Convênio	0452/0-09	NBN AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA	499.380,00	249.690,00	499.380,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0453/0-09	VEHTEC TECNOLOGIA LTDA.	396.653,80	-	396.653,80	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0455/0-09	JOMON INDUSTRIA DE ARTEFATOS CERAMICOS LTDA	351.853,00	-	351.853,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0455/0-10	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	27.481,50	-	27.481,50	19/10/10	3/2/11	Concluído
Convênio	0456/0-09	SOLIDTECH 3D ENGENHARIA E INDUSTRIA LTDA	498.534,00	-	498.534,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0457/0-09	MURA INFORMÁTICA LTDA	323.800,01	161.900,00	323.800,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0458/0-09	INVENTIVA INDUSTRIA E INOVAÇÃO EM PRODUTOS FARMACEUTICOS E	295.510,00	-	295.509,50	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0459/0-09	M M R IND COM MAQ LTDA	101.600,00	-	101.600,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0460/0-09	ESOS INDUSTRIA DE APARELHOS DE CONTROLE LTDA	193.000,00	96.500,00	193.000,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0462/0-09	KNORR PRODUTOS TECNICOS LTDA.	124.700,00	62.349,93	124.699,86	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0463/0-09	LICS SUPER AGUA LTDA	477.894,00	-	477.893,88	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0464/0-09	PROJECONSULT ENGENHARIA LTDA	366.800,01	183.399,91	366.799,82	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0465/0-09	SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA	259.600,00	129.800,00	259.600,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0465/0-10	CDL - CÂMARA DIRIG. LOJISTAS DE BENTO GONCALVES	20.040,00	-	20.040,00	25/10/10	28/2/11	Concluído
Convênio	0466/0-09	UNILUZ TECNOLOGIA ELETRICA LTDA	292.850,00	146.425,03	292.850,00	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0467/0-09	RESULTA IMPORT EXPORT E REPRESENTACAO MAQUINAS LTDA	450.000,00	-	224.999,95	7/12/09	17/2/12	Concluído

Convênio	0468/0-09	PRODUFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	170.700,29	85.350,14	170.700,29	7/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0479/0-11	ONG PARCEIROS VOLUNTARIOS	191.210,25	-	-	30/11/11	28/12/12	Adimplente
Convênio	0480/0-09	ANTARES ACOPLAMENTOS LTDA	250.000,00	-	124.999,92	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0483/0-09	CALCADOS STATUS LTDA	395.400,04	197.700,02	395.400,04	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0484/0-09	CIGAM SOFTWARE CORPORATIVO LTDA	492.860,99	246.430,49	492.860,99	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0485/0-09	IMOBRAS INDUSTRIA DE MOTORES ELETRICOS LTDA	495.695,00	371.771,25	495.695,00	21/12/09	13/7/12	Adimplente
Convênio	0486/0-09	IMS SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA.	215.119,00	143.412,67	215.119,00	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0486/0-11	FUNDAÇÃO DE APOIO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIENCIA E TE	92.000,00	-	-	2/12/11	31/12/12	Adimplente
Convênio	0487/0-09	LABORATORIO SAUDE LTDA	272.500,04	204.375,03	272.500,04	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0488/0-09	N e L INFORMATICA LTDA	498.020,00	124.505,00	498.020,00	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0489/0-09	NKS IMPORTACOES E EXPORTACOES COMERCIO E REPRES LTDA	232.400,00	154.933,33	232.400,00	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0490/0-09	VENTO SUL CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	219.090,50	73.030,16	146.060,32	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0491/0-09	TCA INFORMATICA LTDA	295.600,00	147.800,00	295.600,00	21/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0492/0-10	ASSOC. DOS PROD. DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS	100.000,00	50.000,00	100.000,00	17/11/10	31/12/12	Adimplente
Convênio	0495/0-10	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARROZ DO LITORAL NORTE	200.000,00	100.000,00	100.000,00	19/11/10	31/12/12	Adimplente
Convênio	0498/0-10	AICSUL - ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUME DO RS	199.980,00	99.990,00	99.990,00	22/11/10	31/12/12	Adimplente
Convênio	0501/0-10	FCDL - FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RS	110.000,00	-	110.000,00	26/11/10	30/3/11	Concluído
Convênio	0508/0-10	FAPERGS-FUND.DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO	3.503.971,42	-	1.200.000,00	3/12/10	2/12/13	Adimplente
Convênio	0510/0-10	PHEITEC LTDA	347.480,00	104.244,00	243.236,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente

Convênio	0511/0-10	PROJECONSULT ENGENHARIA LTDA	301.474,00	-	120.589,60	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0512/0-10	NINA FLOWERS, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PLANTAS	344.500,00	-	137.800,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0513/0-10	RETIFICADORA TRAVICAR LTDA	143.693,84	43.108,15	100.585,69	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0514/0-10	CARPAN EQUIPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS LTDA.	348.500,00	104.550,00	243.950,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0515/0-10	ESPAÇO FUNCIONAL COMÉRCIO DE PALMILHAS ORTOPÉDICAS	256.528,72	76.958,62	179.570,11	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0516/0-10	DALLE USINAGEM LTDA	305.472,18	-	122.188,87	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0517/0-10	QUATRO G PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA	265.411,63	79.623,49	185.788,14	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0518/0-10	PEDRAS ORIENTE COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	280.597,50	-	112.239,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0520/0-10	INSTOR PROJETOS E ROBÓTICA LTDA.	293.640,00	88.092,00	205.548,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0521/0-10	SFW SISTEMAS TERMICOS LTDA.	265.882,12	79.764,64	186.117,49	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0522/0-10	ARBRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENG. MEC. LTDA.	285.180,00	-	114.072,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0523/0-10	FOXSUL IND E COM LTDA	349.546,00	104.863,80	244.682,20	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0524/0-10	TOTH DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO LTDA	342.600,00	-	137.040,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0525/0-10	MARINA BORRACHAS LTDA	349.448,00	-	139.779,20	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0526/0-10	PRO INVEST-ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA	310.299,66	93.089,90	217.209,76	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0527/0-10	D&A GESTÃO E CONTABILIDADE LTDA.	150.823,53	90.494,12	150.823,53	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0528/0-10	M M R IND COM MAQ LTDA	138.717,00	-	55.486,80	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0529/0-10	MISTRAL TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA	303.942,26	-	121.576,90	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0530/0-10	LIFE GENETIC SEED'S COMERCIAL LTDA. EPP.	315.400,00	-	126.160,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0531/0-10	EFFECTIVE SOFTWARE LTDA	297.999,92	-	119.199,97	6/12/10	5/12/12	Adimplente

Convênio	0532/0-10	ELEFANTI TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA	316.786,16	-	126.714,46	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0533/0-10	ORGANISYS SOFTWARE LTDA	100.512,00	30.153,60	70.358,40	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0534/0-10	LHB SOLUCOES EM INFORMACOES E METODOS LTDA.	267.357,42	80.207,22	187.150,18	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0535/0-10	UNIPLASTIC INDUSTRIA DE PECAS PLASTICAS LTDA ME	258.960,00	77.688,00	181.272,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0536/0-10	JOMON INDUSTRIA DE ARTEFATOS CERAMICOS LTDA	219.200,00	-	87.680,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0537/0-10	KRUGER COMERCIO DE AMPLIFICADORES LTDA	165.826,40	49.747,92	116.078,48	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0538/0-10	INOVABIOTEC CONSULTORIA TECNOLOGICA LTDA	320.000,00	-	128.000,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0539/0-10	MARÍLIA CORRÊA BORBA	284.590,45	85.377,14	199.213,32	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0540/0-10	EFACT SOFTWARE LTDA	228.000,00	-	91.200,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0541/0-10	ESTEVAO ODONE LEUCK E CIA LTDA	324.289,16	227.002,41	227.002,41	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0542/0-10	MBOCHIP LTDA	306.692,66	92.007,80	214.684,86	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0543/0-10	ISCA TECNOLOGIAS LTDA	326.622,17	-	130.648,87	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0544/0-10	DS PRO ÁUDIO LTDA - EPP	345.976,22	103.792,87	242.183,36	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0545/0-10	SBPA SIMULADORES DE VOO E INFORMATICA LTDA	245.284,00	73.585,20	171.698,80	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0546/0-10	NEUROASSAY PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA.	247.592,57	74.277,77	173.314,80	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0547/0-10	DMSYN COMERCIO E SERVIÇO EM INFORMATICA	288.282,29	172.969,37	288.282,29	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0548/0-10	RITTER CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	309.882,23	92.964,67	216.917,56	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0549/0-10	REGABI CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	270.600,00	-	108.240,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0550/0-10	SULTECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA	169.434,20	50.830,26	118.603,94	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0552/0-10	ALLEVO GENETICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LA	207.510,00	62.253,00	145.257,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente

Convênio	0553/0-10	GERMER CONSULTORIA VETERINÁRIA LTDA.	218.386,00	65.515,80	152.870,20	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0554/0-10	M2 ARMAZENAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE BANCO ... LTDA	309.997,96	-	123.999,18	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0557/0-10	PORTOFLEX ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA	349.800,00	-	139.920,00	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0558/0-10	TELCOM TELEMÁTICA LTDA	276.580,48	165.948,28	276.580,47	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0559/0-10	PEF INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	115.788,21	34.736,46	81.051,74	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0560/0-04	ASSOCIACAO DE GARANTIA DE CREDITO DA SERRA GAUCHA	600.000,00	-	600.000,00	24/9/04	23/9/14	Adimplente
Convênio	0560/0-10	BORTOLI AFIACOES LTDA	177.572,00	71.028,80	71.028,80	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0561/0-10	MIOTEC EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA	338.451,00	101.535,30	236.915,70	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0562/0-10	INFOLDI TECNOLOGIA LTDA.	221.000,36	66.300,11	154.700,25	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0563/0-10	REPRESENTARES REP SERVIÇOS LTDA	114.855,98	45.942,40	45.942,40	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0564/0-10	QUÍMICA LIMPA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	104.764,58	-	41.905,83	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0570/0-10	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE DOCES DE PELOTAS	342.300,00	289.100,00	289.100,00	14/12/10	31/12/12	Adimplente
Convênio	0572/0-09	PLASMAR INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA.	500.000,00	-	500.000,00	30/12/09	7/6/12	Adimplente
Convênio	0578/0-10	FEDERAÇÃO APICOLA DO RS	6.481,54	6.481,54	6.481,54	17/12/10	30/7/12	Adimplente
Convênio	0582/0-10	MARIA ELAINE MACHADO ME	125.647,01	87.952,91	87.952,91	6/12/10	5/12/12	Adimplente
Convênio	0583/0-10	APRODECANA/RS	36.675,00	24.825,00	24.825,00	20/12/10	19/12/12	Adimplente
Convênio	1122/0-10	ASPROVINHO-ASS.PRODUTORES DE VINHO DE PINTO BANDEIRA	50.850,00	31.850,00	50.850,00	6/10/10	30/4/12	Concluído
Convênio	1160/0-11	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	27/8/11	4/11/11	Concluído
Convênio	1169/0-11	CDL - CÂMARA DIRIG. LOJISTAS DE CAXIAS DO SUL	5.500,00	5.500,00	5.500,00	25/9/11	25/11/11	Concluído
Convênio	8810/0-09	NÚCLEO REGIONAL DO IEL RS	200.000,00	-	200.000,00	10/12/09	10/12/12	Adimplente
TOTAL TRANSFERÊNCIA REPASSADA NO EXERCÍCIO: R$ 15.376.475,68 (conforme rubricas 3283, 3383 e 3483 do balancete contábil).								

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul- SEBRAE/RS						
CNPJ: 87.112.736/0001-30				**UG/GESTÃO:** SEBRAE/RS		
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Valores repassados em cada exercício** (Valores em R$ 1,00)		
	2009	**2010**	**2011**	**2009**	**2010**	**2011**
Convênio	158	151	44	R$ 15.540.625,96	R$ 18.233.183,44	R$ 15.398.368,32
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	158	151	44	R$ 15.540.625,96	R$ 18.233.183,44	R$ 15.398.368,32

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul- SEBRAE/RS					
CNPJ: 87.112.736/0001-30		**UG/GESTÃO:** SEBRAE/RS			
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	145	R$ 50.577.794,38	R$ 34.730.910,01	R$ 15.846.884,37	68,66%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	145	R$ 50.577.794,38	R$ 34.730.910,01	R$ 15.846.884,37	68,66%

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R$1,00

Unidade Concedente					
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul- SEBRAE/RS					
CNPJ: 87.112.736/0001-30			**UG/GESTÃO:** SEBRAE/RS		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		38	-
		Montante Repassado		12.090.393,83	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	12	-
			Montante Repassado (R$)	489.550,00	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	11	-
			Montante Repassado (R$)	314.274,92	-
2010	Contas prestadas		Quantidade	39	-
			Montante Repassado (R$)	3.936.055,05	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	2	-
			Montante Repassado (R$)	1.015.000,00	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	122	-
			Montante Repassado (R$)	4.542.170,22	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	-
			Montante Repassado (R$)	-	-

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Valores em R$1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul- SEBRAE/RS					
CNPJ: 87.112.736/0001-30			**UG/GESTÃO:** SEBRAE/RS		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montantes repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2011	Quantidade de contas prestadas			50	-
	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade		50	-
		Montante repassado (R$)		12.579.943,83	-
	Com prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			39	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		39	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R$)		-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			122	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		122	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

7. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Tratamento das recomendações realizadas pelas unidades de controle interno

A Unidade de Auditoria adota metologia de trabalho em que todas as recomendações realizadas em decorrência de um trabalho de auditoria são apresentadas aos gestores, ocasião onde o apontamento é esclarecido e é elaborado um plano de ação para seu atendimento. O relatório de auditoria é emitido já com o plano de ação, sendo encaminhado para a unidade auditada, diretoria e conselhos, conforme estabelecido no estatuto do Sebrae.

Havendo alguma situação que não esteja adequadamente tratada, o fato é citado no relatório como permanência de exposição a determinado risco, o qual é avaliado pela Diretoria, considerando o "apetite ao risco" admitido.

A implementação do plano de ação é monitorada pela Unidade de Auditoria e, quando o plano de ação não é atendido conforme acordado, sofre renegociações onde se estabelecem novos parâmetros, que também são acompanhados.

8. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU).

Informações para atender o item 15 da parte "A" Conteúdo Geral (Anexo II da DN TCU 108/2010).

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
N/A	N/A	N/A	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
N/A					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
N/A					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
N/A					Não se aplica
Síntese da providência adotada:					
N/A					
Síntese dos resultados obtidos					
N/A					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
N/A	N/A	N/A	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
N/A					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
N/A					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
N/A					Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento:					
N/A					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (CGU**).**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS			N/A
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1.	Ausência de controles contábeis relativos às transferências concedidas e recebidas.	003	246782
2.	Realização de pagamentos não previstos em contrato, no valor de R$ 263.254,20. Com origem nos processos licitatórios Convite nº 001/2009 e Concorrência nº 003/2009, o SEBRAE/RS formalizou os contratos nº 060/0-2009, em 06/03/2009, e nº 388/0-2009, em 20/10/2009, respectivamente, com a empresa ELO Relações Humanas S/S (CNPJ nº 05.788.218/0001-76). O objeto dos contratos é a prestação de serviços de recrutamento e seleção de pessoal.	006	246782
3.	Realização de despesas sem cobertura contratual. Em 09/04/2009, o SEBRAE/RS assinou contrato nº 146/0-2009 com a empresa Pontual Veículos e Auto Locadora Ltda., CNPJ nº 00.568.594/0001-31, para prestação de serviços de locação de veículos.	010	246782

4.	Utilização de Edital de Credenciamento para contratação indevida de empresa de prestação de serviços de recrutamento e seleção sem realização de processo licitatório. A empresa ELO Relações Humanas S/S (CNPJ nº 05.788.218/0001-76) foi contratada pelo SEBRAE/RS, no exercício de 2009, mediante Edital de Credenciamento, para prestar serviços de recrutamento e seleção.	028	246782

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
	N/A

Descrição da Recomendação:

1.1. Recomendamos que a Entidade realize o controle adequado das transferências recebidas e concedidas em sua contabilidade, gestionando junto ao SEBRAE Nacional para que inclua nos procedimentos de contabilização desses recursos o registro contábil em contas do sistema de compensação, executando, desse modo, o controle contábil dos valores que representarem pendências de prestação de contas ao SEBRAE/RS, com a adoção da contabilização prevista na NBC T-2.5, cuja obrigatoriedade é estabelecida pelos artigos 93 e 105 (inciso VI e § 5), combinados com os artigos 109 e 110, da Lei 4.320/64.
1.2. Recomendamos, também, que sejam incluídas em Notas Explicativas, complementares às informações contábeis, informações sobre os saldos de valores concedidos e recebidos a título de convênios, auxílios, contratos de parceria, etc., pendentes de prestação de contas ao final do exercício financeiro com a finalidade de informar fatos que poderão ter reflexos no patrimônio da Entidade, por sua relevância em gestões futuras.
1.3. Recomendamos que o SEBRAE/RS gestione junto ao SEBRAE/NA ações visando a correção dos procedimentos dos registros contábeis das receitas e despesas de transferências relativas a convênios firmados com outras entidades com a finalidade de aplicar o princípio contábil da oportunidade previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750/1993.

2.1. Recomendamos, ao SEBRAE/RS, que adote medidas para se ressarcir dos pagamentos indevidos.
2.2. Recomendamos que a Entidade aprimore seus controles relativos ao acompanhamento da execução e pagamentos relativos a contratos.

3. Recomendamos que o SEBRAE/RS aperfeiçoe seus procedimentos administrativos, conforme informado em sua manifestação, de forma a evitar que sejam realizadas despesas além do limite contratual ou sem a necessária formalização de termo aditivo.

4.1. Recomendamos que o SEBRAE/RS apure a responsabilidade pelo fato apontado e o prejuízo imputado, para fins de ressarcimento aos cofres da Entidade, verificando todos os pagamentos realizados à ELO Relações Humanas S/S, referentes a contratos oriundos do Edital de Credenciamento, identificando aqueles nos quais a prestação de serviço está em descordo com o estabelecido no referido edital, a quantidade de horas de serviço efetivamente prestado e realizando comparativo com os valores praticados pelo mercado.
4.2. Recomendamos ao SEBRAE/RS que se abstenha de contratar prestadores de serviço para a Entidade por meio de Edital de Credenciados.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
1. GEFIN	N/A
2. GELOG	N/A
3. GELOG	N/A
4. GEPS	N/A

Síntese da providência adotada:

1. De forma a comprovar que o Sebrae/RS implementou a recomendação desta CGU, foram criadas contas de compensação registradas no balancete de verificação com a posição de maio/2011, passando a registrar contabilmente os saldos das transferências de convênios firmados. Foi elaborado manual de procedimento para auxiliar na educação continuada dos colaboradores da entidade, visando minimizar a possibilidade de risco operacional. Complementarmente o Sebrae/RS está desenvolvendo um sistema próprio de prestação de contas para ampliar o controle gerencial destes saldos.

2. Concluída a Comissão de Sindicância foi remetida cópia do relatório final a esta CGU para conhecimento do processo. Com base nas deliberações, foram tomadas medidas judiciais para reaver os valores pagos a empresa citada. Foram ajuizadas duas ações contra a empresa ELO Relações Humanas S/S, a saber:

1- Ação de rescisão contratual cumulada com enriquecimento ilícito;
2- Ação declaratória de nulidade contratual cumulada com enriquecimento ilícito.

3. Associado as melhorias implementadas pela área, foram repassadas orientações às áreas demandantes (gestoras de contratos) para que acompanhem/fiscalizem (controle de inadimplemento) e administrem adequadamente o saldo orçamentário dos contratos de sua responsabilidade. Foram realizados aperfeiçoamentos técnico-administrativos objetivando melhor "controle da legalidade" das atividades relacionadas com a gestão dos contratos da Entidade, trazendo técnicas contratuais mais atualizadas, como, por exemplo, a utilização do "apostilamento" ou "termo aditivo - orçamentário" para formalizar uma eventual continuidade contratual, quando da ocorrência de insuficiência de saldos nos contratos (estando os mesmos ainda sob a vigência contratual). Em caráter preventivo a gerencia de Suprimentos informa periodicamente a todos os gestores a relação de contratos que estão a vencer, com o saldo executado e a executar, e o prazo final de vigência para que sejam solicitadas os termos aditivos tempestivamente.
4. Concluída a Comissão de Sindicância foi remetida cópia do relatório final a esta CGU para conhecimento do processo. Com base nas deliberações, foram tomadas medidas judiciais para reaver os valores pagos a empresa citada. Foram ajuizadas duas ações contra a empresa ELO Relações Humanas S/S, a saber: 1- Ação de rescisão contratual cumulada com enriquecimento ilícito; 2- Ação declaratória de nulidade contratual cumulada com enriquecimento ilícito.
Síntese dos resultados obtidos
1. Com a implementação da recomendação houve uma melhor gestão dos recursos concebidos e recebidos.
2. Após ter sido concluído a Sindicância na esfera administrativa, o assunto foi para esfera jurídica o qual ainda não foi finalizado.
3. Aumentaram os controles em relação aos procedimentos administrativos de forma que não ocorreram mais despesas pagas além do limite contratual, mediante o controle de saldo executado, a executar, e o prazo final de vigência.
4. Após ter sido concluído a Sindicância na esfera administrativa, o assunto foi para esfera jurídica o qual ainda não foi finalizado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (CGU) **QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1.	Previsão em editais de processos licitatórios de distinção entre licitantes em função da sede da empresa.	007	246782
2.	Fragilidade em controles contábeis relativos a contrato de prestação de serviços de promoção, organização e coordenação de eventos, consistente na inadequação dos lançamentos e utilização de contas contábeis.	011	246782
3.	Ineficácia dos indicadores de gestão utilizados pelo SEBRAE/RS, consistente na ausência de medição e falhas no estabelecimento de metas relativas a 2009.	017	246782

4.	Ausência de informações, nos editais publicados, sobre divulgação dos resultados da aferição das provas, sobre a concessão de prazos para admissão e exame de recursos dos candidatos e sobre os prazos de validade dos processos seletivos.	024	246782

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**

Descrição da Recomendação:

1. Recomendamos que o SEBRAE/RS, quando da confecção de editais de processos licitatórios atente para as determinações e princípios do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, se abstendo de incluir condições que frustrem o caráter competitivo dos certames.

2.1. Recomendamos que a Entidade aprimore seus registros contábeis relativos a contratos, atentando especialmente para a adequada descrição no histórico dos lançamentos e a para compatibilidade com a conta contábil.
2.2. Recomendamos que a Entidade realize o controle adequado dos contratos em sua contabilidade, gestionando junto ao SEBRAE Nacional para que inclua nos procedimentos de contabilização desses recursos o registro contábil em contas do sistema de compensação, com a adoção obrigatória da NBC T-2. 5 prevista pelos artigos 105 (inciso VI e § 5) e 109, combinado com o 110, da Lei 4.320/64.

3. Recomendamos que a Entidade gestione junto ao Sebrae Nacional para que sejam implementados os indicadores de gestão, com o estabelecimento de metas plausíveis e medições adequadas, ou que estabeleça indicadores próprios, de forma que estes se tornem efetivos instrumentos de gestão.

4. Recomendamos que o SEBRAE/RS inclua nos editais relativos aos processos seletivos de pessoal as informações sobre a acessibilidade aos resultados das etapas da seleção, à possibilidade de interposição de recursos diante de resultados duvidosos e da fixação de prazos de validade dos referidos processos com a finalidade de tornar inequívoca e pública a isenção dos procedimentos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
1. GELOG	Não se aplica
2. GEFIN	Não se aplica
3. ASPLAN	Não se aplica
4. GEPS	Não se aplica

Justificativa para o seu não cumprimento:

1. De forma complementar ao que foi recomendado, ocorreu por deliberação da Diretoria Executiva uma séria de melhorias para a Gerência de Suprimentos e Logística, atentando aos regramentos próprios da entidade e evitando incluir condições restritivas nos certames. Associados a ponto, foram tomadas medidas de gestão, cuja verificação efetiva da implementação será procedida por ocasião dos trabalhos de avaliação da gestão de 2011.

2. A medida implementada pela entidade para garantir o controle sobre as despesas relacionadas a eventos considerou a abertura de processos individuais por evento onde consta a solicitação dos serviços, a realização das cotações e a validação dos responsáveis para sua execução e posterior liquidação.
Neste formato, há um acompanhamento efetivo das ações que podem ser analisadas e conferidas, tendo a documentação sempre disponível. A verificação efetiva da implementação será procedida por ocasião dos trabalhos de avaliação da gestão de 2011.

3. Quanto ao item dos indicadores de monitoramento, o posicionamento firmado está transcrito a seguir:
"Os objetivos estratégicos relacionados ao Cumprimento da Missão e Partes Interessadas são monitorados por meio dos Indicadores Institucionais. Devido a dificuldades operacionais, nem todos os indicadores foram calculados no decorrer do exercício, os quais serão encaminhados e divulgados imediatamente após concluídos os levantamentos que os mensuram.
No ano de 2010, foram apurados os Indicadores de Resultado Institucional Taxa de MPE atendidas pelo Sebrae e o índice de Avaliação de Imagem junto à Sociedade. Os demais indicadores estão em fase de mensuração e, tão logo estejam calculados, serão informados. A verificação efetiva da implementação será procedida por ocasião dos trabalhos de avaliação da gestão de 2011.

4. Em atenção a recomendação desta CGU a entidade realizou a atualização da instrução normativa 45 passando a constar as seguintes alterações, a partir de 28/03/2011.
Adicionalmente, foram implementadas as declarações de parentesco com credenciados e participação societária, no momento da contratação. A verificação efetiva da implementação será procedida por ocasião dos trabalhos de avaliação da gestão de 2011.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	**Avaliação**				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		**X**			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**X**		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**X**		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ.					
Quesitos A Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há planejamento estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10 Servidores, 5 Terceiros				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe política de segurança da informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e produção de sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas, quando Feito Na UJ, segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de bens e serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	60%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
Legenda Níveis de avaliação: (1) Totalmente Inválida: Significa que a afirmativa é integralmente não aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente Inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente Válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente Válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. AVALIAÇÃO SOBRE ANDAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não aplicável ao SEBRAE/RS.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELO SEBRAE

Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.

O SEBRAE entende que não lhe é aplicável a exigência de apresentação desse conteúdo, constante do item 36, Parte C, do Anexo II da DN 108/2010, em decorrência da natureza jurídica do Sebrae.

O Sistema SEBRAE não integra a Administração Pública Direta ou Indireta e, por conseqüência, o SEBRAE-PREVIDÊNCIA não é regido pela Lei Complementar 108/2001, visto que esta norma alcança apenas as Entidades Fechadas patrocinadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente.

Dessa forma, o Sistema Sebrae não se enquadra na exigência da DN 108/2010 para apresentação das informações relativas as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações para atender o item 17 da parte “A” Conteúdo Geral (Anexo II da DN TCU 108/2010).

“Não houve ocorrências no período”.

14. ITENS NÃO APLICÁVEIS À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA.

a) Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Item 4 da parte "A" Conteúdo Geral (Anexo II da DN TCU 108/2010).

b) Declaração da inclusão de informações de contratos e convênios no SIASG e SICONV

Item 7 da parte "A" Conteúdo Geral (Anexo II da DN TCU 108/2010).

c) Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Item 13 da parte "A" Conteúdo Geral (Anexo II da DN TCU 108/2010).

d) Informações sobre Renúncia Tributária

Item 14 da parte "A" Conteúdo Geral (Anexo II da DN TCU 108/2010).

e) Declaração do Contador responsável pela unidade

Item 1 da parte "B" Informações contábeis da Gestão (Anexo II da DN TCU 108/2010).

f) Demonstrações Contábeis previstas na Lei 4.320/64

Item 2 da parte "B" Informações contábeis da Gestão (Anexo II da DN TCU 108/2010).

g) Informações sobre composição acionária

Item 4 da parte "B" Informações contábeis da Gestão (Anexo II da DN TCU 108/2010).

Estas são as informações que compõe o relatório de Gestão do Exercício de 2010 deste SEBRAE/RS.

Ficamos a disposição para maiores informações que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Leo José Borges Hainzenreder
Dir. Superintendente
CPF: 173.585.070-53

II. Declaração da Unidade de Pessoal (conforme anexo II da DN TCU nº110/2010)

SEBRAE/RS
135

Porto Alegre, 22 de fevereiro 2012.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins, que a Gerência de Gestão de Pessoas do Sebrae/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, tem arquivado na pasta funcional de toda a Diretoria Executiva, abaixo identificados, cópia das declarações de bens e rendas referentes ao ano base 2010.

- MARCELO DE CARVALHO LOPES – Diretor Superintendente – até abril 2011
- MARCO ANTONIO KAPPEL RIBEIRO - Diretor Técnico
- Marcelo de Oliveira Ribas – Diretor de Administração e Finanças
- LEO JOSE HAINZENREDER – Diretor de Administração e Finanças/Superintendente a partir de abril de 2011

Luciano Amaral Ramos
Gerente da Gerência de Gestão de Pessoas
Sebrae/RS

SEBRAE/RS
136

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2012

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o Sebrae/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, tem arquivado na Gerência de Gestão de Pessoas da Instituição, cópia das declarações de bens e rendas de todos os membros e suplentes do Conselho Deliberativo e Fiscal da Instituição, referentes ao ano base de 2010.

Luciano Amaral Ramos
Gerente da Gerência de Gestão de Pessoas
Sebrae/RS

III. Relatórios e Pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão (conforme anexo III da DN TCU nº110/2010)

- Parecer da Unidade de Auditoria Interna

- Parecer do Conselho Fiscal

- Parecer do Conselho Deliberativo Estadual

- Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle interno da própria entidade

• Parecer da Unidade de Auditoria Interna

Após análise da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 117 de 19 de outubro de 2011 – DN nº 117/2011 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2011 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 verificamos que a exigência prevista em um dos itens desta DN nº 117/2011 não se aplica ao SEBRAE, conforme passaremos a demonstrar.

A exigência de apresentação de **Parecer da Unidade de Auditoria Interna constante no item II do art. 2º da DN 117/2011 e seu respectivo anexo II, item 1**, não pode ser exigida deste Serviço Social Autônomo tendo em vista que à luz do próprio comando, a exigência refere-se a "Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão", o que não é o caso desta Unidade de Auditoria.

Como é cediço, tal exigência somente deve ser requerida aos órgãos, entidades ou instâncias que devam se manifestar por exigência legal ou de seus atos constitutivos. O inciso III do art. 13 da Instrução Normativa do TCU nº. 63/2010 assim prescreve, *in verbis*:

> *Art. 13.* ***Os autos iniciais dos processos de contas serão constituídos das peças a seguir relacionadas****:*
> *(...)*
> *III.* ***relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos,*** *observados os formatos e os conteúdos definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo;*(grifos nossos)

A previsão legal acerca da necessidade de criação de uma Unidade de Auditoria Interna vinculada aos Serviços Sociais Autônomos está positivada nos §§8º e 9º do art. 15 do Decreto nº 3.591/00 que assim dispõe:

> *Art. 15.* ***As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta*** *vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República* ***ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal,*** *em suas respectivas áreas de jurisdição.*
> *[...]*
> *§ 6º* ***A auditoria interna examinará e emitirá parecer sobre a prestação de conta anual da entidade e tomadas de contas especiais.***

> *[...]*
> *§ 8º O Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal **poderá** recomendar aos serviços sociais autônomos as providências necessárias à organização da respectiva unidade de controle interno, assim como firmar termo de cooperação técnica, objetivando o fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle.*
>
> *§ 9º A Secretaria Federal de Controle Interno **poderá** utilizar os serviços das unidades de auditoria interna dos serviços sociais autônomos, que atenderem aos padrões e requisitos técnicos e operacionais necessários à consecução dos objetivos do Sistema de Controle Interno. **(grifos nossos).***

Vê-se claramente que há uma distinção entre **controle interno** e **unidades de auditoria interna**. Sabemos que o controle interno somente pode ser desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle, então, a referência à organização de uma unidade de controle interno pelos serviços sociais autônomos, ente não integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, contida no §8 deve ser interpretada como a organização de uma unidade de auditoria interna.

Nessa linha de raciocínio, a constituição dessa unidade de auditoria interna pelos serviços sociais autônomos é uma faculdade, podendo no máximo a sua organização ser recomendada pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, podendo inclusive ser realizada por um auditor interno, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 3.591/00.

Assim, destacamos que a legislação não prevê a expressa manifestação das auditorias internas dos serviços sociais autônomos sobre suas prestações de contas, ainda mais considerando que a principal alteração feita pelo Decreto 4440/02, foi justamente excluir os serviços sociais autônomos do *caput* do art. 15 do Decreto nº 3.591/00., extirpando então a obrigatoriedade das Unidades de Auditoria Interna destas Entidades de, por exemplo, emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual, não havendo que se falar em interpretação sistêmica incluindo-o novamente mas em interpretação teleológica no sentido de que tal exigencia não pode ser mais exigida dos Serviços Socias Autônomos.

Corroborando com esse entendimento o Tribunal de Contas da União bem fundamentou o Acórdão 2839/2005 – 1ª Câmara nos seguintes termos:

> **Acórdão 2839/2005** – 1ª Câmara
> SENAI/SC
> Ministro Relator: GUILHERME PALMEIRA
> **VOTO DO MINISTRO RELATOR**
> [...]

"VOTO com as devidas vênias à SERUR, acolho as conclusões do Ministério Público, ante os lídimos fundamentos expostos em seu parecer, o qual recepciona como razões de decidir".

Com efeito, a referência contida no § 8º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, acrescido pelo Decreto nº 4.440/2002, à organização da *unidade de controle interno* nos serviços sociais autônomos, deve efetivamente ser compreendida como *unidade de auditoria interna*, porquanto aquela primeira sequer está indicada como integrante da estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a teor do art. 8º do mencionado Decreto, que assim dispõe:

"*Art. 8º Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:*
I – a Controladoria-Geral da União, como Órgão Central, incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema;
II – as Secretarias de Controle Interno (CISET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, como órgãos setoriais;
III – as unidades de controle interno do comandos militares, como unidades setoriais da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa."

Note-se, portanto, que, além de não fazerem parte da estrutura do Sistema de Controle Interno, as unidades de auditoria interna vinculadas aos serviços sociais autônomos apenas serão criadas e organizadas se for do interesse desses entes, consoante se observa do comando constante do mencionado § 8º do art. 15, que apenas confere ao Órgão Central do Controle Interno a atribuição de "*recomendar*" aos serviços sociais autônomos a organização de unidades de controle.

Além do mais, a própria norma do Tribunal sobre apresentação e conteúdo das tomadas e prestações de contas (Instrução Normativa nº 47/2004) estabelece (art. 14) que algumas das peças necessárias a compor o processo respectivo serão os "*relatórios e pareceres de órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada, consoante previsto em lei ou em seus atos constitutivos*" (inciso V, grifei), bem como o relatório, o certificado e o parecer conclusivo emitidos pelo órgão de controle interno competente (incisos VI a VIII), fazendo, portanto, uma perfeita distinção entre os elementos que deverão integrar o processo de contas.

> Conforme averiguado pelo representante do Ministério Público, o Regulamento do SENAI definiu que se insere na competência do Conselho Regional pronunciar-se sobre as contas dos departamentos regionais.
>
> Consentâneo com o normativo acima, consta do processo de contas do SENAI/SC o parecer da Comissão de Contas do Conselho Regional.
>
> **Pelo exposto, entendendo que se deva dar provimento ao recurso, na forma propugnada pelo *parquet*, meu Voto é no sentido de que este Colegiado adote o Acórdão que ora submeto à sua consideração**."

Situação semelhante, quiçá identica, ao julgado pelo TCU encontra-se o SEBRAE, pois em seu Estatuto há previsão clara de que compete ao Conselho Fiscal da Entidade apreciar suas contas e emitir parecer, apresentando-o ao Conselho Deliberativo Nacional/Estadual para a aprovação da Prestação de Contas Anual.

O Consenho fiscal tem seus trabalhos subsidiados pela auditoria interna da Entidade e pela auditoria externa contratada, não havendo previsão e nem necessidade de manifestação expressa da área de auditoria interna sobre as contas, como a seguir se demonstra:

> *Art. 14 – Compete ao CDN, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação pertinente, neste Estatuto e nos Regimentos Internos do Sebrae:*
>
> *[...]*
>
> *XII – aprovar as prestações de contas do Sebrae e as consolidadas do Sistema Sebrae, que deverão estar instruídas, no mínimo, com os elementos previstos nos artigos. 32 e 32-A deste Estatuto;*
>
> *[...]*
>
> *Art. 16 – Compete ao Conselho Fiscal:*
>
> *[...]*
>
> *III – examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do Sebrae, e sobre o processo de consolidação das contas ao Sistema Sebrae;*
>
> *IV – emitir pareceres sobre balancetes de verificação ou realizar exames específicos, sempre que o CDN solicitar;*
>
> *[...]*
>
> *Art. 32 – A prestação de contas anual, elaborada pela Diretoria Executiva, será encaminhada ao CDN, para apreciação, até trinta (30) de março de cada ano, acompanhada de análise e parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes.*

Ademais, no art. 5º da Decisão Normativa - TCU nº 103, de 10 de fevereiro de 2010 houve a exclusão da exigência da emissão deste mesmo parecer da unidade de auditoria interna ou do auditor interno, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.591/2000, ou seja, na prestação de contas do exercício de 2009 a exigência ora discutida sequer foi objeto e solicitação por parte do TCU. Bem como as prestações de contas dos anos de 2007 e 2008, apesar da exigência da emissão do parecer da unidade de auditoria interna recomendada pela Controladoria Geral da União – CGU, foram julgadas regulares pelo TCU.

Por derradeiro, vale ressaltar que o TCU, em processos que continham o relatório da CGU com a determinação para emissão do parecer de auditoria, não se manifestou sobre a necessidade ou não deste parecer:

- **Acórdão 3.936/2009** – 2ª Câmara – SEBRAE Nacional
- **Acórdão 5.018/2009** – 2ª Câmara – APEX
- **Acórdão 5.459/2009** – 2ª Câmara - SEBRAE/SP

Assim, é sabido que o SEBRAE é uma entidade associativa de direito civil sem fins lucrativos, transformado em serviço social autônomo pelo Decreto n° 99.570, de 9 de outubro de 1990 e em seus normativos não há exigência legal nem estatutária da necessidade de emissão de parecer desta estirpe pela Unidade de Auditoria Interna, sendo competência do seu Conselho Fiscal que é emitido e enviado em todas as demais prestações de contas, além de que o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre a questão entendendo que os Serviços Sociais Autônomos não fazem parte da estrutura do Sistema de Controle Interno e que as unidades de auditoria interna apenas serão criadas e organizadas se for do interesse desses entes.

Ante todo o exposto, o SEBRAE entende que não lhe é aplicável a exigência de apresentação de Parecer da Unidade de Auditoria Interna constante no item II do art. 2º da DN 117/2011.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2012

Wladimir Alexandre Noga
Gerente de Auditoria - Sebrae/RS

• **Parecer do Conselho Fiscal**

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2011

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao artigo 18, inciso III, do Estatuto Social, tendo procedido à verificação do Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Receitas e Despesas e demais documentos relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2011, constataram, de acordo com o Parecer da KPMG Auditores Independentes, a exatidão dos mesmos, motivo pelo qual recomendam que sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo Estadual.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2012.

Sérvulo Luiz Zardin
Presidente do Conselho Fiscal
SEBRAE/RS

José Benedicto Ledur
Conselheiro Titular
Representante da FEDERASUL

Luiz Carlos Bohn
Conselheiro Titular
Representante da FECOMÉRCIO

Thômaz Nunnenkamp
Conselheiro Suplente
Representante da FIERGS

ASSESSORIA SEBRAE/RS JURÍDICA

• Parecer do Conselho Deliberativo Estadual

RESOLUÇÃO CDE/RS - Nº 01/2012

Aprova o Balanço Anual e as respectivas Prestações de Contas, de acordo com o artigo 16, inciso XII do Estatuto Social do SEBRAE/RS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL de acordo com o disposto no artigo 16, parágrafo 16 e no artigo 24, inciso I, ambos do Estatuto Social da Entidade e conforme decisão tomada pelo Conselho Deliberativo Estadual, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2012

R E S O L V E:

1. Aprovar o Balanço Anual e as respectivas Prestações de Contas do ano de 2011.

Esta resolução entra em vigor nesta data.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2012.

VITOR AUGUSTO KOCH
Presidente do Conselho Deliberativo
SEBRAE/RS

• Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle interno da própria entidade jurisdicionada

O SEBRAE entende que não lhe é aplicável a exigência de apresentação desse conteúdo, constante do item 7, do Anexo II da DN 117/2011, de forma semelhante à argumentação que apresentamos em relação à ausência do parecer de auditoria interna, sob a seguinte justificativa:

a) O Decreto nº 3.591/00, alterado pelo Decreto nº 4.440/02, estabelece uma distinção clara entre controle interno e unidades de auditoria interna. Sabemos que o controle interno é desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle;

b) A referência à unidade de controle interno e associação desse item aos serviços sociais autônomos deve ser interpretada como a organização de uma unidade de auditoria interna. Entretanto, o próprio decreto estabelece essa situação como uma faculdade, podendo no máximo a sua organização ser recomendada pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Isso não implica que seja obrigatória a realização de auditorias planejadas para o acompanhamento concomitante dos atos de gestão;

c) Além disso, o próprio TCU, ao apreciar o tema, se manifestou, no Acórdão 2839/2005 – 1ª Câmara, que além de não fazerem parte da estrutura do Sistema de Controle Interno, as unidades de auditoria interna vinculadas aos serviços sociais autônomos apenas serão criadas e organizadas se for do interesse desses entes, consoante se observa do comando constante do mencionado § 8º do art. 15, do Decreto nº 3.591/00, que apenas confere ao Órgão Central do Controle Interno a atribuição de "recomendar" aos serviços sociais autônomos a organização de unidades de controle.

Dessa forma, não há previsão legal para que as auditorias internas dos serviços sociais autônomos se manifestem, por meio de auditorias planejadas, sobre as prestações de contas ou sobre a gestão.